

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 02 DE MAIO DE 2023

N° 74

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 276/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 26/04/2023 a 29/04/2023 ao servidor relacionado que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, foi prestigiar, na qualidade de representante da Deputada Estadual Rosangela Donadon, a 21ª Capacitação Continuada para Conselheiros Tutelares de Direitos e Técnicos do Sistema de Garantia de Direitos de Criança e Adolescente durante audiência pública da Secretaria de Saúde, conforme Processo nº 21134/2023-e.

Matricula 200173337

Nome Mario Leandro Vilarim Bonazza

Cargo Assessor Técnico

Lotação Dep. Rosangela Donadon

Porto Velho - RO, 28 de Abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ

1° Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL

1º Secretário: CIRONE DEIRÓ

2º Secretário: JEAN MENDONÇA

3° Secretário: NIM BARROSO

4º Secretário: ALEX REDANO

ATO Nº 277/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 26/04/2023 a 27/04/2023 aos servidores relacionados que via transporte terrestre de Vilhena/RO aos municípios de Chupinguaia e Colorado do Oeste/RO, foram tratar de assuntos referentes a entrega de emenda parlamentar de trator em Associação, conforme Processo nº 20901/2023-e.

Matricula 200173340

Nome Luiz Felipe Hass de P. Goncalves

Cargo Assessor Técnico

Lotação Dep. Rosangela Donadon

Matricula 200173240 Nome Nilson dos Santos

Cargo Assessor Técnico

Lotação Dep. Rosangela Donadon

Porto Velho - RO, 28 de Abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 278/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria CEP 76.801-189 Porto Velho-RO





RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 24/04/2023 a 28/04/2023 aos servidores relacionados que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cacoal/RO, foram realizar a Oficina Interlegis, Portal Modelo e Sistema de Apoio Processo Legislativo, conforme Processo nº 20847/2023-e.

Matricula 200172319

Nome Ana Carla D. Lima e S. Fraga

Cargo Assessor Gab. III

Lotação Gab.Dep.Ribeiro do SINPOL

Matricula 200172325

Nome Anderson Lima F. do Nascimento

Cargo Assessor Técnico

Lotação Gab.Dep.Ribeiro do SINPOL

Matricula 200172419

Nome Deivide Lopes da Silva Cargo Assessor Técnico

Lotação Gab.Dep.Ribeiro do SINPOL

Matricula 200174217

Nome Eliardo Vicente Aguiar Lima

Cargo Assessor Técnico Lotação 2º Vice Presidência

Matricula 200172420

Nome Vinicius Luiz Silva Barbosa

Cargo Assessor Técnico Lotação 2º Vice Presidência

Porto Velho - RO, 28 de Abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO N°2522/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.28 do §3º da LC nº 1056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A composição da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Estagio - CAFRE, instituída pelo ATO Nº 1502/2023-SRH/SG/ALE, de 03 de março de 2023, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 037, em 06 de março 2023, a contar de 02 de maio de 2023.

Presidente: THAINA DE OLIVEIRA GUIMARAES **Membros:** LUIS FERNANDO SANTOS DA SILVA

IZABELLE VECCHY SILVA CAMURÇA

Suplentes: MARISANGELA BENINCA MAZIOLI

TALYSSA MARIANA FIGARELA TEIXEIRA

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 2533/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **CRIS- LAINE DA SILVA CAMPOS CARVALHO**, matricula nº 200172356, Assessor Parlamentar, para o código AP-18, do Gabinete da Deputada Claudia de Jesus, a contar de 02 de maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2534/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

EDMAR PIRES SANTIAGO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, do Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 30 de abril de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 2531/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA- TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **ESTEFANIA SAMIA SAMIRA FERNANDES MOTA**, matricula nº 200172460, Assessor Técnico, para o código AT-18, do Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a contar de 02 de maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES



ATO N°2527/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

JOÃO HENRIQUE SILVA GOMES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 02 maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 2530/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação da servidora **JULIANA DOS SANTOS DIAS**, matricula nº 200172427, Assessor Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a contar de 02 de maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 2532/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA- TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **JURACI DE ARAU-JO**, matricula nº 200173995, para Assessor de Gabinete III, código DAG-06, do Gabinete do Deputado Luís do Hospital, a contar de 02 de maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO N°2535/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

LEANDRO MAIA DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial de Gabinete, código DAG-04, do Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 30 de abril de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO N°2529/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA- TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

LEIDIANA DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-10, do Gabinete da 2ª Vice Presidência - Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 30 de abril de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 2539/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA- TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **MAR-CIA FERREIRA COIMBRA**, matricula nº 200173820, Assessor Parlamentar, para o código AP-18, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 02 de maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES



ATO N°2538/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARIA ROSA ARAUJO DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete I, código DAG-03, do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 30 de abril de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2523/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

MARIVALDA RODRIGUES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, no Gabinete do Deputado Luís do Hospital, a contar de 02 maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2537/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA- TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

OLIVIO GILBERTO PERSCH, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial de Gabinete, código DAG-04, do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 30 de abril de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2526/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA- TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

OZANEIA MONTEIRO DE MATOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 02 maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO N°2524/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA- TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

PLESLEY DIOGO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, no Gabinete do Deputado Luís do Hospital, a contar de 02 maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO N°2525/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLA-TIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

A servidora **RISIA CRISTINA NEVES**, matrícula nº 9385-2, ocupante do Cargo de Professora, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura de Corumbiara/RO, no Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 01 de abril de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES



ATO N°2536/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

RONIELE DA SILVA VENTORIN, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-24, do Gabinete da Lideranca do Governo - Deputado Laerte Gomes, a contar de 30 de abril de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 2540/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **UENDER ARPINE NOGUEIRA,** matricula nº 200174294, Assessor Parlamentar, para o código AP-25, do Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 02 de maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 2541/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **VALDIRENE FERMOW DO AMARAL**, matricula nº 200172466, Assessor Parlamentar, para o código AP-18, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 02 de maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2528/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

WANDERSON VIANA ROCHA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-14, do Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a contar de 01 de maio de 2023.

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES



SECRETARIA LEGISLATIVA





A FORÇA DO PARLAMENTO ESTADUAL 2023



TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA PARA FINS QUE ABAIXO SE ESPECIFICAM.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.794.681/001-68 com sede na Av. Farquar, 2562 - Bairro: Olaria, Porto Velho/RO, neste ato representada por seu Presidente, Deputado Marcelo Cruz da Silva, brasileiro, portador do RG nº 655355 SSP/RO e do CPF nº 681.308.482-87, doravante designada simplesmente ALERO; e a UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE, inscrita no CNPJ sob o nº 00.627.992/0001-81, com sede no SGAS, 902, Edifício Athenas, Entrada C, salas 120 a 131, Asa Sul, Brasília DF, CEP 70390-020, neste ato representada por seu Presidente, Deputado IVANA TEIXEIRA BASTOS, brasileira, casada, portadora do RG nº 01.558.941 29 SSP/BA e do CPF nº 625.191.235-91, doravante designada simplesmente UNALE, resolvem celebrar o presente TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO.

CONSIDERANDO que a UNALE é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, única entidade representativa de âmbito nacional da classe dos deputados estaduais e distritais, bem como das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe em seu artigo 2º, inciso VIII-A, que acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual serão formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.862, de 30 de julho de 2019, que "Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos membros do Poder Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" e que determina, em seu artigo 3º, que será de competência da UNALE a expedição das Carteiras de Identidade Funcional dos Deputados Estaduais e do Distrito Federal - CIP;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.862, de 30 de julho de 2019, que autoriza e determina a assinatura de Termo de Acordo de Cooperação visando a parceria das Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Legislativa do Distrito Federal com a UNALE;

SGAS 902, Ed. Athenas, Ent. C, Salas 120 a 131 - Cep: 70.390-020 - Asa Sul - Brasília-DF - Brasil Fone: +55 (61) 3533-7300 / E-mail: unale@unale.org.br / www.unale.org.br







A FORÇA DO PARLAMENTO ESTADUAL 2023



TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA PARA FINS QUE ABAIXO SE ESPECIFICAM.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.794.681/001-68 com sede na Av. Farquar, 2562 – Bairro: Olaria, Porto Velho/RO, neste ato representada por seu Presidente, Deputado Marcelo Cruz da Silva, brasileiro, portador do RG nº 655355 SSP/RO e do CPF nº 681.308.482-87, doravante designada simplesmente ALERO; e a UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE, inscrita no CNPJ sob o nº 00.627.992/0001-81, com sede no SGAS, 902, Edifício Athenas, Entrada C, salas 120 a 131, Asa Sul, Brasília DF, CEP 70390-020, neste ato representada por seu Presidente, Deputado **IVANA TEIXEIRA BASTOS**, brasileira, casada, portadora do RG nº 01.558.941 29 SSP/BA e do CPF nº 625.191.235-91, doravante designada simplesmente UNALE, resolvem celebrar o presente TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO.

CONSIDERANDO que a UNALE é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, única entidade representativa de âmbito nacional da classe dos deputados estaduais e distritais, bem como das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe em seu artigo 2º, inciso VIII-A, que acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual serão formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.862, de 30 de julho de 2019, que "Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos membros do Poder Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" e que determina, em seu artigo 3º, que será de competência da UNALE a expedição das Carteiras de Identidade Funcional dos Deputados Estaduais e do Distrito Federal - CIP;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.862, de 30 de julho de 2019, que autoriza e determina a assinatura de Termo de Acordo de Cooperação visando a parceria das Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Legislativa do Distrito Federal com a UNALE;

SGAS 902, Ed. Athenas, Ent. C, Salas 120 a 131 - Cep: 70.390-020 - Asa Sul - Brasília-DF - Brasil Fone: +55 (61) 3533-7300 / E-mail: unale@unale.org.br / www.unale.org.br







A FORÇA DO PARLAMENTO ESTADUAL 2023



RESOLVEM as partes firmar o presente TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo de Acordo de Cooperação tem como objetivo único a parceria para que a UNALE, como determinado na Lei nº 13.862/19, faça a expedição das Carteiras de Identidade Funcional - CIP dos Deputados Estaduais membros da ALERO, que a requererem nos termos da Resolução UNALE nº 001/2023, que regulamenta os critérios para a confecção das Carteiras de Identidade Funcional dos Deputados Estaduais e do Distrito Federal - CIP.

Parágrafo Único - A CIP dos Deputados será confeccionada em material resistente ou envolvido em material plástico, de forma a evitar o esmaecimento dos dizeres impressos, datilografados ou manuscritos, ou a sua adulteração, devendo conter os dados e características especificadas na Resolução UNALE nº 001/23.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo de Acordo de Cooperação terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – A parceria firmada neste ato, não acarretará à ALERO qualquer ônus ou o pagamento de qualquer valor ou espécie à UNALE.

Parágrafo Único – Conforme disposto no artigo 5º, da Resolução UNALE nº 001/2023, que regulamenta os critérios para a confecção das Carteiras de Identidade Funcional dos Deputados Estaduais e do Distrito Federal – CIP, aos Parlamentares filiados à UNALE e em dia com suas obrigações associativas, não será cobrado nenhum valor para expedição da Carteira de Parlamentar.

CLÁUSULA QUARTA - São obrigações dos Partícipes:

- 1. Assumir, reciprocamente, o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, propiciando as condições necessárias para a implementação de atividades conjuntas pactuadas neste Acordo;
- Prestar informações necessárias para o bom andamento das atividades;
- Comunicar com antecedência qualquer alteração nas condições e termos da parceria;
- 4. Realizar reuniões conjuntas, por interesse de qualquer dos partícipes, para elaboração e divulgação de quaisquer ações, para o aprimoramento, intercâmbio, melhora de dados, da segurança e das informações referentes aos objetivos do Acordo;

SGAS 902, Ed. Athenas, Ent. C, Salas 120 a 131 - Cep: 70.390-020 - Asa Sul - Brasília-DF - Brasil Fone: +55 (61) 3533-7300 / E-mail: unale@unale.org.br / www.unale.org.br







A FORÇA DO PARLAMENTO ESTADUAL



- 5. Produzir material informativo em conjunto;
- 6. Cooperar visando o intercâmbio de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- 7. Respeitar o grau de sigilo das informações pertinentes a que tenham acesso em virtude da cooperação estabelecida por meio deste acordo.

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações da Assembleia:

- 1. Indicar pessoa responsável por todos os aspectos da carteira parlamentar perante a Assembleia, que fará toda a intermediação com a Unale para fins do cumprimento do Acordo.
- 2. Mobilizar sua equipe técnica para contribuir, no que for cabível e dentro de suas atribuições temáticas, para a consecução do objeto do presente Acordo;
- 3. Após a posse dos eleitos, encaminhar para a Unale os seguintes documentos em cópia autenticada em Cartório:
- a Carteira de Identidade;
- b Cadastro de Pessoa Física;
- c Certidão de Casamento, se for casado;
- d Comprovante de Endereço;
- e Termo de Posse do Mandato;
- f Diploma expedido pela Justiça Eleitoral;
- g fotografia atual digitalizada.
- 3.1 Ressalva-se a identificação biométrica pela comprovada impossibilidade física, por fotografia e pela assinatura digitalizada do deputado.
- 3.2 Nos termos do art. 10 da Lei 13.444, de 2017, os requisitos de biometria e de fotografia devem ser os mesmos estabelecidos para o Documento Nacional de Identidade DNI.
- 3.3 Não existindo na Assembleia registro ou arquivo biométrico de deputados, este poderá ser coletado pela Unale para fins de arquivamento e impressão na Carteira Parlamentar.
- 4. Comunicar expressamente à Unale, em até cinco (5) dias, acerca dos deputados membros, o falecimento, a renúncia, a perda de mandato, a suspensão de direitos políticos, a licença para exercício de cargo no poder executivo e a alteração do estado civil dos parlamentares.
- 5. Comunicar expressamente à Unale, em até cinco (5) dias, a(s) Carteira(s) Parlamentar(es) restituída(s) em caso de renúncia, perda de mandato ou afastamento para exercício de cargo em outro Poder.

SGAS 902, Ed. Athenas, Ent. C, Salas 120 a 131 - Cep: 70.390-020 - Asa Sul - Brasília-DF - Brasil Fone: +55 (61) 3533-7300 / E-mail: unale@unale.org.br / www.unale.org.br





A FORÇA DO PARLAMENTO ESTADUAL 2023



6. Receber em protocolo, com envio posterior à Unale, o pedido expresso de expedição e de segunda via da Carteira Parlamentar, que deverá estar firmado pelo parlamentar requerente e acompanhado de boletim de ocorrência policial que noticie o extravio, perda, roubo ou furto.

Parágrafo Único - Em caso de solicitação de segunda via em razão de danos que façam imprestável a Carteira Parlamentar, a CIP danificada deve acompanhar o pedido de expedição de nova carteira.

CLÁUSULA SEXTA - São obrigações da Unale:

- a expedição da CIP;
- 2. arquivar em banco de dados os documentos e informações recebidas dos Parlamentares para a confecção da Carteira de Parlamentar, mantendo o sigilo necessário.
- 3. Comunicar, anualmente e através de relatório circunstanciado, acerca das expedições das carteiras aos membros da Assembleia.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os casos omissos e os eventuais detalhamentos da cooperação estabelecida através do presente Acordo serão resolvidos subsequentemente, através de tratativas e soluções consensuais obtidas pelos partícipes.

CLÁUSULA OITAVA - Este Acordo de não prevê a utilização de quaisquer recursos financeiros oriundos de transferências entre os partícipes, cabendo a cada instituição executar as atribuições aqui definidas conforme suas disponibilidades logísticas e financeiras. Eventuais ações que implicarem a transferência de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

CLÁUSULA NONA - Este Acordo poderá ser rescindido em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexequível, ou ainda se houver expressa alteração e autorização pela Lei 13.862/19, e mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – A execução e a fiscalização do presente Acordo caberão aos responsáveis designados pelos Partícipes deste instrumento, os quais terão poderes para praticar quaisquer atos necessários à fiel execução do Acordo, dando ciência das providências adotadas à autoridade administrativa competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, exceto no tocante a seu objeto, mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

SGAS 902, Ed. Athenas, Ent. C, Salas 120 a 131 - Cep: 70.390-020 - Asa Sul - Brasília-DF - Brasil Fone: +55 (61) 3533-7300 / E-mail: unale@unale.org.br / www.unale.org.br





A FORÇA DO PARLAMENTO ESTADUAL



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Este Acordo de Cooperação terá eficácia a partir de sua publicação, devendo a ALERO publicar seu extrato no Diário Oficial, nos termos do artigo 38 da Lei n. 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fica o Deputado que ocupa o cargo de Secretário Estadual da Unale habilitado perante os partícipes a acompanhar, junto à entidade e à sua respectiva Casa, as ações necessárias à consecução do presente Acordo de Cooperação, assim como às providências que visem à facilitação do objeto fim deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – As partes elegem o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF, e renunciam a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir possíveis dúvidas oriundas do objeto deste Termo.

Estando as partes de pleno acordo, datam e assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim.

Porto Velho, 28 de abril de 2023

Marcelo Cruz da Silva

Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia

Ivana Teixeira BastosPresidente da Unale

SGAS 902, Ed. Athenas, Ent. C, Salas 120 a 131 - Cep: 70.390-020 - Asa Sul - Brasília-DF - Brasil Fone: +55 (61) 3533-7300 / E-mail: unale@unale.org.br / www.unale.org.br



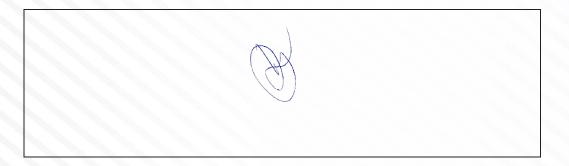


A FORÇA DO PARLAMENTO ESTADUAL 2023



ANEXO 1

Inserir no quadro abaixo a assinatura do Presidente que será utilizada na Carteira de Identidade Parlamentar. Assinar sem ultrapassar os limites das linhas.



SGAS 902, Ed. Athenas, Ent. C, Salas 120 a 131 - Cep: 70.390-020 - Asa Sul - Brasília-DF - Brasil Fone: +55 (61) 3533-7300 / E-mail: unale@unale.org.br / www.unale.org.br





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 021 SG-SPO/2023

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, caput e § 1º do art. 8º, da Lei n.º 5.527, de 06 de janeiro de 2023 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2023 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7°) (x) Remanejamento de Dotações (LOA art. 8°, §1°) () Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8°, §2°)

PROGRAMAÇÃO:

,				
Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA			
01.001.01.131.2126.2665	REALIZAR AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	33.90.39	1500	1.300.000,00
		TOTAL		1.300.000,00
Código	Especificação	Natureza da	Fonte de	Valor
Codigo	Lapeullidação	Despesa	Recurso	Valoi
AJUSTE POSITIVO				
	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA			
01.001.01.031.2126.2409	PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	33.90.39	1500	1.300.000,00
	,			1.300.000,00
		TOTAL		1.300.000,00

Porto Velho, 02 de maio de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES

Secretário Geral

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.



TAQUIGRAFIA

12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LE-GISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 25.04.2023 INÍCIO: 15h27min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

SR. EZEQUIEL NEIVA

SECRETÁRIO: SR. JEAN MENDONÇA

SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 12ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Quero aqui cumprimentar meus colegas deputados que estão aqui presencialmente: o Deputado Jean Mendonça, o Deputado Cássio Gois, o Deputado Delegado Rodrigo Camargo, o Deputado Marcelo Cruz. Aos colegas deputados que estão de forma remota: o Deputado Delegado Lucas Torres, o Deputado Ismael Crispin.

Cumprimentar a todos os servidores desta Casa; cumprimentar vocês que estão aí na galeria — uma satisfação —, nossos sargentos, concursados, oficiais, já com o curso aprovado, só aguardando que sejam diplomados. Solicito ao Excelentíssimo Secretário, o Deputado Jean Mendonça, fazer a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JEAN MENDONÇA (2º Secretário) - Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior. Lida, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean Mendonça. Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo discussão, dou-a por aprovada. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JEAN MENDONÇA (2º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido, a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 - Mensagem nº 39/2023 - Poder Executivo, comunicando ausência do Governador do Estado de Rondônia, no interstício de 22 a 29 de abril de 2023 para participar da Seafood Global na cidade de Barcelona, na Espanha. 02 - Mensagem nº 04/2023 - Ministério Público do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia". 03 - Ofícios nºs 1695, 1705/2023 - DITELIR, encami-

nhando respostas aos Requerimentos Parlamentares nºs 105, 96/2023 de autoria do Senhor Deputado Edevaldo Neves.

04 - Ofícios nºs 1458, 1464, 1466, 1471/2023 - DITE-LIR, encaminhando respostas aos Requerimentos Parlamentares nºs 14, 18, 21, 22/2023 de autoria do Senhor Deputado Alan Queiroz.

05 - Ofícios nºs 1704, 1698/2023 - DITELIR, encaminhando respostas aos Requerimentos Parlamentares nºs 109, 111, 112, 113/2023 de autoria da Senhora Deputada Ieda Chaves.

06 - Ofício nº 1597/2023 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 92/2023 de autoria da Senhora Deputada Cláudia de Jesus.

07 - Ofício nº 1702/2023 — DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 104/2023 de autoria da Comissão de Transporte e Obras Públicas.

08 - Ofício nº 1696/2023 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 75/2023 de autoria do Senhor Deputado Cirone Deiró.

09 - Ofício nº 1691/2023 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 99/2023 de autoria da Senhora Deputada Dra. Taíssa Sousa.

10 - Ofício nº 1703/2023 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 103/2023 de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin.

11 - Ofício nº 319/2023 - Instituto Nacional Elogística Reversa, encaminhando relatório do Programa "Lixo Zero Social 10", para a Comissão do Meio Ambiente.

12 - Gabinete do Senhor Deputado Ribeiro do Sinpol encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 19 de abril de 2023.

13 - Gabinete do Senhor Deputado Luis do Hospital encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 19 de abril de 2023.

14 - Gabinete da Senhora Deputada Rosângela Henrique Pereira Donadon encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 19 de abril de 2023.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Excelentíssimo Deputado Jean Mendonça pela leitura.

Eu quero cumprimentar os demais colegas que estão presentes na Sessão. Mais uma vez, me referir aos policiais militares que fizeram formação no curso do CHOA (Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares), que estão no aguardo de se tornarem oficiais da honrosa Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Tivemos pela manhã reunião com o Presidente da Casa, o Deputado Marcelo Cruz. Tivemos reunião juntamente com eles, com o Chefe da Casa Civil, e estamos ansiosos, aguardando encaminhamentos por parte do governo para que possamos honrar esses policiais que se esforçaram por mais de um ano, fazendo curso, fazendo treinamento, estudando, estando longe das suas famílias para que pudessem galgar novos ares como oficiais da nossa Polícia Militar.

Sejam bem-vindos sempre aqui à Casa do povo.

Eu, antes de abrir as palavras aqui nas Breves Comunicações, vou abrir o espaço para que os deputados possam falar. Tem uns assuntos, uns estão nas Grandes Comunicações. Vou deixar o espaço aberto, livre, para que possam falar à vontade.

Eu quero só aqui relatar que eu recebi várias mensagens, Deputado Jean, Deputado Pedro, Deputado Camargo, em relação à reunião que nós tivemos aqui promovida pelo ex-presidente desta Casa, o Deputado Alex Redano, e do Deputado Pedro, da qual participamos, o Deputado Camargo esteve também aqui, na qual o Deputado Alex Redano comentou sobre ações do Ibama que estão acontecendo no Sul do Estado do Amazonas. Ele diz que onde teve embargos, antes de 2008 e quanto depois de 2008, em áreas que foram derrubadas, que o Ibama está fazendo ações nessas áreas, inclusive dando prazo para que os produtores retirem o gado de dentro dessas terras, senão poderão ir a leilão.

E o deputado citou que em Rondônia o Ibama também estaria fazendo essas ações aqui no Estado. E causou um certo alvoroço, Deputado Jean, inclusive nas nossas regiões, na região de Cacoal. Recebi muitas mensagens, mensagens em grupos. O que o Deputado Alex Redano quis dizer? Que o Ibama, essas terras que estão com embargos, que o Ibama vai começar a agir para acertar esses embargos. Então, não é que o Estado vai ser tomado pelo Ibama em relação às terras das propriedades que vocês têm.

Então, aquelas pessoas que tiveram embargos de 2008, ou 2008 em diante, que procurem se regularizar, procurem o seu engenheiro florestal, façam o seu CAR (Cadastro Ambiental Rural), façam o seu PRA (Programa de Regularização Ambiental) e legalizem essas terras. Ele quis orientar vocês antes que o Ibama chegue aqui, para vocês já tomarem providências.

Não é lei nova. Já é uma lei federal, que já existe. É só as terras que já têm embargos para vocês já começarem a providenciar a documentação, começar a fazer a defesa do embargo, preparar os seus PRAs, os seus CARs, para não serem surpreendidos, de depois chegar aqui o Ibama e dizer "olha, vocês têm um prazo para tirar o gado e iniciar a regularização da terra de vocês, ou a parte de documentação".

Então, não é para criar pânico. É a maneira de vocês se prepararem, porque a instituição Ibama está se organizando para fazer essa fiscalização no Estado. E se vocês já estiverem com a documentação preparada, já estiverem regularizando, não incorrer na correria de tentar ajeitar a parte de documentação de vocês.

Só um esclarecimento para as pessoas que estão enviando mensagens e estão preocupadas com essa ação do Ibama aqui dentro do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, só para contribuir?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Por gentileza, Deputado Ezequiel Neiva, com aparte.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Eu também fiquei muito preo-

cupado com aquela fala e recebi muitas ligações do interior. Até na Comissão de Meio Ambiente hoje nós mandamos um Requerimento para que a Sedam fizesse uma nota técnica explicando, esclarecendo à população do Estado o que realmente pode acontecer nas áreas que elas foram embargadas e multadas. As pessoas estão pensando, por exemplo, ela derrubou cinco alqueires ilegalmente, os 42 alqueires dele vão estar embargados. Não é isso. O embargo é em cima dos cinco alqueires que foram derrubados ilegalmente. Agora, ela pode procurar a Sedam, a Emater e fazer o PRA, que é o Plano de Recuperação Ambiental, e trabalhar de forma equalizada nesses cinco alqueires. É só isso.

E a Sedam deve fazer essa nota técnica esclarecendo à população, de fato, o que elas podem fazer.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel Neiva. O Parlamento todo preocupado em trazer as informações aos nossos produtores. E a fala do Excelentíssimo Deputado Alex Redano é justamente isso, da maneira de você orientar e antecipar o que pode acontecer, o que aconteceu no Estado do Amazonas. Lá foi uma quantidade grande de gado, porque a área do embargo, Deputado Cássio, era muito grande. Então, a quantidade de gado em uma propriedade, acho que foi mais de duas mil cabeças, porque o embargo... era a terra muito grande.

Então, que nossos produtores que têm embargo no Estado já procurem se regularizar, procurem o seu engenheiro, façam o PRA para que não ocorram esses embargos.

Eu quero convidar o Excelentíssimo Deputado Delegado Rodrigo Camargo para fazer uso da tribuna da Casa pelo tempo que convier.

E cumprimentar aqui meu colega, o Deputado Jean Oliveira, presente aqui conosco.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, colegas deputados, público presente aqui nesta Assembleia Legislativa.

Ainda no começo desta Legislatura eu alertava os demais colegas deputados a respeito da barbárie que estavam cometendo ao prender inúmeras pessoas em Brasília, decorrente dos atos de 08 de janeiro, sem que houvesse ali a individualização das condutas, que é um princípio básico, para aqueles que conhecem o mínimo do Direito Penal.

O que eu tenho visto, Presidente, recentemente e acredito que grande parte da população rondoniense e aqueles que me assistem e são patriotas, viram as imagens divulgadas pela CNN, que mostram as invasões no 08 de janeiro contando com a presença do General Dias, Chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), bem como outros membros do GSI, participando ali, acompanhando todas essas invasões aos prédios públicos em Brasília. Ali, senhores, há provas explícitas de uma conspiração contra a soberania nacional. Crime infinitamente muito mais grave do que todos os delitos de corrupção praticados e acobertados pelo atual desgoverno do PT



(Partido dos Trabalhadores).

Crime que, por si só, levaria ao impeachment e à prisão de todos os envolvidos. Aliás, pelos meus cálculos, já é impeachment em Portugal. A recepção do ex-presidiário em Portugal é de envergonhar a qualquer um. Diante dessa omissão que presenciei e que todos devem ter acompanhado pela rede nacional, das imagens do interior dos prédios, protocolei no Ministério Público Federal uma petição endereçada ao Procurador-Geral da República, o Senhor Augusto Aras, na qual solicito que ele adote quanto ao General Gonçalves Dias, um dos generais do Lula, as mesmas providências que ele adotou em relação ao ex-Secretário de Segurança do Distrito Federal, o Delegado Anderson Torres, ex-Ministro da Justiça, o qual está preso até hoje, a pedido de Aras, acusado de omissão do 08 de janeiro.

Portanto, senhores, esse pedido o qual foi endereçado por minha pessoa ao Procurador-Geral Augusto Aras é pela prisão preventiva, sim, do General Gonçalves Dias, com adoção de medidas cautelares diversas, entre elas a apreensão de passaporte, quebra de sigilo, e busca e apreensão, em desfavor desse senhor, tendo em vista que essas medidas, assim como ditas pelo Ministro Alexandre de Moraes, são essenciais para elucidação dos fatos. Este foi o argumento para a decretação da prisão preventiva do Delegado Federal Anderson Torres. Então, que sejam utilizados os mesmos critérios para expedição do mandado de prisão contra esse general do desgoverno Lula.

E falando em Lula, Deputado Cirone Deiró, eu fico indignado com esse desgoverno, não apenas pela incompetência galopante e habitual do PT, que quase quebrou o nosso país mais de uma vez e que, infelizmente, coloca a nossa nação em risco novamente. Não, não é só isso, não é só a incompetência e a corrupção, que é uma prática reiterada dentro do Partido dos Trabalhadores. Nunca um presidente de qualquer país civilizado mostrou um desprezo tão completo à Constituição, às leis, às instituições e uma falta absoluta de respeito com as pessoas.

O sentimento de vingança e a falta de respeito com a qual esse ex-presidiário trata a todos. Ele insultou os ucranianos, os europeus, os americanos, e colocou o Brasil em uma posição diplomática muito complicada, porque ele não tem a mínima noção de como deve se comportar um Chefe de Estado.

Mas, não é só. Antes de partir, ele deu declaração absurda quanto às pessoas que têm deficiência. O expresidiário, o descondenado afirmou em alto e bom som dizendo que "as pessoas com deficiência têm um parafuso solto" ou algo assim.

Lula, toma respeito na cara e aprende a respeitar as pessoas com deficiência! Infelizmente, tu és o Presidente "colocado" aí. Para de te portares como se estivesses em um boteco, no qual tu tens o costume de entornar cachaça! Respeita as pessoas com deficiência! Eu quero aqui deixar registrado, como pai atípico que sou, o meu total repúdio a você: cachaceiro, mal-educado.

Mudando a pauta, quero me dirigir agora às pessoas, ao povo do Vale do Jamari, minha região, especialmente de Alto Paraíso. O povo que espera ansiosamente pelo mínimo de dignidade, que é o direito de ir e vir, o direito de trafegar livremente pelas estradas que são pagas pelos seus impostos, em especial um, chamado IPVA.

E eu tenho visto propagandas dizendo que agora a balsa é gratuita. Não. Ela não é gratuita. Não existe almoço grátis. A diferença é que agora a balsa é paga pelos impostos de vocês. Mas, não é de graça. O povo estava pagando duas vezes. Pagava a balsa e as estradas já com o imposto, e agora estava pagando uma segunda vez ao ir lá e pagar para a empresa. E por meio de um pedido, de uma solicitação, uma ideia que fiz aqui na antessala ao Chefe da Casa Civil Júnior Gonçalves, levei a ideia até ele de que fosse custeada pelos cofres públicos. Ele falou que ia levar isso para estudo. Posteriormente, contei com o apoio dos demais deputados do Vale do Jamari, o Deputado Alex Redano, o Deputado Delegado Lucas Torres, o Deputado Pedro Fernandes, para que me ajudassem nessa empreitada junto ao Governo do Estado.

E agora a balsa — repito — não é gratuita, só está sendo paga, como deve ser, pelos impostos do povo. Ponto. Só que eu não esqueci da ponte. E eu vou cobrar aqui nessa tribuna até que ela seja entregue.

Eu quero dizer a você, cidadão de Alto Paraíso: aqui tem uma voz, aqui tem um parlamentar que vai cobrar essa ponte até que ela seja entregue. E, na minha visão, essa balsa não deveria mais estar sendo custeada pelos cofres públicos, e sim, com recursos da empresa que atrasou na entrega da obra. Está muito atrasada! E não é pouco. E digo mais: se começar a demorar para entregar essa ponte, eu acho que vai estar na hora de a gente abrir uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) aqui. Fica o meu alerta. Fica o meu alerta.

Gostaria também, na sequência, Senhor Governador Coronel Marcos Rocha, o senhor é um homem cristão, o senhor tem demonstrado valores de família, de que deseja profundamente o bem para o nosso Estado. Então, aqui, Senhor Governador, eu quero pedir ao senhor que, rapidamente, sancione a implementação do Programa Escola Segura e Cidadã, de autoria deste parlamentar, aprovado por esta Casa, para que policiais civis e militares possam atuar como guardiões escolares nas nossas escolas.

A população tem pressa, governador. As nossas crianças merecem atenção, em especial daqueles que são responsáveis por gerir o Estado. Eu fiz a minha parte, a Assembleia Legislativa fez a sua parte: foi aprovada. Sancione logo e coloque seguranças armadas dentro das escolas. Não vamos esperar acontecer uma tragédia para que o Estado venha a implementar isso. Faça o seu papel, governador. Proteja o nosso maior patrimônio, que são as nossas crianças.

Por fim, Senhor Governador, eu aguardo ansiosamente o envio para esta Casa da recomposição, valorização através dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos nossos policiais civis, militares, bombeiros, penais. Essas

famílias que há muitos anos aguardam uma valorização por parte do Estado. Como o senhor mesmo disse durante a campanha. Estamos aguardando o cumprimento dessa promessa, governador. E acreditamos que ela venha agora em junho, não é? É o que eu estou escutando. Estamos aguardando. Estamos de olho.

Quero aqui, por fim, deixar meus cumprimentos a todos os agraciados hoje com a Medalha Mauro dos Santos, da Polícia Civil. Solenidade que ocorreu em Ji-Paraná, que, infelizmente, não pude comparecer em razão dessa Sessão Plenária, mas enviei um representante, dada a importância desse evento para os nossos nobres policiais. Então, parabéns a todos os agraciados.

Por fim, Senhor Presidente, sem me alongar, eu não faço parte como membro efetivo da CPI instaurada nesta Casa em relação às reservas ambientais, mas o Presidente dessa CPI, Deputado Alex Redano, aqui presente, eu rogo a Vossa Excelência para que me convide para as sessões que envolvam este tema, porque acredito que como 13 anos dentro da Polícia Civil eu possa contribuir de alguma forma para os trabalhos.

O SR. ALEX REDANO - Se permitir um aparte.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Todo aparte.

O SR. ALEX REDANO - Quero convidar Vossa Excelência para dia 03 de maio, uma quarta-feira, às 15 horas, participar conosco. Será muito bem-vinda a sua presença. Sei do seu conhecimento, anos e anos como delegado, acompanhou de perto toda essa situação. E estamos bem otimistas.

Estive agora reunido com a Sefin, com o Secretário Luís Fernando e com o Coordenador da Receita, Antônio Carlos, justamente falando sobre as reservas e crédito de carbono. Que no meu pensamento é uma das saídas para o nosso Estado, financeiramente falando, esse crédito de carbono ir para a mão de quem está no campo, para o homem da mão calejada, que é obrigado a cuidar da sua reserva legal.

Então, uma das ideias que está sendo construída é essa. E, com certeza, Vossa Excelência irá contribuir muito. E está feito o convite para participar dessa reunião, dia 3, às 15 horas, no Plenarinho.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Deputado Alex Redano, pela oportunidade de também trazer aqui um pouco sobre meu pensamento e os trabalhos que posso contribuir nessa CPI.

Em relação aos policiais que aqui se encontram, policiais militares, nesta Casa, nós colocaremos em deliberação. E aqui eu quero agradecer ao Presidente desta Casa, o Presidente Deputado Marcelo Cruz, ao Deputado Cirone Deiró, ao Deputado Ezequiel Neiva, que somaram esforços para que hoje nós colocássemos em deliberação a convocação dos representantes do Governo do Estado, a fim de que aqui, nesta Casa, se manifestem em relação à promoção dos senhores. Então muito em breve estaremos votando. E saibam que aqui é a casa do povo, aqui

é a casa da transparência. E contem sempre conosco. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Delegado Camargo.

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Presidente Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Pois não.

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Deputado Alan Queiroz, quero pedir para registrar a minha presença, por favor.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registra a presença do Deputado Alan Queiroz, por gentileza.

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Obrigado. Um abraço.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Áudio via WhatsApp) – Oi, Presidente, boa tarde. Registra a minha presença. Deputada Rosangela Donadon.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Registrar a presença da Deputada Rosângela Donadon.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Áudio via WhatsApp) – Presidente, por favor registrar a presença do Deputado Luizinho Goebel nessa Sessão Ordinária.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Luizinho Goebel.

Gostaria de convidar a Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus para fazer uso da tribuna desta Casa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Boa tarde, Senhor Presidente; a todos os deputados desta Casa; todos do plenário. Hoje, eu me dirijo nessa tribuna — a gente tem feito um trabalho importante na Comissão de Saúde —, e desde que entrei aqui nesta Casa de Leis, a gente veio com essa prioridade da pauta da Saúde. Nosso mandato tem um olhar muito especial pelo cuidado das pessoas, da vida, especial esse olhar pelas questões sociais. E a gente sabe que todas as pautas são muito importantes, mas nós sabemos que a saúde é uma das pautas prioritárias. Até porque, quando a gente sente dor, a gente não espera para amanhã, a gente precisa para agora, um atendimento de dignidade. Então, essa luta pela saúde não é uma pauta de agora, no mandato de deputada estadual, mas é uma pauta que a gente vem desde a vereança, lá no nosso Município de Ji-Paraná.

E a gente trouxe aqui, para esta Casa de Leis, o diálogo, o debate sobre a descentralização da saúde — dentro daquela Comissão, a gente tem feito esse debate a todo tempo. É muito importante, hoje, que a gente tenha esse olhar sobre a descentralização da saúde aqui do Município de Porto Velho e que se estenda o fortaleci-

mento das regionais de saúde para as demais regionais que nós temos.

Mas também, a gente vem hoje, representando as dores daquela população que vive ali, especialmente, naquela região central do Estado, onde está o meu Município de Ji-Paraná. E a gente sabe que ali, hoje, temos mais de 17 municípios naquela regional — um quantitativo de mais de 500 mil habitantes -, e a gente não tem ali um regional de saúde, de fato, um hospital bancado pelo Estado.

Hoje, o Município de Ji-Paraná utiliza do seu orçamento próprio para ajudar, porque o que o Estado passa para aquela regional não é o suficiente para fazer a gestão na saúde e o Município de Ji-Paraná cumpre com a obrigação, hoje, contribuindo com o Estado. Então, é muito justo que a gente comece a se organizar, a se planejar, para que a gente tenha gestão, de fato, para que se tenha eficiência na saúde do Estado de Rondônia, mas especialmente, que a gente possa ter as nossas regionais funcionando.

E quando eu olho aquela situação ali, com aquele quantitativo de pessoas, o sofrimento da nossa população que se dirige, hoje, a Porto Velho, a Cacoal e até mesmo para fora do Estado de Rondônia a procura de uma saúde de qualidade, é lamentável. A gente sabe que aqui nessa capital tem muitas pessoas que vêm do interior, sem nem um centavo, sabe? Que chega aqui, não têm condições de pagar uma pousada, não têm condições de pagar uma alimentação digna. Vem, dentro de uma ambulância, em uma condição também, bem difícil e é lamentável. Isso não está legal. Não é esse retrato que nós queremos de uma saúde pública, neste Estado.

E o papel nosso, como legisladores, é especialmente esse: acompanhar o orçamento; fazer o debate das problemáticas; é resolver problemas — a gente não vem para cá para outra finalidade. E ver o sofrimento da nossa população nos machuca muito, porque eu entendo que ser cristão é isso, é se compadecer com o sofrimento das pessoas. É, através do amor ao próximo, a gente ter capacidade de ocupar os espaços de poder e a gente trazer para esses espaços a dor de tantos seres humanos que não têm vez, não têm voz e que precisam que nós, como representantes do povo deste Estado, a gente possa fazer gestão para mudar, para dar dignidade. Eu falo isso porque é um retrato, é o retrato que a gente vive. E nós precisamos de, nesse espaço, ter atitudes, ter iniciativa para sanar essas problemáticas. Não dá para a gente caminhar tranquilamente, fazer vista grossa com tantas situações difíceis acontecendo. Os problemas existem e a gente não está vindo aqui para fazer sensacionalismo. Porque todo mundo sabe. Mas, os problemas existem para serem resolvidos, com responsabilidade, com diálogo, com respeito e é isso que a gente tem feito.

E, Deputado Cirone, eu hoje venho aqui, especialmente, para convidar os deputados, as deputadas desta Casa de Leis para participarem conosco em Ji-Paraná, dia 12 de maio às 15 horas, no Auditório do IFRO (Instituto Federal de Rondônia) de Ji-Paraná, uma grande Audiência

Pública, na qual nós trataremos da construção do Hospital Regional de Ji-Paraná para atender à região central do Estado de Rondônia. Que é a segunda regional em número populacional, é a segunda regional que hoje, contribui também, com o pagamento de imposto. E todos merecem. Todos. Isso é fato.

E a nossa luta não é só pela região central, é por todas as regiões. Mas, dentro do quantitativo de população, a gente entende que aquela regional ali precisa de um atendimento mais rápido e prioritário. Então, nós vamos fazer esse debate. Isso não é vaidade, é necessidade de políticas públicas para aquela regional, para que a gente de fato, consiga sanar aquela problemática.

Eu estive em Brasília, tive um diálogo com a Ministra da Saúde. Levei as dores do povo do nosso Estado, relacionado à saúde, pedi atenção especial ao Estado de Rondônia. Todos sabem do meu posicionamento político, a forma de lidar com as políticas públicas, o respeito ao próximo que tem. E hoje digo, com muito orgulho, que tenho um Presidente da República do meu partido, no qual entendo, no qual olho dados, no qual eu tenho a capacidade de olhar as coisas de uma linha no qual a gente vê a verdade, a gente vê de fato números, a gente vê dados. E a gente sabe do comprometimento hoje do Governo Federal com o Estado de Rondônia.

As questões políticas ficam de lado, o que entra nesse processo são vidas, vidas que precisam ser salvas, pessoas que precisam de políticas públicas. E as pessoas não estão preocupadas com esses debates políticos — pobre — que acontece nos parlamentos. As pessoas querem resposta, elas querem saúde com dignidade. Elas querem ter a educação de qualidade. Elas não querem ter violência no seu dia a dia, elas querem ser assistidas pelas políticas públicas.

E a gente levou um pleito também ao Governo Federal, se tratando do Minha Casa Minha Vida. E quando eu venho falar sobre isso, deputado, eu falo de políticas públicas, eu não vou fazer o discurso de quem é bonito, quem é feio, quem é bom, quem é ruim. Eu falo de dados. Eu falo de um governo que teve a capacidade — coisa que nenhum governo deste país teve a capacidade — de levar para aquele espaço de poder a proposta de moradia para o povo brasileiro. E todo mundo sabe dessa necessidade, e que essa pauta ainda não foi resolvida. E que foi, sim, o presidente do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que criou o programa Minha Casa Minha Vida.

E quantas pessoas neste nosso país, especialmente no Estado de Rondônia, hoje, tem uma moradia digna? Eu fico extremamente feliz e é disso que eu estou falando. É de resultado palpável. Quando você olha o seu irmão, o seu vizinho e você vê que, através de uma política séria de governo, a vida dele está mudando.

E eu também falo sobre a questão da pauta rural. Eu sempre atuei muito no setor rural e quando eu, nas minhas andanças pelo Estado de Rondônia, que eu presenciei e presencio tantos agricultores que tiveram condições de obter uma habitação rural, isso enche de alegria o meu coração. Isso faz eu acreditar que a política tem

jeito, que pessoas que têm responsabilidade nos espaços de poder, elas têm condições de mudar a vida do povo. E eu fico muito orgulhosa, porque eu vejo nesse momento novamente essa pauta, tão sonhada nossa lá atrás e que se concretizou, voltando a acontecer de novo.

E digo mais. No meu Município de Ji-Paraná — e não só Ji-Paraná; Cacoal tem esse problema também, Deputado, o senhor sabe disso —, nós, inclusive, também pedimos para que seja sanado, que o Governo Federal aja rapidamente sobre essas moradias que não foram concluídas em quatro anos, uma pauta que não foi sanada. E eu pedi, mais uma vez: tenha um olhar sobre Rondônia, sobre a pauta de moradia. Isso não está resolvido. Tem um monte de pessoas, hoje, morando na rua, tem um monte de pessoas hoje embaixo das pontes. Tem um monte de pessoas morando tumultuadas em uma casa, porque não têm condições de comprar uma casa.

Então, a gente levou esse pleito de Rondônia para que o Governo Federal tenha esse olhar especial em destinar moradias para Rondônia, mas para que o Governo Federal faça aquilo que o governo passado não teve capacidade de fazer, que é concluir essas moradias. Deputado Cássio, em Ji-Paraná tem 1.456 apartamentos construídos lá, faltando detalhes e que, em quatro anos, o governo não teve a capacidade de concluir.

Então, assim, a gente tem que ter responsabilidade sobre o que a gente está falando. A gente tem que ter responsabilidade, porque política se faz mudando a realidade da vida das pessoas. A gente muda, salvando vidas, dando uma saúde de qualidade, educação de qualidade. E eu tenho um olhar muito especial sobre as pautas que envolvem a questão social das pessoas, da pessoa humana.

Em Rondônia, a gente precisa ainda fazer muitos debates aqui relacionados às questões sociais, se tratando hoje das políticas públicas voltadas aos idosos. Porque é muito fácil a gente vir aqui falar do agronegócio. É fácil, gera lucro, é dinheiro, é o capitalismo. Mas, às vezes, é muito difícil para nós, hoje, pautar quantos idosos no Estado de Rondônia que não têm para onde ir? Quantos idosos que estão abandonados neste Estado e que não têm nenhum lar do idoso hoje bancado com recurso próprio do Estado para acolher essas pessoas?

E isso é problema nosso. Isso, sim, é problema nosso. Por quê? Porque nós estamos aqui para resolver especialmente os problemas das pessoas vulneráveis, das pessoas mais necessitadas dessa sociedade. A gente precisa ter um olhar sobre isso, porque essas pautas importantes que geram renda são muito bacanas. Mas, às vezes, fazer o debate daquele viciado na droga que está lá largado, que está nas ruas perambulando, que está sendo morto, aqui ninguém quer saber mais dele. E aí é onde entra o amor ao próximo. A capacidade de entender que nós estamos aqui para cumprir missão. Isso daqui não é um emprego. Isso daqui também não é profissão. Isso daqui é uma grande missão para quem crê no mundo espiritual. Para quem crê em ser cristão de fato e de verdade, aqui é onde podemos usar a única ferramenta — a única, não existe outra. Não existe ne-

nhuma outra ferramenta de mudança social nesse mundo para mudar a vida das pessoas que não seja a política. Porque, com toda a generosidade que temos, nós não conseguimos sanar o problema de todas as pessoas. E, através das políticas públicas, através de um orçamento digno, justo e transparente, nós podemos aplicar recurso hoje para construir muitas creches neste país e neste Estado de Rondônia. E hoje isso é um problema. Em se tratando de mulheres — e eu me enquadro nisso —, nós sabemos o que significa hoje ter que trabalhar e deixar um filho com qualquer pessoa, porque nós não temos creches suficientes para deixar os nossos filhos. E quando temos políticas públicas, de fato, digna, justa, e que na maioria as pessoas se preocupam com isso, com certeza a gente vai ter creche, a gente vai ter condições de resolver esses problemas.

Quando a gente vê que se preocupam com a saúde, em construir hospitais, em ter profissionais preparados, a gente vai sanar um problema de toda uma sociedade que vive padecendo, que vive sofrendo. Então, são ações coletivas que sanam problemáticas, que resolvem a vida da população. E é disso que a gente fala aqui, porque muitas coisas estão esquecidas.

Eu vejo aqui alguns posicionamentos de pautas que não vão servir de nada, que só vão criar ódio, que não vão resolver o problema. E se fosse para eu vir fazer esse discurso aqui, eu poderia fazer, mas isso me empobrece demais. Eu vim para cá com uma missão muito grande. Acredito que eu não cheguei aqui por acaso. Eu cheguei aqui porque eu tenho uma missão. No meio de tantos, eu fui escolhida. E eu preciso cumprir com a minha obrigação que é legislar em prol desse povo sofrido, que clama todos os dias.

O Hospital Infantil Cosme e Damião tem sido um retrato muito triste da situação. Isso não é uma crítica de uma forma pejorativa, mas é uma crítica construtiva do olhar que nós precisamos ter por aquele hospital. Quantas crianças que estão ali hoje sofrendo? Tem uma criancinha lá do Município de Ji-Paraná com o coração crescido, que precisa de uma cirurgia urgente. Aquela criança está ali há mais de 20 dias.

O que eu estou falando aqui é de gestão, é de salvar vidas, é comprometimento com vidas. Que a gente deixe essas pobrezas, esses nossos discursos pobres, medíocres de lado e que a gente tenha a capacidade de fazer o debate das políticas públicas. Que a gente venha aqui bater nesta tribuna, dizendo que nós estamos salvando vidas. Que os nossos Projetos de Leis aqui, são a favor da vida. Que as nossas Emendas Parlamentares são para resolver o problema daquelas pessoas que estão na sarjeta, que estão na miséria, que não têm mais expectativa de vida.

Acho que só dá para dizer que valeu a pena e que está valendo a pena estar dentro deste espaço de Poder, quando a gente, de fato, consegue se colocar no lugar das pessoas que estão sofrendo nessa sociedade. E é para isso que a gente vem aqui.

Então, eu registro aqui, deputado, todos esses fatos que eu tenho observado e que esta Casa de Leis precisa trabalhar sobre as pautas sociais, sobre a situação em que se encontram os idosos do Estado de Rondônia. Nós não temos lugar hoje para mandar nem um idoso. Se alguém precisar de uma vaga no Lar do Idoso no Estado de Rondônia, não tem. O Estado, infelizmente, não destina do seu orçamento para essa finalidade. Isso é preocupante. Esse orçamento passa por aqui e nós precisamos pautar isso. A mesma coisa é relacionada às creches. Faltam creches no nosso Estado, nós precisamos ter esse olhar. O centro de recuperação. Nós não temos nenhum bancado com recurso próprio do Estado. A gente agradece o papel que as entidades, especialmente as entidades religiosas, as igrejas têm feito em favor dessas pessoas. Mas, isso é compromisso do Estado, dos municípios. E nós precisamos dizer, nós precisamos resolver esse problema. Esse problema é nosso. E nosso.

Então, eu lamento muito. E o nosso mandato tem tomado providências no intuito de fazer requerimentos, de fazer cobrança. Esse é o nosso papel, de fato, e nós estaremos fazendo isso, mas quando a gente vir para cá, a gente precisa pensar um pouco a nossa posição política, não é? O que, de fato, nós queremos com esse povo que tanto espera de nós.

E eu espero que a gente, realmente, possa conseguir o hospital regional no Município de Ji-Paraná para atender a região central. Essa é a nossa luta. Eu não tenho dúvidas que hoje, com o apoio — é claro —, do Governo Federal, que eu acredito muito. É um governo no qual eu votei e estou pleiteando, estou batendo na porta para que esse recurso venha para a construção desse hospital, mas eu acredito muito também no comprometimento do Governador Marcos Rocha.

Vejo que é um cidadão que tem responsabilidade e quero, nesse momento, ver também como será o seu entendimento sobre essa pauta na região central. A segunda cidade do Estado de Rondônia e nós precisamos desse olhar de responsabilidade, de comprometimento, porque não é vaidade política, é necessidade.

Espero que os senhores, as senhoras deputadas que neste momento também assistem o nosso pronunciamento, os senhores e senhoras que estão também neste plenário, que possam se fazer presentes nesta Audiência Pública, nos ajudar. Porque uma coisa é a deputada vir aqui e falar todos os dias do hospital regional lá daquela região, onde a gente vê pessoas apodrecendo precisando de uma cirurgia e tem dias que não consegue. As pessoas morrendo, porque, às vezes, quando consegue uma UTI não chega em tempo e as pessoas vão a óbito. Então, quando a gente fala isso, muitos duvidam da gente, mas outra coisa é quando vai lá ouvir a população que está passando por isso. A população que ficou seis meses esperando uma cirurgia, a população que passou por situações delicadas de não ter um recurso financeiro para fazer um tratamento, que esperou pelo Estado e não aconteceu e, às vezes, não está mais aqui hoje para contar a história. Enfim, são tantas coisas. Mas espero contar com os meus nobres pares para que vocês estejam lá para fortalecer esse debate, que é uma necessidade do nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Deputada Cláudia de Jesus. A senhora tem defendido a pauta da saúde aqui dentro do Estado de Rondônia. E tenho visto o trabalho na Comissão de Saúde. Eu também sou um defensor da descentralização da saúde, eu acho que as pessoas têm que ter oportunidade de ser tratada lá no seu município; os hospitais do governo fazerem a média e a alta complexidade, esse trabalho mais minucioso, caso de acidentes, de fatos que realmente tenham dispêndio de recursos muito grande. E que esses atendimentos da saúde básica sejam feitos no município.

As vezes o município manda aqui para a capital, compra ambulância, devido a não ter recurso financeiro para manter esse tratamento lá no seu município. Então que o Estado aporte recurso, faça convênios e a gente consiga deixar esse paciente lá, próximo da sua residência, facilitando assim o acolhimento da própria família na recuperação desse paciente.

Eu quero chamar, convidar aqui para uso da tribuna...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente, por gentileza, eu peço um aparte. Por gentileza, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só um minutinho, por gentileza, Deputado Delegado Camargo. Quero convidar o Deputado Cássio Gois para usar a tribuna, e, enquanto o Deputado Cássio Gois se dirige à tribuna, permito a palavra ao Excelentíssimo Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Presidente. Sempre muito combativa, a minha colega de Parlamento, Deputada Cláudia de Jesus. Deputada, eu peço que Vossa Excelência, muito comprometida e eu conheço seu trabalho aqui nesta Casa, com números, com vidas; gostaria que Vossa Excelência intermediasse junto ao Presidente do seu partido, o descondensado, ladrão, para que ele destinasse recursos para recuperação da BR-364, em Itapuã do Oeste, muito embora nós saibamos que se trata de uma rodovia federal e nós não temos nenhum deputado federal do Partido dos Trabalhadores. Mas, dado a vossa proximidade com o Presidente da República, eu gostaria que Vossa Excelência intermediasse, porque nessa BR muitas vidas já foram perdidas. E a nossa principal artéria de escoamento do agronegócio, aqui do nosso Estado, não é? Então, nós dependemos ainda, muito da rodovia para o trânsito de pessoas, de veículos, da nossa produção. Então, peço e sei do seu comprometimento com o desenvolvimento deste Estado, que Vossa Excelência intermedeie, junto ao Governo Federal, então, a recuperação da rodovia ali em Itapuã do Oeste. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Delegado Camargo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Questão de Ordem à Deputada Cláudia de Jesus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Presidente, eu quero me dirigir aqui, e, assim, com todo o respeito — Deputado Delegado Camargo — que eu tenho não só pelo senhor, mas por todas as pessoas desta Casa...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS — Independentemente de qualquer pessoa aqui, aos servidores, a todos. Eu gostaria de pedir ao senhor que o senhor respeitasse o meu Presidente — o nosso Presidente — o Presidente da República, o Presidente de todos os brasileiros e brasileiras.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Meu, não.

A SRA, CLÁUDIA DE JESUS - O senhor... Ele é.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Meu, não.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Deputado Delegado Camargo, o direito à fala está com a Deputada Cláudia, por gentileza.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Ele é. Assim como o senhor é um Deputado de Rondônia, ele é o Presidente deste país. O senhor precisa respeitar. O senhor está em um Parlamento.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Ladrão, descondenado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – O senhor deve ter conhecimento do direito, o senhor sabe, o senhor tem conhecimento, então o senhor deveria se portar diferente e, como um parlamentar, é muito ridícula a iniciativa do senhor de ficar falando dessa forma. Então, o senhor deveria respeitar mais as pessoas que estão à frente, que são gestores.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Meu respeito é conquistado e não imposto. Ele não tem o meu respeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Pois é, mas o senhor deveria respeitar. O senhor não dá o respeito às pessoas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Deputado Delegado Camargo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS — E quero dizer mais ao senhor: o meu Presidente, o nosso Presidente, o Presidente do povo brasileiro, não tenho dúvida do comprometimento dele com o Estado de Rondônia. E essa pauta já tenho apresentado. Já está lá, e nós temos uma bancada federal, na qual eu acredito no potencial dos deputados — deputados e senadores do Estado de Rondônia — que estão lá, intermediando.

O Presidente da República não é o presidente do Parti-

do dos Trabalhadores. Ele é o presidente de todos; dos que votaram, dos que não votaram, independentemente de religião, de qualquer coisa, porque para estar nesse espaço de poder a gente tem que olhar o ser humano, a gente não tem que olhar a classe social, cor, religião. A gente tem que estar aqui por todos. O Presidente Lula é esse tipo de pessoa. E eu não tenho dúvida de que ele vai ter um olhar muito especial por Rondônia, como já está tendo.

E eu vou levar, sim, a pauta do senhor, porque lhe respeito e gostaria de pedir para o senhor: eu sou, sim, do Partido dos Trabalhadores. Desde criança, sempre respeitei a todos e gostaria que o senhor me respeitasse, porque dentro desse partido — um partido que luta pela classe dos trabalhadores, por todos os trabalhadores deste país —, tem muitas pessoas honestas, muitas, não são poucas. São pessoas que fazem histórias, são pessoas dignas, são pessoas justas. Então, o senhor deveria cuidar, porque o senhor tem generalizado. E aquilo que a gente não quer para a gente, a gente não faz para os outros.

Respeite mais as pessoas, deputado. Eu tenho certeza de que, se o senhor fizer uma reflexão, o senhor vai entender do que eu estou falando. Tudo na vida passa e é importante que a gente respeite o nosso próximo, está bom? Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputada Cláudia de Jesus.

Quero aqui cumprimentar o Wilson, que está aqui conosco, lá da cidade de Cacoal; os atletas ali do Karatê, sejam bem-vindos aqui à Casa do Povo, a Casa que recebe toda a população do Estado de Rondônia; o ex-vereador de Cacoal, o Jabá Moreira, aqui presente.

E, quero aqui franquear a palavra ao Excelentíssimo Deputado da cidade de Cacoal, Cássio Gois.

O SR. CÁSSIO GOIS - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; servidores; todos os presentes; o pessoal do Karatê chegando, que bonito! É de se admirar de pé. Parabéns.

A todos os policiais presentes, nossos sargentos da Polícia Militar do Estado de Rondônia, futuros oficiais administrativos. Com muita luta vocês serão oficiais administrativos e nós estamos aqui, esta Casa tem tomado cada vez mais força em prol da defesa de vocês junto à Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Quero cumprimentar meu amigo Mário Moreira, conhecido como Jabá, não é? Um grande amigo. Maria Simões, deve estar aí também, grande amiga nossa de Cacoal; e várias outras pessoas, além dos policiais militares de Cacoal, em nome da Ediléia, também faço meus cumprimentos.

Sobre essa pauta dos dois colegas, eu vou fazer só uma pequena observação. Eu estive em Brasília há 15 dias, em uma reunião de bancada, e ouvi o discurso do Deputado Federal Lúcio Mosquini em relação aos investimentos que serão feitos na BR-364, totalizando R\$ 480 milhões durante o curso do mandato do governo federal

atual, e tem assegurado também R\$ 42 milhões, Emenda do Senador Confúcio Moura para recuperação ali das obras que precisam ser feitas do Município de Itapuã do Oeste. Isso aí é público e notório, todos nós colegas deveríamos saber disso.

Pessoal, falando sobre os investimentos que precisam ser feitos no Estado de Rondônia, nós vamos trabalhar uma pauta aqui, Deputado Cirone, e eu queria pedir a sua ajuda, o senhor é o atual Presidente da Mesa. E inclusive sou muito justo nas minhas ações, o senhor sabe disso, a gente tem trabalhado unido aqui em prol do Parlamento. E eu quero lhe ajudar e ajudar o Governo Marcos Rocha em uma pauta que é muito importante para a nossa regional, Deputado Cirone, que é o asfaltamento do Município de Ministro Andreazza até o Estado do Mato Grosso, Rondolândia.

Discussão antiga, discussão importante, mas hoje eu estou trazendo aqui, mais uma vez, esse assunto à tribuna da Assembleia Legislativa por um motivo importante. Na campanha o governador, nosso Governador Marcos Rocha, esteve no Município de Ministro Andreazza e uma das pautas era o asfaltamento desse trecho. Como é que nós fazemos isso? Prevê o projeto e depois prevê o benefício do asfalto ao produtor rural, porque ali é uma linha estadual, que é a 471.

Então, nós precisamos, este ano, começar a discutir isso. E eu vou até o Estado do Mato Grosso, eu vou abrir um diálogo com a Casa Civil do Mato Grosso, com o Governo do Estado do Mato Grosso para que a gente possa entender. Porque de lá para cá o asfalto vai acontecer. São 22 quilômetros. E daqui para lá, um trecho de 25 a 28 quilômetros, também precisa acontecer. Nós precisamos dar esse pontapé inicial, seja no projeto, seja assegurando recurso, seja fazendo parceria de termo de cooperação com os Estados, porque nós sabemos que é uma via que liga um trecho só, um destino só, que é o Município de Ministro Andreazza. De Ji-Paraná já tem o apoio do prefeito de Ji-Paraná, Isaú, e tem o apoio do prefeito de Cacoal, Adailton Fúria.

Então, nós vamos para essa luta, Deputado Nim, envolve o seu município, o Prefeito Isaú é favorável, o Prefeito Guedes é muito lutador, em Rondolândia, para que esse asfalto vire realidade. E eu também vou para essa luta, mas uma luta positiva, coisa que resolve, que apresenta solução. Porque aqui nós políticos, nós temos que apontar o problema e apresentar a solução. E é assim que nós vamos trabalhar nesse mandato, que nós estamos iniciando agora com muita garra, com muito orgulho e com muita fé.

Preciso também que o Governo do Estado faça, Deputado Ezequiel Neiva, o senhor que já foi diretor do DER do Estado de Rondônia, um patrolamento e um cascalhamento emergencial da Linha E. A Linha E está localizada ali entre o Distrito do Riozinho até o Município de Espigão D'Oeste. Uma via importante, passa muito produtor, passa muito caminhão carregado, passa de tudo ali. Na verdade, o sonho das pessoas é que também seja asfaltado, mas a gente sabe que ali vai ficar para um segundo momento e que a estrada estando boa o produtor já está contente. E eu tenho certeza que a residência da nossa região vai atender esse pedido do nosso gabinete e vai recuperar a Linha E, Cacoal, nesses próximos dias. Nós estamos trabalhando para isso com o pedido ao Governo do Estado.

Para encerrar, quero dizer da minha satisfação e da minha alegria, no dia 20, agora, de abril nós abrimos em Cacoal o Escritório Parlamentar Regional do Café. Nós estamos localizados em um bairro importante de Cacoal, que é o Princesa Isabel, um bairro antigo. Nós estamos a duas quadras praticamente da Avenida 7 de Setembro. E uma região central, bom para estacionar, fácil acesso, via de ligação de quem vem ali da Rodovia do Café. Foi por isso que nós colocamos e batizamos com esse nome, de Regional do Café. E nós estamos trabalhando. Nosso escritório foi inaugurado com a presença de mais de 200 pessoas. Vários representantes do Governo do Estado estiveram, em nome do Moura eu quero agradecer a presença de todos; Prefeito Adailton Fúria Prefeito Ney, de São Felipe D'Oeste; Prefeito Milla, de Ministro Andreazza e Vice-Prefeito Fofão; e diversos vereadores, inclusive o Presidente da Câmara do Município de Pimenta Bueno, que é o nosso parceiro também nas nossas acões.

Está aberto o nosso escritório, é para ouvir as demandas, é para ser parceiro do Município de Cacoal. E a gente sabe que a nossa Regional do Café, que é o nome que leva o nosso escritório parlamentar, compreende 15 municípios. E esses 15 municípios podem ter certeza que terão o apoio do Deputado Cássio Gois nesses próximos quatro anos de mandato. Até aqui, muito obrigado. Fique todo mundo com Deus. Pode seguir, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) — Obrigado, Deputado Cássio Gois. Parabenizar pela inauguração do escritório parlamentar ali na cidade de Cacoal. Um deputado que tem uma atuação muito importante. Estamos dividindo assento nesta Casa, representando ali a região do café. Desejar sucesso para o senhor no seu mandato. Sobre o pleito do asfaltamento até a divisa do Estado do Mato Grosso, é de suma importância. Nós já fizemos esse Requerimento ao governo no ano passado. Entendo, como o senhor também entende, que se nós dermos condições do Mato Grosso vir, a região norte do Mato Grosso vir para o Estado de Rondônia, nós vamos ter uma arrecadação muito maior, fazendo com que o Estado do Mato Grosso venha comprar, venha gastar aqui no nosso Estado.

Quero franquear a palavra ao Excelentíssimo Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Cláudia de Jesus — embeleza essa nossa Assembleia, nesta tarde. Saudar a todos da plenária, nossos irmãos da Polícia Militar. Acho que vai votar um Requerimento hoje, não é, Senhor Presidente? Convocando nosso Comandante-Geral para estar aqui dia, em maio. Mas, eu quero dizer a todos vocês que amanhã mesmo, eu estarei indo cedo, lá no

Comandante. Vamos conversar, Deputado Cirone Deiró, deve ter alguma forma de nós encontrarmos um meio-termo para resolver isso aí.

Eu imagino o que vocês estão passando, depois de terminar o curso, alguns meses, e estarem nesse imbróglio terrível. Eu acho que nunca houve na Polícia Militar, o que está acontecendo com vocês. Eu espero que o Comandante-Geral encontre um caminho logo, para resolver essas questões porque não é possível que mais de 60 alunos, que fizeram o curso, estão prontos a serem promovidos, estão nessa agonia até hoje. Mas, podem contar com meu apoio, nós estaremos junto com vocês. Deputado Cássio Gois, você falou sobre Ministro Andreazza, só para deixar você mais tranquilo e o Deputado Cirone Deiró, esse projeto está pronto, tá? Já existe o projeto do asfalto. Eu, quando estava no DER ainda, nós fizemos esse projeto e foi um projeto para asfalto usinado com duas camadas de sub-base, de 15 centímetros cada uma, mais uma camada de 20 centímetros de base e um asfalto reforçado ali, para aquentar o peso. Só tem que atualizar os preços. O projeto está prontinho e um projeto de qualidade. E só conseguir atualizar os preços e achar o orçamento, para poder contratar aquela obra. Itapuã, Deputada Cláudia de Jesus e Deputado Rodrigo, também a obra já está contratada. Já está contratada a obra. Tem uma empresa fazendo um canal ali - lá do rio, que liga até ali a cidade -, praticamente seis, oito metros de profundidade ali para fazer a drenagem, daquela água ali, porque o lençol freático é muito raso. Então, já estão fazendo ali uma drenagem do rio, sentido para a cidade e vão fazer todo aquele trabalho ali. Demoraram muito, mas enfim, está contratado. Agradecer ao Senador Confúcio Moura que colocou ali uma Emenda de R\$ 42 milhões, de sua autoria para poder também ajudar naquela obra ali.

E hoje, nós tivemos um embate de manhã na Comissão do Meio Ambiente, nem se tratava de saúde, mas hoje — Deputado Rodrigo, só para... eu fui consultar porque eu lembrava que tinha feito uma multa para aquele cidadão. E foi feita realmente uma multa, na época, para o construtor daquela obra, de R\$ 3 milhões, R\$ 3 milhões. E aí, ele entrou na justiça, recorreu, e aí foi feito um acordo judicialmente. Foi diminuído um pouco o valor da multa, mas ele arcou com a multa. Ele teve que pagar, ele pagou, porque senão ele estava impedido de fazer mais contrato com o Estado.

Estou falando, Presidente, sobre o hospital lá de Ariquemes, que a empresa na época fez um distrato. Eu acabei fazendo um comentário sobre a questão da saúde, como ela está e disse na Comissão, que a saúde nesses últimos quatro anos foi ruim, muito ruim. Nós não tivemos sorte com os Secretários de Saúde que por ali passaram. O Governador Marcos Rocha acertou em muitos detalhes, em muitos pontos ele foi maravilhosamente bem, tanto é que conseguiu a sua reeleição. É o meu governador - a quem eu respeito muito, tenho uma grande admiração, é do meu partido -, mas infelizmente, a saúde, vocês, hão de convir comigo, que ela precisa melhorar, Deputado Cirone Deiró.

E eu quero parabenizar o governador pela escolha do Coronel Jefferson Rocha, acredito muito na pessoa do Coronel Jeferson Rocha, e coloco todas as minhas fichas nele e acredito que o Jefferson pode, enfim, dar um jeito na saúde do Estado de Rondônia. É um grande gestor, um camarada que passou pelo Seosp, passou também no DER e hoje, está ali, na Secretaria de Saúde e pelas decisões que ele está tomando, acredito que vá resolver o problema na saúde, pelo menos melhorar muito.

Jefferson nós acreditamos muito em você, meu irmão. E eu aqui, parabenizo o governador pela sua escolha e sei que você vai dar um jeito nesse problema tão grande. Porque nós estamos com pessoas aí esperando uma cirurgia de vesícula, por exemplo, há três anos, pedra nos rins, enfim, é uma calamidade. Começou a fazer, mas precisa adiantar e precisa melhorar.

Senhor Presidente, eu tenho um projeto de minha autoria, que nós fizemos já há dois anos - ainda em 2020 -, que é a Habilitação Cidadã, justamente para que as pessoas que não têm uma renda - abaixo de um salário mínimo -, possam ter a sua habilitação de graça, custeada e subsidiada pelo Estado. Esse projeto foi aprovado, foi sancionado aqui, por esta Casa, porque ele voltou para cá e nós tivemos que sancionar aqui. E até hoje não foi colocado em prática. Eu faço uma cobrança aqui, ao novo Diretor do Detran, junto com o Governo do Estado, para que possa colocar esse projeto em prática.

Tem muitas pessoas precisando fazer a sua habilitação, tirar a sua habilitação de forma gratuita, porque o Estado pode fazer isso, já está em lei, é um direito do cidadão. Eu quero aqui fazer esse apelo ao novo Diretor do Detran, para que coloque esse projeto em prática, para que os nossos amigos rondonienses que não têm condições de custear e pagar, o Estado possa, então, subsidiar esta habilitação, a CNH (Carteira Nacional de Habilitação). Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parabéns, Deputado Ezequiel Neiva, pelas palavras. Está aí a solicitação do colega Deputado Ezequiel Neiva ao novo Diretor do Detran, o ex-parlamentar, ex-deputado estadual, ex-deputado federal Léo Moraes, que possa implementar dentro do Detran a Habilitação Cidadã, que dá o direito às pessoas de baixa renda de fazer a sua habilitação, ter o documento necessário para dirigir dentro do Estado de Rondônia.

Então, o Léo Moraes — como deputado estadual sempre foi muito atuante aqui, um deputado de excelência — que possa agora, como Diretor do Detran, implementar dentro desse órgão a Habilitação Cidadã.

Gostaria aqui de cumprimentar o meu colega, o Deputado Luis do Hospital, o melhor parlamentar da cidade de Jaru, que faz um excelente trabalho ali em Jaru. A gente tem sempre aprendido muito com Vossa Excelência aqui neste Parlamento.

Eu peço para a equipe registrar a presença do Deputado Laerte Gomes. Por gentileza, registra a presença do Deputado Laerte Gomes.

Quero convidar o Excelentíssimo Deputado Pedro Fer-

nandes para fazer uso da tribuna. O Deputado Pedro Fernandes está home office? Por gentileza, Deputado Pedro Fernandes.

O Deputado Alex Redano está inscrito. Por gentileza.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) – Presidente, registrar a minha presença, por favor. Deputada Gislaine Lebrinha.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrar a presença da Deputada Gislaine Lebrinha, por favor.

Enquanto o Deputado Ribeiro, o Deputado Redano e o Deputado Pedro se dirigem para usar a tribuna, queria aqui, mais uma vez, reforçar com os colegas — já falaram aqui — da necessidade da nossa Polícia Militar, por meio do Comandante-Geral, juntamente com a PGE do Estado de Rondônia, que possa reanalisar o caso dos nossos policiais militares, os primeiros-sargentos que foram formados no dia 25 de dezembro de 2021, que possa ser garantido o direito da promoção desses policiais que fizeram o curso para tenente, para oficiais aqui do Estado de Rondônia.

São 68 policiais, todos eles com média acima de 90, Deputado Ezequiel, que estão hoje aguardando, não sabem se são sargentos, se são oficiais, muitos tiveram despesa de até R\$ 40 mil que gastaram nesse período que passaram aqui fazendo o treinamento. Alguns distanciaram-se das famílias e precisam ter esse reconhecimento do Estado. Foi direito adquirido por esses policiais. É preciso que a Polícia Militar do Estado de Rondônia faça a promoção desses policiais, dê dignidade a eles, dê dignidade às famílias, porque hoje são motivo, inclusive, de chacotas por não ter sido feita a promoção desses oficiais.

Eu gostaria de convidar para usar a tribuna desta Casa o nosso Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol, pelo período que se fizer necessário.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Boa tarde a todos. É uma honra estar agui. Cumprimentar o nosso Presidente Cirone, que, cada vez mais, engrandece o debate. Cumprimentar o Deputado Ezequiel Neiva, nosso amigo aqui de sempre, nas lutas; nossos amigos aqui que estão no Parlamento. Cumprimento a todos, todo mundo que está aí em cima, os policiais militares na luta do CHOA — Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares; demais amigos; nossos amigos do karatê; e em nome de todos os nossos internautas, todos os nossos ouvintes que estão acompanhando no YouTube, todo mundo que está em casa. Dizer que é muito importante estar aqui. Eu fico muito feliz de estar aqui, podendo ter a oportunidade de falar na Casa do povo. O debate é importante, e nós temos aqui sempre que engrandecer, dar as nossas opiniões para os nossos pleitos, as nossas lutas, para o que nós fomos eleitos.

Eu venho aqui dizer que nós temos vivido momentos importantes na área da segurança pública, que é um momento muito importante. Nós tivemos, agora recentemente, um manifesto dos nossos delegados lá da

Central de Flagrantes, onde, no interior do Estado, já acontece. Estamos com a impossibilidade de fazer, realizar, por parte dos policiais civis, o cumprimento das nossas atividades na Lei Seca, devida à falta de efetivos e também devido à falta de valores, de igualitários da nossa GAV, nossa Gratificação de Atividade Voluntária de Trânsito.

E dizer que nós estamos juntos nessa luta. Toda a nossa bancada aqui está solidária à causa. Eu, o Deputado Ribeiro, o Deputado Camargo, o Deputado Lucas, a gente está junto, o Deputado Ezequiel Neiva, para trabalhar em prol desse nosso valor de GAV. Nossas gratificações serem de valores igualitários para todos os nossos servidores que trabalham na Lei Seca, que é um mix de servidores da segurança pública e servidores do Detran, os quais trabalham com muito respeito e merecem, sim, ganhar bem para realizar essas atividades.

Dizer que eu conversei com o Secretário Vital e ele me disse que é solidário à causa. Elogio aqui o Secretário de Segurança Pública. Muito importante o debate, ele escutar. Estive lá hoje. Ele recebeu a demanda e está tratando com o governo para que nós possamos cada vez mais rápido atingir, essa nossa GAV ser um valor igual para todos. Saí de lá satisfeito e acredito, sim, que logo estará tudo resolvido e os nossos servidores da força de segurança pública poderão trabalhar com os valores maiores da atividade de risco, pelo que trabalham, nas nossas operações de Lei Seca.

E eu acredito que é um momento muito importante, a pauta da segurança pública. Estamos testemunhando que quando a sociedade precisa, quem opera, quem entra em discussão, quem entra na ponta da lança são os operadores da segurança pública: os nossos policiais militares, nossos policiais civis, nossos policiais penais, os bombeiros, nossos servidores da Politec. E quando a corda estoura mesmo, sobra sempre para a segurança pública, para a polícia.

E nada mais agora, nesse momento, nós termos em voga a atenção especial do nosso governador na pauta de valorização salarial. As nossas forças de segurança hoje, infelizmente, configuram nos rankings como um dos piores salários do Brasil. E nós acreditamos e confiamos na palavra e na promessa do nosso governador, para o qual trabalhamos, trabalhei muito para sua eleição, e confio muito nessa valorização salarial, o PCCS da Polícia Civil, a valorização, o nosso realinhamento da Polícia Militar.

Estive falando com a nossa Secretária da Sepog, a Beatriz, e ela me disse que o governo tem esse planejamento de realizar, nesse segundo mandato, essa valorização. Confio que o governador vá realizar isso em breve para as nossas forças de segurança. É muito importante essa pauta, porque uma Polícia valorizada, uma Polícia com vontade de trabalhar cada vez mais, com certeza, abrange todas as outras áreas da nossa sociedade.

Dizer também que estamos aguardando o processo de, assim como as promoções estão ocorrendo da nossa Polícia Militar, nós precisamos destravar esse nosso processo do CHOA dos nossos oficiais que fizeram o curso.

Somos solidários à causa. Como membro da segurança pública, estou aqui à disposição. E nós temos uma pauta também importante — que está muito próxima de destravar, de sair — que é o aumento de vagas dos nossos policiais civis para que com isso eles consigam progredir e terminar o seu ciclo de vida dentro da categoria. Aguardamos o governo mandar esse projeto. Estamos ansiosos esperando o governo mandar esse projeto aqui para a Casa de Leis para a gente votar, para a gente conseguir completar e fazer com que aumente o ciclo final de carreira dos nossos policiais civis.

No mais, quero dizer que estou à disposição. Sou um servidor da segurança pública. Fui eleito por grande parte da segurança pública e vou defender essa bandeira aqui dentro, porque é uma bandeira que, uma Polícia Civil, uma Polícia Militar, policiais penais, em nome do meu amigo Deputado Edevaldo Neves, que também compõe a Mesa, compõe a Casa, estamos juntos em prol de uma segurança forte, unida, porque, consequentemente, quem ganha com isso é a sociedade, porque uma polícia preparada é uma sociedade cada vez mais protegida. No mais, um forte abraço. Fiquem com Deus. Obrigado, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) — Obrigado, Deputado Ribeiro do Sinpol. Deputado bastante atuante, sempre preocupado com a categoria, preocupado com a segurança pública do Estado de Rondônia. Parabéns por suas palavras.

Eu quero convidar o excelentíssimo Deputado Pedro Fernandes para utilizar a tribuna desta Casa. Deputado Pedro Fernandes que representa o Vale do Jamari, região do abacaxi, região da soja. Cujubim.

O SR. PEDRO FERNANDES - Uma boa-tarde a todos. Quero, primeiramente, agradecer a Deus. Em nome do nosso Presidente Deputado Cirone, cumprimentar todos da Mesa.

O deputado que nos antecedeu aqui, o Deputado Ribeiro, que é alguém ligado à segurança pública - não é, Deputado Ribeiro? - pode contar também, o nosso pensamento comunga aqui. A valorização das polícias, a Polícia Militar precisa também dessa valorização. A gente tem alguns gargalos que precisam ser... Hoje nós temos 200 soldados na Polícia Militar. O restante da corporação é cabo, e vem as patentes. Então, precisa rever o concurso público das polícias, valorizar as pessoas, porque a segurança pública, tudo bem que nós temos que investir em tecnologia, precisamos investir em armamentos, mas sem valorizar, sem observar o ser humano, os policiais estão sobrecarregados porque não conseguem tirar suas folgas.

Um abraço a meu amigo Valter, que está ali na galeria. Nós queremos, tipo assim, sem valorizar, sem prestigiar a polícia. É o caso lá do município que eu vinha, a Polícia Civil de lá, nós estamos com um efetivo muito baixo. A Polícia Militar também diminuiu. E eu, conversando com o Diretor da Polícia Civil, o Doutor Samir, nós tínhamos 2 mil policiais. Hoje estamos com o efetivo de 1500. E o

concurso vai trazer — pelo que eu estou vendo aí — 350. Então não vai compor a polícia. Então, precisamos rever a questão do orçamento, índice de Folha, fazer um levantamento bem sincero para a gente dar uma resposta positiva à segurança pública no Estado de Rondônia.

Essa questão das escolas, na última semana, nos últimas dias, a gente sentiu essa falta de segurança na pele. As pessoas ficaram apreensivas. Então, nós aqui do Parlamento vamos dar total apoio para que o Governador Marcos Rocha consiga e ele tem essa vontade, o Deputado Ribeiro mesmo esteve lá, conversou na Casa Civil com todos. E a gente vem acompanhando esse desejo de realmente recompor o quadro de policiais, recompor a segurança, valorizar os policiais no Estado de Rondônia, para a que a gente possa ter uma polícia realmente com aquela garra, aquele desejo, aquele amor pela farda, pelo distintivo, para proteger a população do Estado de Rondônia.

Então, precisamos investir nas pessoas que estão por trás da farda, por trás da instituição Polícia Civil, Polícia Militar, os agentes penitenciários, que são essas pessoas que estão combatendo a criminalidade no Estado de Rondônia. Precisamos olhar com carinho, olhar com muita dedicação.

Hoje tem um tema na Casa, também, uma discussão sobre o CHOA, não é? Então estamos todos aí ouvindo as pessoas. E o Parlamento aqui vai se posicionar da forma mais adequada.

Quero falar aqui hoje que estivemos na Comissão do Meio Ambiente. Tivemos a reunião sobre as Unidades de Conservação. Dias atrás tivemos essa Audiência em que uma fala do Deputado Alex Redano falando do marco temporal de 2008, e a nossa preocupação na questão dos embargos agui no Estado de Rondônia, das áreas que estão embargadas. E aquele vídeo tomou uma proporção muito grande e recebemos muitas ligações, todos os deputados, principalmente o Deputado Alex Redano, que falou. E naquela menção, ele quis colocar que nós temos que nos preocupar que o Estado tem que trazer informações para as pessoas, porque as áreas, como foi falado aqui no início do pronunciamento — o Deputado Ezequiel Neiva falou muito bem ali —, é que as áreas são proporcionais aos embargos, e as pessoas têm a oportunidade de regularizar.

Então, hoje, lá na Comissão — o Deputado Ezequiel Neiva estava conosco e o Deputado Delegado Camargo —, a gente aprovou um Requerimento à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam), à Emater e ao Idaron, para enviar uma Nota de Esclarecimento sobre os embargos nas propriedades rurais rondonienses e qual a solução para os produtores buscarem a regularização parcial de suas áreas.

Então, é importante que os órgãos de controle também façam um papel social, não só de comando e controle, que é fazer multas, que é fazer embargos, que é apreensão. Precisamos orientar os nossos produtores sobre qual a forma, Deputado Alex Redano, que eles precisam fazer para buscar esse entendimento.

O Fundo Amazônico é um fundo que traz apoio. E eu,

pesquisando, tive a curiosidade de pesquisar essa semana sobre esse assunto, porque falam de investimentos no Estado de Rondônia, na questão ambiental. Nossa preocupação com incentivadores do setor produtivo que integram a proteção ambiental é analisar se esse recurso realmente está chegando lá na ponta.

Em Rondônia, pelo Fundo da Amazônia, só existem três projetos exclusivos para o Estado de Rondônia, fora os projetos de entidades de fora, que abrangem vários Estados ao mesmo tempo. E o resultado efetivo é pouco palpável aqui na ponta. A gente não vê as pessoas que estão nessas áreas sendo envolvidas nesses projetos. E a gente quer propor um modelo para aplicação desses recursos. Encontram-se na Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que é uma Integração da Lavoura Pecuária Floresta, a ILPF. Então podemos trazer projetos positivos para resolver a questão ambiental do nosso Estado usando esses recursos com mais efetividade.

A reunião sobre as ocupações das áreas de reserva do Parque Estadual Guajará-Mirim, Reserva Extrativista Jaci-Paraná, na Área de Proteção Ambiental - APA e a Floresta Estadual do Rio Pardo, estamos buscando soluções e maneiras de resolver as situações das ocupações em áreas de conservação do Estado. O objetivo é encontrar soluções. A maioria dessas áreas estão totalmente antropizadas, ou são plantações, ou são pastagens, e é algo que não tem como voltar. O que precisa fazer é a regularização.

A partir do momento que regulariza as terras, evita conflitos agrários e você aquece a economia do Estado. Então, como deputado, também, essa questão ambiental é uma pauta importante para o Estado de Rondônia. Nós precisamos estar atentos e nós temos uma Comissão para buscar soluções para o Estado de Rondônia. E eu conto aqui com o Parlamento, com todos os deputados, principalmente o Deputado Alex Redano, Deputado Delegado Lucas e Deputado Delegado Camargo, que é ali da região do Vale do Jamari, onde nós temos um problema sério nessa região e nós temos que trabalhar sempre em conjunto, em benefício do povo da nossa região e também do Estado de Rondônia.

Também dia 13 de abril, para falar para vocês aqui, como deputado, estive em uma reunião de Intergestores Bipartite, que é a CIB (Comissão Intergestores Bipartite). Essa Comissão discute as políticas públicas do Estado de Rondônia, na área da saúde, em que reúne todos os Secretários de Saúde do Estado. E essa causa é uma causa municipalista. Eu estive lá defendendo a situação do Vale do Jamari que, como eu fui prefeito no Município de Cujubim, e a gente sofreu na pele, conheceu de perto essa situação da descentralização da saúde no Estado de Rondônia, nós temos que descentralizar. É uma pauta que vem sendo falada, debatida há muitos anos aqui no Estado de Rondônia, e nunca aconteceu de verdade essa descentralização.

Tivemos uma reunião em Ariquemes, na prefeitura, junto com a Prefeita Carla, a Secretária de Saúde, o Deputado Alex Redano, Deputado Delegado Camargo estava

lá, Deputado Delegado Lucas. E a gente debatendo sobre a regionalização da saúde de Ariquemes, a construção do hospital regional. E lá tivemos uma ideia para resolver de imediato a situação no Vale do Jamari, dos dez municípios, que deságuam toda a saúde na cidade de Ariquemes.

E o Hospital de Ariquemes é um hospital municipal. Nós não temos um hospital do governo em Ariquemes, e acaba o Município de Ariquemes pagando uma conta que não é dele, porque ele acaba atendendo os municípios, porque quando não regula aqui para Porto Velho, hora ou outra é regulado para Ariquemes ou as pessoas vão por conta própria para Ariquemes e a demanda na saúde fica muito alta.

Então, eu solicitei, na pauta lá na CIB, a pactuação do convênio com o Hospital de Ariquemes, para que o município sede do Vale do Jamari possa receber recurso do Governo do Estado e passe a atender a demanda da região, com atendimento de urgência, emergência, cirurgias eletivas, cirurgias de baixa e média complexidade, podendo regular o paciente para o Hospital de Ariquemes. Os dez municípios do Vale do Jamari, com essa pactuação, e foi autorizado lá na CIB, que é o órgão que delibera as políticas públicas ali da região. Foi proposto lá, foi aprovado por todos os Secretários do Estado e pela Comissão Estadual que participa da CIB, o Secretário de Saúde do Estado, Coronel Jefferson. Então a gente, assim, não vai precisar mandar esses pacientes lá do Vale do Jamari, dos municípios, aqui para Porto Velho para acumular mais essa saúde agui em Porto Velho. Foi uma tratativa muito importante. Agora a gente aguarda o Secretário, não é, Deputado Alex? Estamos pedindo e acompanhando a Secretaria de Ariquemes para que seja feita essa pactuação o mais rápido possível para que a gente possa colocar em prática. Há muitos anos nós prefeitos, quando eu era prefeito do Vale de Jamari, a gente tinha esse desejo, porque as ambulâncias nas estradas são muitas.

Nós temos o Município de Montenegro, que é próximo; temos o município de Cacaulândia; Alto Paraíso; Rio Crespo; o Município de Cujubim; o Município de Buritis, mesmo, regula muita gente; Campo Novo, todos regulam para Porto Velho e nós vamos poder regular esses pacientes para Ariquemes. Então, já vai regionalizar no papel. A questão agora, para avançar para o hospital regional, é uma outra tratativa, são construções. Então, tem uma demora muito maior. Então, isso já foi uma grande conquista.

Então, o nosso mandato está pautado em encarar de frente as demandas do Estado. Hoje, as pautas que estão com mais evidência, é a da segurança pública - que a gente tem observado; é a da saúde - que sempre foi um grande gargalo, a saúde é um "poço sem fundo", como se diz, não é? Quanto mais você investe, mais aparece. Mas, as pessoas precisam de saúde e através de investimento na saúde que a gente vai trazer dignidade às pessoas.

E essa questão ambiental que está batendo à porta dos nossos produtores rurais, que é a grande mola mestra.

É um tema que ninguém quer tratar, é um tema difícil, mas nós temos que encarar de frente. Nós temos que resolver a questão fundiária do Estado. A gente vê o Governador Marcos Rocha com esse desejo. Aqui nós aprovamos o Iteron - que é um Instituto de Terras do Estado de Rondônia -, eu acho que é o caminho correto, está certinho.

Agora, precisamos avançar, porque quando Rondônia... Rondônia tem que puxar para si a responsabilidade porque somos nós que vivemos aqui, que conhecemos as propriedades. Precisamos regularizar as áreas que foram criadas, as Unidades de Conservação, foram criadas em áreas, Deputado Alex, como nós sabemos, áreas que ainda pertencem a União, está criada Unidade de Conservação; e áreas que pertencem ao Estado, tem área de Conservação Federal, criada em cima de áreas do Estado.

Então, está uma confusão. Enquanto não regularizar, não demarcar essas áreas; não fazer um pacto federativo, a gente tem que trabalhar com os deputados federais, para buscar uma união do Parlamento da região Norte, porque aí, a região Norte vai ter voz lá no Parlamento Federal. Porque a região Norte passa de 80 parlamentares, e se eles se unirem, têm muitas pautas que são idênticas. O problema que está em Rondônia, está no Acre, está no Amazonas, está no Pará, está no Mato Grosso. E essa questão ambiental precisa ser tratada na bancada federal e tem que ter força política, para poder envolver os temas.

Esse marco temporal de 2008 precisa ser revisto. Precisamos conversar sobre esse assunto, unir os Parlamentos de toda a região Norte, estaduais também. Nós vamos estar lá no Parlamento Amazônico, vamos levar esse tema, pedir essa parceria para unir a região Norte, porque nós estamos perdendo a oportunidade de desenvolvimento. Precisamos proteger o meio ambiente, mas precisamos preservar as pessoas que produzem nesse Estado.

Hoje, eu recebi um áudio de uma pessoa, que me emocionou muito. Ele está apavorado porque recebeu uma carta lá do Ibama, falando que a área dele está embargada. Recebeu uma multa altíssima - que ele não tem condições de pagar -, e tudo que ele tem são aqueles 20 alqueires de terra, para sustentar a sua família. Então, não é um grande latifundiário, não é problema de grandes, são pequenos produtores e o Estado tem que intervir, para a gente achar uma saída para a nossa população.

Acredito que 50% do setor produtivo agropecuário do Estado de Rondônia, se for puxar na ponta da caneta, está com algum comprometimento na área ambiental, botando em risco a produção e o desenvolvimento do Estado de Rondônia. Porque se esse povo parar de produzir - porque nós não temos grandes indústrias no Estado de Rondônia, a maior indústria que se tem em Rondônia é o homem do campo. Lá em Cujubim tem uma lavoura de café que gera mais de 40 empregos diretos, dentro dessa lavoura.

E assim, são muitas as propriedades rurais, agroindús-

trias, pequenos produtores que estão assombrados, agora, com essa situação que aconteceu lá no Amazonas, no Acre. E nós, precisamos dar voz ao povo de Rondônia, em defesa desse povo que trabalha. Porque só assim, a gente vai conseguir resgatar a dignidade do povo de Rondônia. Muito obrigado a todos e que Deus nos abençoe.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Parabéns, Deputado Pedro Fernandes, sempre defensor do povo de Rondônia, dos nossos produtores rurais. É conhecedor da causa, prefeito por dois mandatos, e tem um grande trabalho aqui no Estado - família pioneira neste Estado. Parabéns pelo discurso.

Eu quero — o nosso último orador do dia — franquear a palavra ao nosso eterno presidente, o Excelentíssimo Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, nobres pares, quero aqui primeiramente parabenizar o Deputado Pedro Fernandes, relator dessa importante CPI. Está estudando, está se dedicando. Parabéns pelo mandato, meu amigo Deputado Pedro.

Quero aqui, Senhor Presidente, falar algo que muito me preocupa, que eu comentei há pouco, também, em uma reunião na semana passada, e esse vídeo viralizou em vários grupos. Recebi muitas ligações. Mas, eu venho aqui reafirmar as minhas palavras e a preocupação do que está atingindo o Sul do Estado do Amazonas, possa vir a atingir o nosso Estado de Rondônia e os demais Estados da região Amazônica.

Mas, nós precisamos estar unidos para defender a população do Estado de Rondônia e nos antecipar aos problemas. Irei propor aqui uma grande reunião para tratar sobre esse tema. Vamos convidar os nossos deputados federais, os nossos deputados estaduais, os nossos senadores, e também convidar os senadores e deputados de toda a região Amazônica. Porque o que está acontecendo no Sul do Amazonas, infelizmente, temos informações de que irá acontecer também no Estado de Rondônia, no Acre, Tocantins, Roraima, no Pará. Então, é a hora da união. E nós não podemos esperar os problemas acontecerem para depois a gente pensar em uma solução. Então, nós precisamos nos mobilizar, porque o que sustenta o nosso Estado hoje, é o homem do campo. Nós temos, Deputado Luis, poucas indústrias, poucas fábricas e nós precisamos estar unidos. Quero aqui tranquilizar a população de Rondônia, que a Casa Legislativa Estadual estará unida nesse propósito de ajudar a população.

Tive uma reunião agora há pouco também, muito importante, com a Secretaria da Fazenda. Quero agradecer ao Secretário Luís Fernando e ao Coordenador Estadual da Receita, o Antônio Carlos, para falar sobre crédito de carbono para o homem do campo. Na CPI nós estamos investigando uma empresa, a empresa Permiam Global, que foi ganhadora de uma licitação aqui no Estado de Rondônia e que tem um investimento total que não passa de R\$ 50 milhões. E a perspectiva de lucratividade é

em torno de R\$ 7 bilhões.

Isso, Deputado Ribeiro, é desproporcional. E é uma concessão pública. Essa empresa tem que ter uma compensação para a população atingida, dessas áreas, de uma maneira mais eficaz. Tem que ter uma compensação ambiental. A pauta da reunião que eu tive com a Secretaria da Fazenda, já tive reunião com a Sedam... Quero parabenizar o Secretário-Adjunto, o Gilmar, que está à frente desse projeto também. Eu fiz essa Indicação para que possamos fazer um grande projeto em Rondônia. Trazer fundos internacionais para que esse crédito de carbono, esses Reais, esses dólares e euros investidos em nosso Estado, que seja beneficiado o homem do campo, o homem da mão calejada que está nessa área já há muitos anos e está obrigatoriamente, cuidando da sua reserva legal sem receber nada em troca.

Se esses países considerados primeiro mundo — Europa, América do Norte, Ásia — estão preocupados com o bioma amazônico, se eles têm dinheiro para investir, que esse dinheiro chegue nas mãos do homem do campo. Eu penso que esse projeto pode trazer muitos benefícios ao nosso Estado — benefícios econômicos — porque, quando o homem do campo aumenta a renda, esse dinheiro é sentido por toda a sociedade.

Então, vamos encampar esse projeto. Em breve, estaremos protocolando esse projeto aqui na Casa. Provavelmente, vem via Executivo para não ter nenhum questionamento no que tange a vícios de iniciativa, sobre constitucionalidade, e vamos abraçar essa causa que é muito importante.

Quero aqui também parabenizar os deputados da bancada do Vale do Jamari: o Deputado Rodrigo Camargo, o Deputado Pedro Fernandes, Deputado Delegado Lucas, por vários avanços que estamos conseguindo.

Nós estivemos também presente na Festa do Jerico, onde coloquei uma Emenda parlamentar para custear a arquibancada, banheiro. Quero parabenizar o Prefeito João Pavan.

E, também, comentar algo bem polêmico. Deputado Delegado Camargo comentou a questão da balsa. Nós sabemos que, realmente, é o governo que está pagando através dos impostos. Mas, é um pedido da própria população. Nós fizemos uma reunião em Alto Paraíso com a comunidade. Dessa reunião, ficou decidido fazer uma reunião aqui em Porto Velho, em que resultou nessa tratativa da gratuidade da balsa.

E algo para amenizar, porque o que precisa mesmo e, é vergonhoso para nós políticos, é essa demora da ponte. Então, nós estamos acompanhando. Coloquei uma assessora, Erica Casarin, está semanalmente acompanhando essa obra. Mas, eu quero aqui, fazer justiça. Eu divulguei também vídeos, como todos, várias pessoas divulgaram dessa gratuidade, mas falar que o grande personagem, a pessoa que tem o mérito desta questão em si, é o Governador Coronel Marcos Rocha, que disponibilizou esse recurso para que a balsa seja gratuita.

Mas, agora o que nós precisamos, é óbvio, todos nós sabemos disso, é que seja concluída essa ponte. Nós

tivemos essa audiência, foi explicado os inúmeros problemas que passaram por essa obra, Tribunal de Contas, paralisações, e nós temos a palavra do empreiteiro, que entrega essa ponte até dezembro. Estaremos acompanhando e será um alívio, e é obrigação do Estado. A população paga seus impostos para isso. É o direito de ir e vir. Então, amenizou a questão do pagamento da balsa, mas o mais importante é realmente a obra pronta, a entrega dessa tão polêmica, ponte. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) — Parabéns, eterno presidente, Deputado Alex Redano, sempre muito sensato na sua fala. Sempre preocupado com o Estado de Rondônia. Nós vemos essa CPI que o colega deputado propôs, com o intuito de ver a rentabilidade que essa empresa está tendo em cima do carbono produzido aqui no Estado de Rondônia. Com o qual nós poderíamos ajudar nossos produtores; melhorar as nossas vias de tráfego aqui dentro do Estado de Rondônia; dando direito ao produtor de ir e vir, de escoar sua produção. Então, é de suma importância que tenhamos êxito nessa CPI e seja esclarecido, realmente, o porquê dessa tão grande lucratividade aqui dentro do Estado de Rondônia.

Gostaria de convidar aqui o Deputado Luis do Hospital, só para secretariar aqui por gentileza, Excelência. Deputada Cláudia de Jesus, por favor, a senhora vir secretariar, por favor. Um de vocês dois, por gentileza.

Encerrada as Breves Comunicações, passaremos ao Grande Expediente. Encerrado o Grande Expediente, passaremos à Ordem do Dia. Quero aqui convidar os deputados que estão de forma on-line trabalhando via remota, que nós teremos aqui Projetos de Lei Complementar para votar e será feita a chamada. Então, que vocês estejam atentos, os deputados que estão nos gabinetes que, por gentileza, compareçam ao plenário. Solicito à Senhora Secretária, Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus, para fazer a leitura das matérias serem apreciadas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Procede à leitura das Proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 22 de maio de 2023, segunda-feira, às 15 horas, para efetivação de outorga de Voto de Louvor a Arquidiocese Nossa Senhora Auxiliadora de Porto Velho, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 15 de junho de 2023, quinta-feira, às 15 horas, para tratar sobre assuntos relacionados ao interesse dos profissionais Optometristas.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor à Arquidiocese de Porto Velho pelos relevantes serviços prestados ao Esta-

do de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 4 de agosto de 2023, sexta-feira, às 15 horas, para a efetivação de outorga de homenagens a autoridades eclesiásticas.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, conforme art. 146, IX, c/c art. 172, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, extensivo à Casa Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar, reativação do número 190 no Município de Costa Marques, Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, conforme art. 146, IX, c/c art. 172, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador de Rondônia, extensivo à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação SEDUC, informações a respeito da implementação do Sistema Integral de Mediação Escolar Pró-Mediação no âmbito da Secretaria de Estado da Educação.
- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora que seja aprovada a realização de Audiência Pública no município Porto Velho/RO, no dia 08 de maio de 2023, às 14h30min, no Auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia MPE/RO, em conjunto com a Rede Estadual de Direitos Humanos de Rondônia e Conselho Nacional dos Direitos Humanos CNDH/MDHC, para discutir sobre temas contidos no Pelatório da Missão do Conselho Nacional de Direitos
- Relatório da Missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em agosto de 2022, em Rondônia, que apurou denúncias de violações de direitos contra lideranças sociais e que gerou recomendações.
- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLAUDIA DE JESUS. Requer ao Executivo Estadual, extenso à Casa Civil e à Secretaria Estadual de Educação SEDUC, informações referentes a execução de políticas públicas para inclusão educacional, de acesso aos serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade nas escolas regulares, que eliminam a discriminação e a segregação, superando o modelo de escolas e classes especiais, em Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Requer ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes DER, informações se há projeto em andamento para asfaltamento da RO-471, trecho de 28 km na divisa dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, compreendido entre os municípios de Ministro Andreazza/RO e Rondolândia no Estado de Mato Grosso.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Assistência e do Desenvolvimento Social SEAS, Secretaria de Estado de Educação informações acerca da programação de agenda para a realização do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 11.133/2005 bem como a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, instituída pela Lei nº 13.585/2017 no ano de 2023, e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer Voto de Louvor em Homenagem à CREDISIS/ CREDIBRÁS pelos 20 anos de instalação e efetiva participação no desenvolvimento do Município de Nova Brasilândia, no Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Ronieli Hel pela relevante atividade de agricultura familiar exercida no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Altivo Eduardo Berdes pela relevante atividade de agricultura familiar exercida no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Uémerson Rômulo Lopes da Silva pela relevante atividade de cafeicultura exercida no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Tawã Ambukalim Oliveira Aruá pela relevante atividade de agricultura familiar exercida no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Deoclides Pires da Silva pelo relevante cultivo de cacau no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor aos integrantes da Família Hel pela relevante atividade de cafeicultura exercida no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor à Senhora Maria Aparecida da Silva pela relevante atividade de agricultura familiar exercida no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚ-BLICA. Requer à Mesa Diretora que sejam os advogados Dr. Oreste Muniz Filho, OAB/RO 40, Dra. Fátima Nagila de Almeida Machado, OAB/RO 3891, convidados para comparecerem no Plenário desta Casa de Leis, no dia 16 de maio de 2023, terça-feira, às 16h, para participar de reunião sobre assuntos relacionados ao Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares — CHOA, editais 11 e 16.
- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Requer à Mesa Diretora a convocação das autoridades abaixo nominadas para prestarem esclarecimentos sobre assuntos relacionados ao Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares CHOA, editais 11 e 16, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 16 de maio de 2023, terça-feira, às 16h.
- REQUERÍMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Requer à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental/SEDAM, extenso a EMATER e IDARON, a nota de esclarecimento sobre os embargos nas propriedades rurais rondonienses.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador de Rondônia, com cópia ao Superintendente Estadual de Gestão

de Pessoas – SEGEP, solicitando informações acerca do quantitativo de servidores que poderão ser contemplados com a Emenda Constitucional (PEC 007/2018), tanto no âmbito Estadual quanto Municipal.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSANGELA DONA-DON. Requer ao Poder Executivo, extenso ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade da recuperação do trecho na linha denominada Km 09 (que inicia-se próximo à cidade de Ji-Paraná na BR 364), seguindo até a Linha 24 já no município de Teixeirópolis, no travessão que liga a Linha 24 à Linha 28/sul.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Ivanildo Soares da Silva pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Waldemar Silva Marinho pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Igreja Metodista Wesleyana em homenagem aos 25 anos de instalação com relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Marcelo Silva Marinho pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia TJ/RO, Eurico Montenegro Júnior, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça STJ, Antônio Carlos Ferreira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor João Alves da Luz pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Cidadã Honorária do Estado de Rondônia à Senhora Maria do Carmo Ferreira pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Deoclides Pires da Silva pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Cidadão Honorário

- do Estado de Rondônia ao Senhor João Duarte Guimarães pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Edorli Knaak pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Wilson Nakodah Suruí pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Licleison Sebastião da Silva pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Honra ao Mérito ao Senhor João Alves da Luz pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Edvaldo Sigoli pelos seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Robson Tomaz de Castro Calandrelli pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Donizete Martinelli pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito a Senhora Angela Maria Coutinho Pessoa pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Dispõe sobre a segurança nas escolas públicas estaduais e autoriza a atuação de policiais civis de folga para a realização de segurança armada, mediante remuneração.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Institui a criação de Política Pública sobre Educação Antidrogas nas escolas públicas do Estado de Rondônia e dá outras providências.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Dispõe sobre a implantação de faixas elevadas de segurança para pedestres em frente aos estabelecimentos de ensino no âmbito do Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Institui, no calendário oficial do Estado de Rondônia, o Dia do Metodista Wesleyano(a).
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AFFONSO CANDIDO. Dispõe sobre a cartilha de orientação às crianças e adolescentes para a prevenção contra crimes que atinjam a dignidade sexual na rede mundial de computadores, com ampla distribuição nas redes de ensino do Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DELEGADO CAMAR-GO. Dispõe sobre a criação do "Protocolo Mulher Segura

- chame Noeli", no âmbito dos espaços públicos e privados de lazer do Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ROSANGELA DONA-DON. Dispõe sobre a criação do Programa Criança Segura nas escolas públicas do Estado de Rondônia e dá outras providências.
- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ROSANGELA DONA-DON. Dispõe sobre a implantação do Programa Médicos nas Escolas do Estado de Rondônia e dá outras providências.
- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ROSANGELA DONA-DON. Institui o Dia do(a) Influenciador(a) Digital a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de outubro no âmbito do Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Dispõe sobre a reserva, às negras e aos negros, de no mínimo 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes do Estado de Rondônia e dá outras providências.
- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Dispõe sobre a criação de Frentes Parlamentares no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
 — ALE/RO.
- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Altera a redação do caput do artigo 179 do Regimento Interno. Lidas as Proposições, Senhor Presidente.
- O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) Obrigado, Deputada Claudia. Enquanto a Deputada Claudia toma uma água, quero agradecer a presença de todos vocês na nossa plenária.

Solicito à Senhora Secretária proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PUBLICA. Requer à Mesa Diretora a convocação das autoridades abaixo nominadas para prestarem esclarecimentos sobre assuntos relacionados ao Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares — CHOA, editais 11 e 16, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 16 de maio de 2023, terçafeira, às 16h.

Os senhores:

- "1. Cel. BM Felipe Bernardo Vital, Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania SESDEC;
- 2. Dr. Maxwel Mota de Andrade, Procurador-Geral do Estado;
- 3. Cel. PM James Alves Padilha, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia PMRO;
- 4. Cel. PM Adma Franciane Levino Gonzaga, Coordenadora de Pessoal CP;

Plenário das Deliberações, 25 de abril de 2023.".

O SR CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Para discussão, Senhor

Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Para discutir, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, trata-se de Requerimento de autoria deste parlamentar, considerando que é conferido à Assembleia Legislativa do Estado, fiscalizar todos os atos da Administração Pública Estadual. O presente Requerimento tem como finalidade, convocar as autoridades retromencionadas para prestarem esclarecimentos sobre os assuntos relacionados ao Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares, editais 11 e 16, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 16 de maio de 2023, na terça-feira, às 16:00 horas, durante a Sessão Plenária desta Casa.

A convocação torna-se necessária, tendo em vista, que chegou ao conhecimento deste Parlamento, que os militares, alunos e concludentes do Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares, não se formaram em cerimônia, sob alegação de não cumprimentos aos referidos editais.

Desse modo, em face da relevância do pleito, solicito aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento e a consequente convocação das autoridades: Coronel Vital - Secretário de Estado da Sesdec; Doutor Maxwel – Procurador-Geral do Estado; Coronel PM Padilha - Comandante da Polícia Militar e a Coronel PM Adma - Coordenadora de Pessoal.

Rogo aos pares, que aprovem o presente Requerimento, para que nós possamos trabalhar, cada vez mais, com transparência nesta Casa. Obrigado, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento da Comissão de Segurança desta Casa, pelo autor, Excelentíssimo Deputado Delegado Camargo. Mais alguém para discutir? Não havendo ninguém para discutir. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. **Aprovado**. **Vai ao Expediente**.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLI-CA. Requer à Mesa Diretora que sejam os advogados Dr. Oreste Muniz Filho, OAB/RO 40, Dra. Fátima Nagila de Almeida Machado, OAB/RO 3891, convidados para comparecerem no Plenário desta Casa de Leis, no dia 16 de maio de 2023, terça-feira, às 16h, para participar de reunião sobre assuntos relacionados ao Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares — CHOA, editais 11 e 16.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Senhor Deputado Delegado Camargo, Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia. Para discutir.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Para discutir, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, nobres pares, solicito o apoio de Vossas Excelências para que, nesta mesma solenidade em que foi aprovada a convocação das autoridades, se façam aqui presentes também o Doutor Orestes, a Doutora Fátima, a fim de que possam contribuir no debate e trazer à tona todos os fatos que circundam o Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares, o CHOA, em relação aos editais 11 e 16. Rogo o apoio de Vossas Excelências para que possamos ainda mais fomentar os debates e trazer aqui os fatos que impedem a nomeação imediata desses militares. É como solicito o apoio.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Deputado Delegado Rodrigo Camargo, presidente da Comissão de Segurança da Casa. Alguém para discutir? Não havendo quem queira discutir, os deputados favoráveis permaneçam como se se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado**. **Vai ao Expediente**.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 15 de junho de 2023, quinta-feira, às 15h, para tratar sobre assuntos relacionados ao interesse dos profissionais Optometristas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Deputado Alan Queiroz. Não havendo ninguém para discutir, os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado**. **Vai ao Expediente**. Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor à Arquidiocese de Porto Velho pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do senhor Deputado Alan Queiroz. Não havendo ninguém para discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado**. **Vai ao Expediente**. Próxima matéria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 4 de agosto de 2023, sexta-feira, às 15 horas, para a efetivação de outorga de homenagens a autoridades eclesiásticas. O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente**. Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer Voto de Louvor em Homenagem à CREDISIS/CREDIB-RÁS pelos 20 anos de instalação e efetiva participação no desenvolvimento do Município de Nova Brasilândia, no Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Deputado Cirone Deiró.

Aqui nós estamos propondo um Voto de Louvor a essa instituição que faz um grande trabalho ali no município de Nova Brasilândia. Peço o apoio dos Excelentíssimos Deputados para aprovação do Requerimento.

Para discutir. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente**.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Deoclides Pires da Silva pelo relevante cultivo de cacau no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Senhor Deputado Marcelo Cruz. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente**.

Próxima matéria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Altivo Eduardo Berdes pela relevante atividade de agricultura familiar exercida no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão Requerimento do Excelentíssimo Deputado Marcelo Cruz. Para discutir. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontra, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente**.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Uémerson Rômulo Lopes da Silva pela relevante atividade de cafeicultura exercida no âmbito do Estado de Rondônia. O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Excelentíssimo Deputado Marcelo Cruz. Para discutir. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. **Está aprovado. Vai ao Expediente**.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Tawã Ambukalim Oliveira Aruá pela relevante atividade de agricultura familiar exercida no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Senhor Deputado Marcelo Cruz. Para discutir. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado**. **Vai ao Expediente**.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Senhor Ronieli Hel pela relevante atividade de agricultura familiar exercida no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Excelentíssimo Deputado Marcelo Cruz. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado**. **Vai ao Expediente**.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) –REQUE-RIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor aos integrantes da Família Hel pela relevante atividade de cafeicultura exercida no âmbito do Estado de Rondônia:

- Rondinely Ronconi Hel;
- Elias Hel;
- Fabiany Ronconi Hel;
- Tchaiany Batista do Carmo;
- Guilherme Hel Santos;
- Helena Batista Hel;
- Ronieli Hel;
- Luzinete Aparecida Ronconi Hel;
- Valdelice Buss de Almeida Hel;
- Wesley Santos Quirino;
- Heloísa Hel Santos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Marcelo Cruz. Para discutir.

Essa família aqui, eles foram premiados a nível nacional. São lá de Novo Horizonte na produção de café do Estado. Merecida a comenda que o Deputado Marcelo Cruz propõe.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado**. **Vai ao Expediente**.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) — RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor à Senhora Maria Aparecida da Silva pela relevante atividade de agricultura familiar exercida no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Excelentíssimo Deputado Marcelo Cruz. Para discutir. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora que seja aprovada a realização de Audiência Pública no Plenário desta Casa de Leis no dia 08 de maio de 2023, segunda-feira, às 14h30min, em conjunto com a Rede Estadual de Direitos Humanos de Rondônia e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos — CNDH/MDHC para discutir sobre temas contidos no Relatório da Missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em agosto de 2022, em Rondônia, que apurou denúncias de violações de direitos contra lideranças sociais que gerou recomendações.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento da Deputada Cláudia de Jesus. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Este Requerimento é para que seja feita audiência aqui no plenário da Assembleia Legislativa na mesma data e mesmo horário, alterando o local do Requerimento apresentado inicialmente.

Requerimento de autoria da Deputada Cláudia de Jesus. Para discutir o Requerimento. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – PRO-JETO DE RESOLUÇÃO 11/2023 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Altera o caput e os incisos I, II e III do §1º, ambos do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Projeto de Resolução 11/2023 de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Altera o caput e os incisos I, II e III do §1º, ambos do artigo 155 do Regimento Interno."

Em discussão única e votação o Projeto de Resolução 11/2023 de autoria do Deputado Ismael Crispin.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Para discussão, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Para discutir, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Resolução, de autoria do ilustre Deputado Ismael Crispin que busca alterar o caput e os incisos I, II e III do § 1º do artigo 155 do Regimento Interno. E, desde já, gostaria aqui de parabenizar o Deputado Ismael Crispin, pois neste projeto por ele apresentado, há uma ampliação dos prazos relativos a pautas para recebimento de Emendas nesta Casa. Isso possibilitará um maior tempo para que os consultores legislativos possam elaborar notas técnicas de cada matéria a fim de dar subsídio aos relatores para emissão dos respectivos pareceres.

Então, parabéns ao Deputado Ismael Crispin. Eu fui o responsável pela lavratura do parecer na Comissão de Constituição e Justiça. O projeto encontra-se dentro da Constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e aqui registro a excelente iniciativa do Deputado Ismael Crispin, razão pela qual o parabenizo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) — Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Mais alguém para discutir?
Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) — Presidente, primeiro parabenizar o Deputado Delegado Camargo pela relatoria da propositura. E esta é uma propositura que tem por finalidade alcançar os objetivos da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Portanto, encaminho aqui, lógico, o voto pela aprovação da matéria. Agradeço a relatoria do Deputado Delegado Camargo e rogo aos colegas que votem pela aprovação desta alteração em nosso Regimento.

(Às 17 horas e 50 minutos o Senhor Cirone Deiró passa a Presidência ao Senhor Ezequiel Neiva)

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Ok, Deputado Crispin. Como membro da Mesa Diretora, solicito ao Deputado Cirone Deiró que proceda o parecer ao Projeto de Resolução 11/2023 de autoria do Deputado Ismael Crispin.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Projeto de Resolução 11/2023 de autoria do Excelentíssimo Deputado Ismael Crispin, que "Altera o caput e os incisos I, II e III do §1º, ambos do artigo 155 do Regimento Interno."

O projeto está dentro da técnica legislativa, atendendo

todos os requisitos do nosso Regimento Interno da Casa de Leis, dou o parecer por aprovado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Em discussão, o parecer. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer do nobre Deputado Cirone Deiró. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer**. Em discussão única e votação, o Projeto de Resolução 11/2023 do Deputado Ismael Crispin, que "Altera o caput e os incisos I, II e III do §1º, ambos do artigo 155 do Regimento Interno.". Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente**. Próxima matéria, Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PRO-JETO DE RESOLUÇÃO 26/2023 DA MESA DIRETORA. Altera a redação do caput do artigo 179 do Regimento Interno.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Projeto de Resolução, de autoria da Mesa Diretora. "Altera a redação do caput do artigo 179 Regimento Interno.".

O projeto encontra-se sem parecer. Para relatar a matéria, solicito ao Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Resolução 26/2023, proposto pela Mesa Diretora desta Casa, alterando o artigo 179 do Regimento Interno, no que diz respeito ao prazo de resposta aos Requerimentos de informações.

Até então, o prazo para que o Governador do Estado respondesse aos Requerimentos desta Casa era de 10 dias. No entanto, restou decidido através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6639, esse prazo de 10 dias como inconstitucional, razão pela qual foi proposta a presente Resolução, alterando então esse prazo de 10, para 30 dias.

Então, sempre atento à legalidade, à constitucionalidade e a técnica legislativa, o meu parecer pela Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação; em outras palavras, favorável ao projeto.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Em discussão, o parecer do Projeto de Resolução 26/2023, emitido pelo nobre Deputado Delegado Camargo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis ao parecer permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer**.

Em votação o Projeto de Resolução 26/2023 que "Altera a redação do caput do artigo 179 do Regimento Interno.". Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente**.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJE-

TO DE RESOLUÇÃO 25/2023 DA MESA DIRETORA. Dispõe sobre a criação de Frentes Parlamentares no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Esse projeto também se encontra sem parecer. Na verdade, esse projeto da Mesa Diretora é para dar uma normatizada na criação das Frentes Parlamentares.

Projeto de Resolução 25/2023, autoria da Mesa Diretora. "Dispõe sobre a criação de Frentes Parlamentares no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO.".

Para emitir o parecer, o Deputado Delegado Camargo, que também é membro da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, tendo em vista que o Projeto de Resolução em tela não dispõe da regulamentação das Frentes Parlamentares já criadas.

Está pairando dúvida neste parlamentar sobre a regulamentação das já criadas, como nós temos a Frente Parlamentar aqui em defesa do agronegócio, da propriedade privada; Frente Parlamentar também da bala; e também não há, em relação às que já foram criadas e, sim, às que seriam criadas a partir dessa Resolução, eu peço vista do presente projeto.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sim, Vossa Excelência pode apresentar uma Emenda também, apresentar o parecer e colocar uma Emenda para regulamentar.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Sim, mas eu preciso de vista para estudar. Peço para tirar de pauta.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ah, ok.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Pedido de vista concedido ao Deputado Delegado Camargo. Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI 21/2023 DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Dispõe sobre a cessão de armamento das polícias civil e militar às guardas municipais, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) — Projeto de Lei 21/2023, de autoria do Deputado Delegado Camargo. "Dispõe sobre a cessão de armamento das polícias civil e militar às guardas municipais, no âmbito do Estado de Rondônia."

O projeto já se encontra com os pareceres das Comissões pertinentes. Vamos à votação. Os deputados favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. O SR. DELEGADO CAMARGO – Para discussão, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Para discutir, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, demais colegas deputados presentes neste plenário e aqueles de forma remota, o presente Projeto de Lei de minha autoria "Dispõe sobre a cessão de armamento das polícias civil e militar às guardas municipais, no âmbito do Estado de Rondônia.".

O presente Projeto de Lei já foi devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, posteriormente pela Comissão de Segurança Pública, mas eu aproveitarei este momento para também, de uma forma muito simples, explicar para a população e os munícipes que nos acompanham aqui o que de fato trata-se desse projeto.

Ele busca garantir às guardas municipais o acesso a armas de fogo que já pertencem a outras corporações. Para que a Polícia Civil ou a Polícia Militar possa fazer a aquisição de novas armas, é preciso que essas Forças deem baixa no acervo que já possuem. E, geralmente, essas armas que estão aptas aos fins a que se destinam, elas são encaminhadas ao Exército para destruição.

Então, o objetivo é que essas armas que estão em plena capacidade não sejam mais destruídas e, sim, direcionadas para as guardas municipais que já estiverem habilitadas a utilizarem armas de fogo.

Então, já estou providenciando junto à Delegacia-Geral, na pessoa do Doutor Samir, a capacitação dos guardas da minha cidade de Ariquemes, para que possam operar armamento. E logo após a essa capacitação, fornecida pela Academia de Polícia Civil, esses profissionais que hoje, infelizmente, trabalham desarmados, possam ter acesso às armas de fogo, da qual sairão do acervo da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Então, eu rogo pela aprovação desse projeto, para que nós possamos armar a Guarda Municipal e assim, garantir ainda mais, a segurança das pessoas, do patrimônio e também empregar, se assim for interesse do Chefe do Executivo Municipal - do prefeito -, a Guarda Municipal armada dentro das escolas municipais. Rogo pelo apoio de Vossas Excelências, pela aprovação do presente projeto. Obrigado, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Parabenizar o Deputado Delegado Camargo pela iniciativa deste projeto importantíssimo, que vai dar condições às guardas municipais, de terem o seu armamento em condição de uso, armas que o Estado poderia mandar para descarte, que podem ainda serem usadas.

Em votação o Projeto de Lei 21/2023, de autoria do Deputado Delegado Camargo, que "Dispõe sobre a cessão de armamento das polícias civil e militar às guardas municipais, no âmbito do Estado de Rondônia.".

Os deputados favoráveis permaneçam como se encon-



tram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda votação e discussão.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 36/2023 DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor João Alves da Luz pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 37/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia à senhora Maria do Carmo Ferreira pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 38/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor Deoclides Pires da Silva pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 39/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor João Duarte Guimarães pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo 36/2023, que "Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor João Alves da Luz"; Projeto de Decreto Legislativo, 37/2023, que "Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia à senhora Maria do Carmo Ferreira"; Projeto de Decreto Legislativo 38/2023, que "Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor Deoclides Pires da Silva" e Projeto de Decreto Legislativo 39/2023, que "Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor João Duarte Guimarães", todos de autoria do Deputado Marcelo Cruz. Os projetos encontram-se sem parecer. Solicito ao Deputado Delegado Camargo que proceda o parecer, em bloco, aos projetos.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, colegas deputados:

- Projeto de Decreto Legislativo 36/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor João Alves da Luz pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";
- Projeto de Decreto Legislativo 37/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia à senhora Maria do Carmo Ferreira pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";
- Projeto de Decreto Legislativo 38/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor Deoclides Pires da Silva pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 39/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor João Duarte Guimarães pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.".

Todos eles subscritos pelo Presidente desta Casa, Deputado Marcelo Cruz, concedendo Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia a personalidades rondonienses. Os Projetos de Decreto Legislativo encontram-se dentro da legalidade, constitucionalidade, técnica legislativa, razão pela qual, emito parecer favorável, em bloco, pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Em discussão o parecer em bloco. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco**.

Em votação os Projetos de Decreto Legislativo 36/2023, 37/2023, 38/2023 e 39/2023, todos de autoria do Deputado Marcelo Cruz. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Estão aprovados. Vão ao Expediente**.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 40/2023 DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Edorli Knaak pelos seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 41/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Wilson Nacodah Suruí pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 42/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Licleison Sebastião da Silva pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 43/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor João Alves da Luz pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 44/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Edvaldo Sigoli pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 45/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Robson Tomaz de Castro Calandrelli pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 46/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Donizeti Martinelli pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 47/2023 DO DE-PUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico

de Honra ao Mérito a Senhora Angela Maria Coutinho Pessoa pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – As matérias encontram-se sem parecer. Para emitir o parecer solicito ao Deputado Delegado Camargo que proceda ao parecer em bloco nas matérias pertinentes.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, nobres parlamentares, colegas que estão presentes nesta Casa e também aqueles de forma remota:

- Projeto de Decreto Legislativo 40/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Edorli Knaak pelos seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";
- Projeto de Decreto Legislativo 41/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Wilson Nacodah Suruí pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";
- Projeto de Decreto Legislativo 42/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Licleison Sebastião da Silva pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- Projeto de Decreto Legislativo 43/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor João Alves da Luz pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";
- Projeto de Decreto Legislativo 44/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Edvaldo Sigoli pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";
- Projeto de Decreto Legislativo 45/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Robson Tomaz de Castro Calandrelli pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";
- Projeto de Decreto Legislativo 46/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Donizeti Martinelli pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";
- Projeto de Decreto Legislativo 47/2023 do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito a Senhora Angela Maria Coutinho Pessoa pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.". Os projetos encontrarem-se dentro da legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa. O meu parecer, em bloco, é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Delegado Camargo. Ninguém para discutir. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco**.

Em votação única os Projetos de Decreto Legislativo 40/2023, 41/2023, 42/2023, 43/2023, 44/2023, 45/2023, 46/2023 e 47/2023, todos de autoria do Deputado Marcelo Cruz, concedendo, respectivamente, Título Honorífico de Honra ao Mérito aos senhores e senhoras:

Edorli Knaak, Wilson Nacodah Suruí, Licleison Sebastião da Silva, João Alves da Luz, Edvaldo Sigoli, Robson Tomaz de Castro Calandrelli, Donizeti Martinelli, Angela Maria Coutinho Pessoa.

Os deputados favoráveis aos Projetos de Decreto Legislativos permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Estão aprovados**. **Vão ao Expediente**.

Próxima matéria, Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 22 de maio de 2023, segunda-feira, às 15 horas, para a efetivação de outorga de Voto de Louvor à Arquidiocese Nossa Senhora Auxiliadora de Porto Velho, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) — Requerimento de autoria do Deputado Alan Queiroz, que "Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 22 de maio de 2023, segunda-feira, às 15 horas, para a efetivação de outorga de Voto de Louvor à Arquidiocese Nossa Senhora Auxiliadora de Porto Velho, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia."

Em votação. Os deputados favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Secretária.

Nós temos matéria de quórum qualificado. Solicito que faça a chamada nominal dos deputados para ver se nós temos quórum. Nós temos uma matéria do Ministério Público e uma do Tribunal de Justiça.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) — Deputado Affonso Candido? Deputado Alan Queiroz?

Deputado Alex Redano?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Dá um tempo, Secretária, para ver se eles respondem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) — Repetindo. Deputado Affonso Candido? Ausente.

Deputado Alan Queiroz? Ausente.

Deputado Alex Redano? Ausente.

Deputado Cássio Gois?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Presente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) — Deputado Cirone Deiró? Ausente.

Deputada Cláudia de Jesus, presente.

Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presente. (fora do microfone)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Depu-



tado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Presente, Senhora Secretária. Presente, presente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputada Dr^a Taíssa? Ausente.

Deputado Edevaldo Neves? Ausente.

Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Presente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Deputada Gislaine Lebrinha?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) – Presente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) — Deputada Ieda Chaves? Ausente.

Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) – Presente, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) — Deputado Jean Mendonça? Deputado Jean Mendonça? Ausente. Deputado Jean Oliveira? Ausente.

Deputado Jean Oliveira? Ausente.

Deputado Laerte Gomes? Ausente.

Deputado Laerte Gomes: Ausente

Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Presente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Deputado Luizinho Goebel? Ausente.

Deputado Marcelo Cruz? Deputado Marcelo Cruz? Ausente

Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Presente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) – Presente, minha amiga.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Deputado Pedro Fernandes? Deputado Pedro Fernandes? Ausente.

Deputado Ribeiro do Sinpol? Ausente.

Deputada Rosangela Donadon? Ausente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado que estão on-line, por favor, se apresentar para registrar a presença, por gentileza.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Deputado Cássio está on-line. Estou chegando.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Deputado Cássio está registrado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Deputado Lucas está on-line também.

O SR. MARCELO CRUZ – Deputado Marcelo Cruz, presente. **(fora do microfone)**

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Deputado Marcelo, presente.

Deputado Jean Oliveira.

Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. ALEX REDANO - Registra a presença do Deputado Alex Redano, por favor.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Alex Redano - presente - Deputado Cássio Gois - presente - Deputado Cirone Deiró - presente - Deputada Cláudia de Jesus - presente - Deputado Delegado Camargo - presente - Deputado Delegado Lucas - presente - Deputado Ezequiel Neiva - presente - Deputada Gislaine Lebrinha - presente - Deputado Ismael Crispin - presente - Deputado Jean Oliveira - presente - Deputado Luis do Hospital - presente - Deputado Marcelo Cruz - presente - Deputado Nim Barroso - presente - Deputado Pedro Fernandes - presente - Deputado Ribeiro do Sinpol - presente

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Ok, Secretária, vamos dar sequência a votação, temos quórum qualificado para prosseguir as votações. Lembrando que a votação nominal, peço aos colegas que fiquem atentos para responder a chamada da votação. Próxima matéria.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Presidente, por favor, confirma se a chamada do Deputado Delegado Lucas foi atendida?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) — Deputado Delegado Lucas está registrada a presença.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Obrigado, Senhor Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – PRO-JETO DE LEI COMPLEMENTAR 17/2023 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO/MENSAGEM 07. Altera a Lei Complementar nº 568, de 29 de março de 2010, que



dispõe sobre a carreira dos(as) servidores(as) do PJRO, para instituir a gratificação por atividade de tecnologia da informação e comunicação.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Delegado Camargo para que proceda ao parecer pelas Comissões pertinente. Está sem parecer de nenhuma Comissão. Vamos ter o parecer pelas Comissões pertinentes pelo Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, nobres parlamentares. Trata-se de Projeto de Lei Complementar 17/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que tem como objetivo "reconhecer, valorizar e mitigar a evasão e a rotatividade em grandes proporções" de profissionais que atuam na área de TI. Inclusive, importante deixar aqui consignado, que a Resolução 370/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que no art. 25 recomenda "que o órgão busque implementar instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC".

O projeto encontra-se acompanhado do impacto orçamentário da proposta, disponibilidade orçamentária e limites com gastos de pessoal. "É importante ressaltar que a proposta da instituição de gratificação não se incorpora ao vencimento do servidor, portanto a aprovação da GTIC não terá reflexo no Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (RPPS), consoante dispõe a LC 1.100/2021, logo, não afetará o equilíbrio atuarial e financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).".

Assim, considerando que as despesas decorrentes desta lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, este parlamentar emite parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Delegado Camargo. Não havendo ninguém que queira discutir o parecer, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer**. Em votação o Projeto de Lei Complementar 17/2023 do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. "Altera a Lei Complementar nº 568, de 29 de março de 2010, que dispõe sobre a carreira dos(as) servidores(as) do PJRO, para instituir a gratificação por atividade de tecnologia da informação e comunicação.".

Chamada nominal para a votação. Por gentileza, os deputados que estão de forma remota, atentos aí, à chamada nominal. Os deputados favoráveis votarão "sim"; os contrários, votarão "não".

Está iniciada a votação através da chamada, Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) — Deputado Affonso Cândido, como vota?

Deputado Alan Queiroz, como vota?

Deputado Alex Redano, como vota?

O SR. ALEX REDANO - Voto "sim", Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Cássio Gois, como vota?

O SR. CÁSSIO GOIS - Voto "sim", Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ - "Sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Cláudia de Jesus vota "sim".

Deputado Delegado Camargo, como vota?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Deputado Delegado Lucas, como vota?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Voto "sim", Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Deputada Dra Taíssa, como vota?
Deputado Edevaldo Neves, como vota?
Deputado Ezeguiel Neiva, como vota?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Gislaine Lebrinha, como vota?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) – "Sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Ieda Chaves, como vota? Deputado Ismael Crispin, como vota?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Voto "sim", Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Jean Mendonça, como vota?
Deputado Jean Oliveira, como vota?
Deputado Laerte Gomes, como vota?
Deputado Luis do Hospital, como vota?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Luizinho Goebel, como vota?
Deputado Marcelo Cruz, como vota?
Deputado Nim Barroso, como vota?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Voto



"sim", Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Pedro Fernandes, como Vota?

O SR. PEDRO FERNANDES - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Ribeiro do Sinpol, como vota?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Rosangela Donadon, como vota?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Affonso Candido - ausente - Deputado Alan Queiroz - ausente - Deputado Alex Redano - sim - Deputado Cássio Gois - sim - sim - Deputado Cirone Deiró - Deputada Cláudia de Jesus - sim - Deputado Delegado Camargo - sim - Deputado Delegado Lucas - sim - Deputada Dra Taíssa - ausente - Deputado Edevaldo Neves - ausente - Deputado Ezequiel Neiva - sim - Deputada Gislaine Lebrinha - sim - Deputada Ieda Chaves - ausente - Deputado Ismael Crispin - sim - Deputado Jean Mendonça - ausente - Deputado Jean Oliveira - não votou - ausente - Deputado Laerte Gomes - Deputado Luis do Hospital - sim - Deputado Luizinho Goebel - ausente - não votou - Deputado Marcelo Cruz - Deputado Nim Barroso - sim - Deputado Pedro Fernandes - sim - Deputado Ribeiro do Sinpol - sim - Deputada Rosangela Donadon - ausente

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Com 13 votos favoráveis, fica aprovado em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar 17/2023, de autoria do Tribunal de Justiça que aportou a esta Casa através da Mensagem 07. Está aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PRO-JETO DE LEI COMPLEMENTAR 18/2023 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO/MENSAGEM 04. Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de Ordem apenas, Senhor Presidente. Eu não poderia deixar aqui de render homenagem a este servidor que está ao seu lado

aí, o Senhor Manoel Salustiano, o Kid. Kid?! É com você mesmo. Eu gostaria aqui, em nome dos demais deputados presentes nesta Casa, render nossas homenagens ao senhor. Manoel Salustiano, conhecido aqui como Kid, após 40 anos servindo ao povo de Rondônia, através da Assembleia Legislativa, vai mudar para o Município de Toledo, no Paraná, onde, por questões familiares, vai acompanhar o seu filho em um novo desafio.

Durante 40 anos, — olhem só, eu era apenas uma criança, tenho 42 anos — e, há 40 anos você aqui está, nesta Assembleia Legislativa. Além de ser um homem público, de vida pública, é um grande líder católico. Especialmente na Comunidade São Luiz Gonzaga. Então eu quero, de coração, em nome de todos os parlamentares e em agradecimento ao povo de Rondônia, te agradecer, Kid, por todos esses anos de trabalho duro, sério e concentrado. E a prova foi que agora, enquanto eu falava o seu nome, você não prestava atenção e dava atenção ao Presidente desta Casa. Parabéns pelo profissionalismo. Obrigado por dividir comigo a mesma crença e a mesma fé em um Cristo que vive.

Parabéns. Desejo a você sucesso na sua nova jornada. E saiba que esta Casa estará sempre de portas abertas para você. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO - Quero aqui também aproveitar o aparte de nosso Deputado Delegado Camargo, parabenizar nosso querido Kid, profissional altamente qualificado, amigo de todos. Não sabia, Deputado Delegado Camargo, dessa novidade. Ele é um ícone aqui da Casa. Ele foi assessor desde 1982, não é, Kid? Trabalhou com meu tio em 1983. Quando meu tio foi eleito deputado, já trabalharam juntos. Meu tio tem um carinho enorme pelo Kid. E o Kid aqui é memória viva desta Casa. Parabéns, Kid. Pode ter certeza do carinho e admiração que todos os pares têm por sua pessoa. Que Deus abençoe você nessa nova jornada.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Kid, com certeza a Assembleia vai ter que fazer uma Sessão aqui para homenageá-lo, porque 40 anos de Casa, a pessoa que me recebeu quando eu me elegi deputado a primeira vez, em 2007, foi você e o Manvailer.

Quando eu chegava aqui, já me entregou uma Constituição do Estado, o Regimento interno. Olha só, em 2007. Estava lá atrás. E você já tinha um tempão que estava por aqui. Meu irmão, poxa vida, você é digno de muita honra mesmo, uma homenagem, tudo que nós fizermos aqui nesta Casa para lhe homenagear ainda é pouco pela história que você tem junto a esta Casa. O Manvailer também, mas ele não está saindo agora, não. Mas você, Kid, com certeza nós vamos ter que preparar alguma coisa para fazer essa homenagem a você, que realmente merece. São 40 anos de história de vida aqui juntamente com os deputados e os servidores mais antigos deste Parlamento.

Prosseguindo, a matéria encontra-se sem parecer. Para dar o parecer pelas Comissões pertinentes, solicito ao Deputado Delegado Camargo que proceda o parecer pe-



las Comissões pertinentes, por gentileza.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, demais deputados. Trata de Projeto de Lei Complementar 18/2023, oriundo do Ministério Público do Estado de Rondônia, no qual solicita a aprovação da Assembleia Legislativa permitir a recomposição remuneratória constitucionalmente imposta pela Carta Magna da nossa nacão. As dotações orcamentárias serão consignadas pelo Ministério Público e suplementadas, caso necessário. Ainda terei, meu colega Deputado Ribeiro do Sinpol, a alegria de receber projeto dessa mesma natureza em relação aos profissionais da segurança pública. Ministério Público está fazendo a sua parte, encaminhando a recomposição remuneratória dos seus servidores. Aquardo ansiosamente, Deputado Ribeiro, que o da segurança pública também chegue aqui. É em junho, não é? Em junho, não é? Estou aguardando. Em junho.

O projeto está devidamente acompanhado do impacto orçamentário, financeiro; dentro das técnicas legislativas, razão pela qual emito parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Em discussão o parecer emitido pelo Deputado Delegado Camargo. Ninguém. Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contratos se manifestem. **Está aprovado o parecer**.

Em votação o Projeto de Lei Complementar 18/2023, de autoria do Ministério Público, que "Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia.".

Os deputados que estão de forma remota, virtual, por favor, fiquem atentos para a chamada. Os favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não".

Chamada, por gentileza, Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretário ad hoc) - Deputado Affonso Candido como vota?
Deputado Alan Queiroz como vota?
Deputado Alex Redano como vota?

O SR. ALEX REDANO - Voto "sim", senhora deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretário ad hoc) — Deputado Cássio Gois como vota?

O SR. CÁSSIO GOIS - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretário ad hoc) – Deputado Cirone Deiró como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Voto "sim", Excelentíssima.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Cláudia de Jesus vota "sim".

Deputado Delegado Camargo, como vota?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Voto "sim".

A SRA.CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Delegado Lucas, como vota?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – "Sim", Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Dra Taíssa, como vota?
Deputado Edevaldo Neves, como vota?
Deputado Ezeguiel Neiva, como vota?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Gislaine Lebrinha, como vota?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) – "Sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Ieda Chaves, como vota?
Deputado Ismael Crispin, como vota?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Jean Mendonça, como vota?

Deputado Jean Oliveira, como vota?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Jean Oliveira, vota "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Laerte Gomes, como vota?
Deputado Luis do Hospital, como vota?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Luizinho Goebel, como vota?
Deputado Marcelo Cruz, como vota?
Deputado Nim Barroso, como vota?

O SR. NIM BRARROSO (Por videoconferência) - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Pedro Fernandes, como vota?

O SR. PEDRO FERNANDES - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Ribeiro do Sinpol, como vota?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Rosangela Donadon, como vota?



VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Affonso Candido - ausente - Deputado Alan Queiroz - ausente - Deputado Alex Redano - sim - Deputado Cássio Gois - sim - sim - Deputado Cirone Deiró - Deputada Cláudia de Jesus - sim - Deputado Delegado Camargo - sim - Deputado Delegado Lucas - sim - Deputada Dra Taíssa - ausente - ausente - Deputado Edevaldo Neves - Deputado Ezequiel Neiva - sim - Deputada Gislaine Lebrinha - sim - Deputada Ieda Chaves - ausente - Deputado Ismael Crispin - sim - Deputado Jean Mendonça - ausente - Deputado Jean Oliveira - sim - Deputado Laerte Gomes - ausente - Deputado Luis do Hospital - sim - Deputado Luizinho Goebel - ausente - não votou - Deputado Marcelo Cruz - Deputado Nim Barroso - sim - Deputado Pedro Fernandes - sim - Deputado Ribeiro do Sinpol - sim - Deputada Rosangela Donadon - ausente

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Com 14 votos favoráveis ao Projeto de Lei Complementar 18/2023, de autoria do Ministério Público, que "Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia". Fica aprovado em primeira votação. Vai à segunda votação.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Presidente, Questão de Ordem, só um minutinho.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Pois não, Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu gostaria de usar a tribuna desta Casa, nesta tarde, para parabenizar a comunidade surda, que no dia 24 de abril, ontem, comemorou 21 anos de aprovação da Lei de Libras - o que foi um marco para garantir os direitos dos surdos brasileiros. Então, neste dia 24, nós queremos parabenizar toda a comunidade e também, gostaria de salientar que a Assembleia Legislativa está com um programa com seis episódios, criado pelos intérpretes aqui desta Casa, com a participação de personalidades da comunidade surda e o programa vai ao ar pela TV Assembleia Legislativa, canal 7.2 e no canal YouTube.

Então, a comunidade que está participando, está acompanhando a nossa Sessão, que tem aí, através dos nossos intérpretes, aqui da Casa, fazendo esse programa. E gostaria também, Presidente, de convidar toda população de Cacoal, amanhã, dia 26, das 08:00 às 16:00 horas, no nosso escritório parlamentar, em parceria com

o FHEMERON de Rondônia (Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia), nós estamos fazendo coleta de sangue. Já têm mais de 300 pessoas inscritas para coletar de sangue. É uma necessidade dentro do Estado de Rondônia. E aí, estamos fazendo essa ação, junto com a FHEMERON.

Agradecer ao Presidente Reginaldo Girelli e aos nossos assessores que mobilizaram a sociedade, lá na cidade de Cacoal, para fazer essa grande ação em favor da vida, aqui no Estado de Rondônia. Obrigado, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) — Obrigado, Deputado Cirone, parabéns. Senhores e senhoras deputadas, nós temos um Requerimento do Deputado Alan Queiroz que solicitava uma Sessão Solene para o dia 22 de maio. Levando em consideração que a nossa feira acontece justamente nessa data e a sede da Assembleia Legislativa será transferida lá para Ji-Paraná, nós vamos, então, alterar a data do dia 22 de maio para o dia 01 de junho, permanecendo o mesmo horário, às 15 horas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) -RE-QUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora a alteração da data da Sessão Solene para a efetivação de outorga de Voto de Louvor à Arquidiocese Nossa Senhora Auxiliadora de Porto Velho, inicialmente designada para o dia 22 de maio para o dia 1º de junho de 2023, quinta-feira, às 15 horas, no plenário desta Casa de Leis.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) — Só para ficar registrado aqui nos Anais da Casa, os deputados favoráveis a esta alteração da Sessão Solene, proposta pelo Deputado Alan Queiroz, permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovada a alteração da data para 01 de junho no Requerimento do Deputado Alan Queiroz. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretária. Não há mais?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - RE-QUERIMENTO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO DA DE-PUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado o interstício regimental, para apreciar em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 21/2023; Projeto de Lei Complementar 17/2023 e o Projeto de Lei Complementar 18/2023.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Em discussão o Requerimento da Deputada Cláudia de Jesus, que solicita a dispensa de interstício para o Projeto de Lei 21/2023 e os Projetos de Lei Complementar 17/2023 e 18/2023. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado**. Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Não há mais matérias, Senhor Presidente.



O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para logo em seguida apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei 21/2023 e os Projetos de Lei Complementar 17/2023 e 18/2023.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 39 minutos)

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGIS-LATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEM-BLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 25.04.2023 INÍCIO: 18h42min

PRESIDENTE: SR. EZEQUIEL NEIVA SECRETÁRIO: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 17ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – Senhor Presidente, eu solicito que seja dispensada a leitura da Ata.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, e que seja publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo. Passemos à Ordem do Dia. Solicito à Senhora Secretária proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – PROJETO DE LEI 21/2023 DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Dispõe sobre a cessão de armamento das polícias civil e militar às guardas municipais, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 21/2023, de autoria do Deputado Delegado Camargo, que "Dispõe sobre a cessão de armamento das polícias civil e militar às guardas municipais, no âmbito do Estado de Rondônia.".

Em segunda votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado**. **Vai ao Expediente**.

Parabéns, Deputado Camargo, pela iniciativa do projeto tão importante para o Estado de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Presidente. Eu queria agradecer a todos os demais parlamentares pelo

apoio na aprovação desse projeto. Tenho certeza que as guardas municipais devidamente armadas poderão contribuir com as forças de segurança pública para a proteção das nossas crianças nas escolas, das pessoas de bem, e também na preservação e na guarda do patrimônio público. Muito obrigado a todos os deputados.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Próxima matéria, Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) – PRO-JETO DE LEI COMPLEMENTAR 18/2023 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO/MENSAGEM 04. Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 18/2023, de autoria do Ministério Público do Estado de Rondônia, que aportou a esta Casa por meio da Mensagem 04, "Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia.".

Votação nominal, como foi na primeira votação. A Deputada Cláudia fará a chamada. Os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Affonso Candido, como vota?
Deputado Alan Queiroz, como vota?
Deputado Alex Redano, como vota?

O SR. ALEX REDANO - Voto "sim", senhora deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Cássio Gois, como vota?

O SR. CÁSSIO GOIS – "Sim", Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Cláudia de Jesus vota "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Delegado Camargo, como vota?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Deputado Delegado Lucas como vota?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Depu-



tada Dr^a Taíssa, como vota? Deputado Edevaldo Neves, como vota? Deputado Ezequiel Neiva, como vota?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente)- Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Gislaine Lebrinha, como vota?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) – "Sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Ieda Chaves, como vota?
Deputado Ismael Crispin, como vota?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Jean Mendonça, como vota?
Deputado Jean Oliveira, como vota?
Deputado Laerte Gomes, como vota?
Deputado Luis do Hospital, como vota?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Luizinho Goebel, como vota?
Deputado Marcelo Cruz, como vota?
Deputado Nim Barroso, como vota?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Pedro Fernandes, como vota?

O SR. PEDRO FERNANDES - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Ribeiro do Sinpol, como vota?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Deputada Rosangela Donadon, como vota?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

VOTAÇÃO ELETRONICA PRESENCIAL E REMO	
- Deputado Affonso Candid	o - ausente
- Deputado Alan Queiroz	- ausente
- Deputado Alex Redano	sim
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesu	ıs - sim
- Deputado Delegado Cama	argo - sim
- Deputado Delegado Luca:	s - sim
- Deputada Dra. Taíssa	- ausente
- Deputado Edevaldo Neve	s - ausente
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim

- Deputada Gislaine Lebrinha - sim - Deputada Ieda Chaves - ausente - Deputado Ismael Crispin - sim - Deputado Jean Mendonça - ausente - Deputado Jean Oliveira - não votou - Deputado Laerte Gomes - ausente - Deputado Luis do Hospital - sim - Deputado Luizinho Goebel - ausente - Deputado Marcelo Cruz - ausente - Deputado Nim Barroso - sim - Deputado Pedro Fernandes - sim - Deputado Ribeiro do Sinpol - sim - Deputada Rosangela Donadon - ausente

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Com 13 votos favoráveis, fica aprovado o Projeto de Lei Complementar 18/2023, de autoria do Ministério Público do Estado de Rondônia, que "Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia.". Está aprovado, vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PRO-JETO DE LEI COMPLEMENTAR 17/2023 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO/MENSAGEM 07. Altera a Lei Complementar nº 568, de 29 de março de 2010, que dispõe sobre a carreira dos(as) servidores(as) do PJRO, para instituir a gratificação por atividade de tecnologia da informação e comunicação.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Projeto de Lei Complementar 17/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. "Altera a Lei Complementar nº 568, de 29 de março de 2010, que dispõe sobre a carreira dos(as) servidores(as) do PJRO, para instituir a gratificação por atividade de tecnologia da informação e comunicação."

A chamada será nominal, os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Affonso Candido, como vota?
Deputado Alan Queiroz, como vota?
Deputado Alex Redano, como vota?

O SR. ALEX REDANO - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Cássio Gois, como vota?

O SR. CÁSSIO GOIS - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Cirone Deiró, como vota?

O S. CIRONE DEIRÓ - Voto "sim", Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Depu-



tada Cláudia de Jesus vota "sim". Deputado Delegado Camargo, como vota?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Delegado Lucas, como vota?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Dra Taíssa, como vota?
Deputado Edevaldo Neves, como vota?
Deputado Ezequiel Neiva, como vota?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Gislaine Lebrinha, como vota?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) – "Sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Ieda Chaves, como vota?

Deputado Ismael Crispin, como vota? Ismael Crispin, como vota?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Ismael Crispin vota "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Jean Mendonça, como vota?
Deputado Jean Oliveira, como vota?
Deputado Laerte Gomes, como vota?
Deputado Luis do Hospital, como vota?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Luizinho Goebel, como vota?
Deputado Marcelo Cruz, como vota?
Deputado Nim Barroso, como vota?

O SR. NIN BARROSO (Por videoconferência) - Voto "sim", Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Pedro Fernandes, como vota?

O SR. PEDRO FERNANDES – Deputado Pedro Fernandes vota "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputado Ribeiro do Sinpol, como vota?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Deputada Rosangela Donadon, como vota?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Affonso Candido - ausente - Deputado Alan Queiroz - ausente - Deputado Alex Redano - sim - Deputado Cássio Gois - sim - Deputado Cirone Deiró - sim - Deputada Cláudia de Jesus - sim - Deputado Delegado Camargo - sim - Deputado Delegado Lucas - sim - ausente - Deputada Dra. Taíssa - Deputado Edevaldo Neves - ausente - Deputado Ezequiel Neiva - sim - Deputada Gislaine Lebrinha - sim - Deputada Ieda Chaves - ausente - Deputado Ismael Crispin - sim - Deputado Jean Mendonca - ausente - Deputado Jean Oliveira - não votou - Deputado Laerte Gomes - ausente - Deputado Luis do Hospital - sim - Deputado Luizinho Goebel - ausente - Deputado Marcelo Cruz - ausente - Deputado Nim Barroso - sim - Deputado Pedro Fernandes - sim - Deputado Ribeiro do Sinpol – sim - Deputada Rosangela Donadon - ausente

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Com 13 votos favoráveis, fica aprovado o Projeto de Lei Complementar 17/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que "Altera a Lei Complementar nº 568, de 29 de março de 2010, que dispõe sobre a carreira dos(as) servidores(as) do PJRO, para instituir a gratificação por atividade de tecnologia da informação e comunicação." Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Não há mais matéria, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 26 de abril, no horário regimental, às 9 horas. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 50 minutos)

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LE-GISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: Debater sobre a (in) segurança nas escolas e medidas preventivas

EM: 27.04.2023 INICÍO: 09h32min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

SR. DELEGADO CAMARGO

A SRA. HELEN ESTEVES REIS (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento dos Excelentíssimos Deputados Delegado Lucas Torres, Alex Redano e Pedro Fernandes, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para debater sobre a insegurança nas escolas e medidas preventivas.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa, no Facebook, no Youtube, e pela TV Assembleia, no canal 7.2.

Convidamos neste momento para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano; O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Camargo.

O Senhor Valmir Souto, assessor de gabinete, representando a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC;

O Excelentíssimo Senhor Delegado da Polícia Federal, o Doutor Marcelo Toledo Bezerra, representado neste ato a Polícia Federal;

O Excelentíssimo Senhor Doutor José Juliano Cedaro, Vice-Reitor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR; O Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Muniz Neves, Defensor Público, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

A Excelentíssima Senhor Doutora Tânia Garcia Santiago, Promotora de Justiça do Ministério Público e Coordenadora de Atuação Especial da Infância, representando o Ministério Público Estadual;

O Excelentíssimo Senhor Felipe Bernardo Vital, Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SES-DEC:

Convidar também para compor a Mesa de Autoridades o Excelentíssimo Senhor Coronel da Polícia Militar do Estado de Rondônia James Alves Padilha.

Gostaríamos de agradecer ao Senhor Caique Vinícius Moreira, da Polícia Rodoviária Federal, neste ato também representando a Polícia Rodoviária Federal, de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Bom dia. Eu peço ao Cerimonial, por gentileza, providenciar duas cadeiras para que nós possamos aqui também colocar o representante da Polícia Civil, o Doutor Hélio, por gentileza; e também a Coronel representando os Bombeiros. Obrigado pela gentileza.

A SRA. HELEN ESTEVES REIS (Mestre de Cerimônias) – Agradecer ainda a presença da Senhora Solange Hiroshi, Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente;

A Senhora Ana Karla Feitoza, Conselheira Psicóloga, representando neste ato o Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região;

O Senhor Rafael É O Fera, Vereador do Município de Ariquemes;

A Senhora Camila Fernanda Carvalho, Professora Conselheira, representando o Conselho Estadual de Educação e o Sindicato das Escolas Privadas, o SINEPE;

A Senhora Rafaela do Batista, Vereadora do Município de Ariquemes;

Senhora Doutora Vanessa Michele Esber Serrate, Presidente da Comissão da Mulher Advogada, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia;

O Senhor Nilson Vieira, Diretor Técnico da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC;

A Excelentíssima Senhora Doutora Ana Ellen de Queiroz Santiago, Presidente do CREMERO, Conselho Regional de Medicina de Rondônia;

O Excelentíssimo Senhor Delegado de Polícia Civil e Diretor da Divisão de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio, o Doutor Hélio Teixeira Lopes Filho;

Senhor Eliezer Wanderley, assessor, representando o gabinete da Deputada Estadual Ieda Chaves;

O Senhor Vilmar Coletti, Diretor Financeiro, representando o Sindicato dos Trabalhadores e o Instituto Kadosh; A Excelentíssima Senhora Coronel BM Daniele Lima Cristina Ferreira, Chefe de Estado-Maior Geral, do Corpo de

Bombeiros do Estado de Rondônia; O Senhor Vereador Isaque Machado, 2º Secretário da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Porto Velho;

Com a palavra, neste momento, o proponente, o Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Bom dia a todos. Na verdade, fazer justiça, iniciando aqui, falar que o autor desta Audiência Pública é o Deputado Delegado Lucas. Ele idealizou, procurou os demais deputados. Eu subscrevi, Deputado Pedro Fernandes subscreveu, Deputado Delegado Camargo também subscreveu. E aconteceu um acidente agora, ele vindo. Ele está no Hospital João Paulo II junto com o Bruno, mas, graças ao bom Deus, Deputado Delegado Camargo, pelo que se sabe, vai fazer mais exames, mas não teve nenhuma consequência, não quebrou nada. Está bem.

E foi o Delegado Lucas que idealizou e nós vamos conduzir aqui. Eu vou pedir ao Deputado Delegado Camargo, que tem uma vasta experiência em segurança pública, para ajudar na condução dos trabalhos. Mas, quero parabenizar o Deputado Delegado Lucas, porque muito está sendo discutido, principalmente após o que aconteceu na creche em Santa Catarina e não adianta sair atirando para todos os lados, tem que dar um tiro certeiro. A prevenção é muito importante. Mas, não é



simplesmente colocar serpentina, colocar detector de metais, colocar vigilantes e, sim, um conjunto de ações, principalmente o trabalho educacional. Então são várias e várias ações.

Eu vou dar a abertura aqui e depois e vou fazer os cumprimentos aqui à Mesa. Peço desculpa pela quebra do protocolo.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater sobre a insegurança nas escolas e medidas preventivas.

Quero aqui cumprimentar o meu colega de Parlamento, meu colega do Partido Republicanos, Deputado Delegado Camargo. Tem feito um excelente trabalho, deputado dedicado, vem fazendo a diferença.

Quero agradecer ao senhor Valmir Souto, assessor do gabinete representando aqui a Ana Lúcia Pacini, Secretária de Educação da SEDUC.

Meu querido amigo Senhor Tenente-Coronel BM Felipe Bernardo Vital, Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC.

Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Muniz Neves, Defensor Público representando a Defensoria Pública. Quero agradecer ao Sérgio de outras batalhas aqui, várias audiências, sempre presente.

Quero agradecer a presença do Delegado da Polícia Federal Doutor Marcelo Toledo Bezerra. Muito obrigado. Também presente aqui o Excelentíssimo Senhor Doutor José Juliano Cedaro, Vice-Reitor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Agradecer ao Senhor Delegado de Polícia Civil e Diretor da Divisão de Repreensão aos Crimes contra o Patrimônio, nosso querido Doutor Hélio Teixeira Lopes Filho. Excelentíssima Senhora Coronel BM Daniele Lima Cristina Ferreira, Chefe de Estado-Maior Geral, do Corpo de Bombeiros.

Excelentíssimo Coronel PM James Alves Padilha, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Quero agradecer de forma muito especial, quero fazer um agradecimento em nome do demais deputados à Doutora Tânia Garcia Santiago, Promotora de Justiça que está sempre presente nas nossas reuniões contribuindo muito em várias ações. Parabenizar o Ministério Público de Rondônia pelo trabalho.

Quero também, de forma especial, agradecer aos vereadores do Município de Ariquemes. Está aqui o Vereador Rafael É O Fera. Às vezes temos divergências ideológicas, mas faz parte da política e parabenizo pelo trabalho. A Vereadora Rafaela do Batista. Vejo a Vereadora Rafaela também sempre atuante. Muito obrigado pela presença. Nosso Vereador Isaque Machado, muito obrigado. Agradecer a presença de todos. Agora vamos seguir o roteiro.

A SRA. HELEN ESTEVES REIS (Mestre de Cerimônias) –Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Passo a palavra aos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Alex Redano e Delegado Camargo, que conduzirão esta Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) — Dando início à Audiência Pública, mais uma vez registrar o motivo da ausência do nosso companheiro, Deputado Delegado Lucas. Ele sofreu um acidente, vindo para a Audiência, na BR-364. Encontra-se hospitalizado, mas sem maiores riscos. Graças a Deus, está bem. A gente fica sentido, porque ele idealizou esta Audiência, pediu apoio de todos os deputados e não pode estar presente.

Quero aqui também parabenizar o Deputado Pedro Fernandes, o Deputado Delegado Camargo, que estão preocupados com esse tema e é importante o debate, a discussão, para encontrarmos os melhores caminhos. Mais uma vez, muito obrigado a todos.

Passo a palavra, neste momento, ao autor também, subscrito, Deputado Delegado Camargo. Pode ficar à vontade. Quem quiser usar a tribuna.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Bom dia a todos. Na pessoa do meu colega, Deputado Alex Redano, cumprimento todas as autoridades da Mesa. Na pessoa dos Vereadores Rafael é o Fera e Rafaela do Batista, cumprimento os demais convidados. Sejam muito bem-vindos à Casa do Povo.

E, hoje, nós trataremos, nesta Audiência Pública, acerca da segurança das escolas. Eu pedi que a minha assessoria distribuísse aos senhores uma pequena cartilha, na qual eu buscarei ser o mais breve possível para contextualizá-los do atual cenário, sob a minha ótica e, posteriormente, devolver a palavra aos demais membros.

Muito bem, eu peço ao pessoal do telão, por gentileza, que joguem na tela a apresentação que eu enviei há poucos minutos, por favor.

(Apresentação de slides)

Senhores, vamos lá. Por uma triste coincidência, no dia 4 de março eu protocolei aqui nesta Casa um Projeto de Lei, cuja nomenclatura que adotei foi chamado Programa Escola Segura de Cidadã — PESC. É esse que vocês estão vendo na tela. No dia 5, infelizmente, nós tivemos aquele ataque em Santa Catarina. Diante do que estava ocorrendo naquela ocasião, de imediato, nós solicitamos ao Presidente Marcelo Cruz que ele colocasse em tramitação em regime de urgência esse projeto para que nós pudéssemos dar um retorno rápido para a sociedade. Esse Projeto de Lei, cuja íntegra dele está aí para os senhores, ele foi aprovado já e aguarda ansiosamente a sanção do Governador do Estado de Rondônia.

Deputado, de que se trata em apertada síntese esse projeto que os senhores estão lendo? Esse projeto — repito, que já foi aprovado nesta Casa e aguarda apenas a sanção do governador — visa a prevenção de acidentes e riscos à integridade física dos alunos e servidores das escolas no Estado de Rondônia. Vou buscar explicar aqui para vocês, que é importante a gente debater logo na

sequência.

Essa lei aprovada nesta Casa prevê a presença em tempo integral, em todos os turnos de funcionamento das escolas, durante os horários de aula, de um policial civil, militar, penal para proteger aquela escola.

Só um pouquinho, que eu estou com o passador aqui, Milson. Não precisa passar. Só coloca o passador aí para mim, por favor, para eu poder ir explicando ali na tela. Eu liguei aqui. Deixa eu ver se vai funcionar. Pode deixar na tela um, tá, Milson? Pode retroceder, por favor. Isso. Por favor. Obrigado.

Então, esse policial seria aquele policial da escola. Obviamente, Coronel Padilha, meus colegas de farda aqui, Doutor Hélio, Júlio, os demais PRFs (Policiais Rodoviários Federais) vão saber essa linguagem que eu vou utilizar agora. Eles adotariam o que a gente chama de conduta de polícia comunitária. Esse policial seria o policial daquela unidade escolar. Ia ter relacionamento com os professores, relacionamento com os pais, relacionamento com os alunos; eles receberiam um credenciamento e após esse treinamento de polícia comunitária, Coronel Padilha, eles receberiam credenciamento de guardião escolar e passariam a acompanhar a rotina daquela unidade educacional.

Entre outras funções desse policial, sim, com armamento ostensivo ali. Ele iria realizar as rondas nas escolas, ia fazer a proteção de alunos e professores daquele estabelecimento, iria dar palestras, orientar os alunos, os pais, os professores; e o mais importante: iria fazer relatório de inteligência para subsidiar as decisões das forças de segurança. Por exemplo, um aluno que está sendo coaptado por uma facção criminosa, um aluno que está, ao sair da escola, fumando maconha. Ele ia subsidiar. É o policial daquela unidade escolar.

Muito bem. Esse projeto, senhores, que vocês estão aí, que é o 43, ele foi aprovado. Então, eu aproveito mais uma vez essa tribuna para pedir ao governador que ele sancione rapidamente essa lei aprovado pelo Parlamento para que nós possamos ter segurança dos policiais dentro das unidades escolares. E não precisamos esperar acontecer outra tragédia para que o Estado tome uma providência. Muito bem. Pode passar para o próximo slide.

Aprovado isso, nós criamos — também de minha autoria — um protocolo de ação em situação de risco escolar, abreviatura "PARE", Protocolo de Ação em Situação de Risco Escolar. Veja. Esse protocolo, senhores, que eu entreguei para vocês é uma Indicação. Por que uma Indicação de protocolo? Porque nessa normatização há despesas para o Poder Executivo. Por exemplo, colocação de detector de metais, porta giratória, tudo isso são custos. E não pode do Parlamento uma norma em que há despesas para o Estado, sem o devido apontamento da fonte de recursos.

Então, nós criamos esse protocolo - ele já foi enviado, Vereador Rafael é o Fera, para todos os chefes de Executivo desse Estado -, e também estaremos encaminhando para a Câmara de Vereadores, para que os municípios - claro que não é um projeto perfeito, acabado, obviamente há muitos melhoramentos que podem ser feitos aqui, adequando-o à realidade de cada local, de cada escola.

Aqui, traz a previsão de que cada escola crie um comitê de segurança, em que será rebatido a realidade daquela unidade escolar. Então, esse Protocolo de Ação em Situação de Risco Escolar, está aqui o projeto indicativo. Eu peço que minha assessoria passe uma lista com o nome, para todo mundo preencher, para quem quiser depois os modelos, eu enviarei lá no grupo, enviarei no WhatsApp de cada um, para que possa ser replicado nos municípios.

Por fim senhores, pode passar. Algo muito importante, alguém reconhece o que é esse monumento aí? Olhem para a tela, alguém já ouviu falar? Esse monumento está em uma praça no Rio de Janeiro. Trata-se de um monumento feito aos adolescentes, vítimas da chacina ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira, lá em 2011, conhecido como "Massacre de Realengo".

Tão logo, nós tivemos essa tragédia em Santa Catarina, eu e minha assessoria jurídica - cadê o Delegado Júlio que me acompanhou lá? Nós fomos até o Rio de Janeiro para conversar com as pessoas da escola de Realengo, os professores. E ver quais são os protocolos que lá foram adotados após esse massacre.

Para quem não se recorda, em 2011, um maluco entrou dentro da escola, armado - que a gente chama de atirador ativo -, matou 12 pessoas e feriu, Coronel Padilha, outras 22.

Esse monumento é feito em cobre - os 11 adolescentes assassinados e mais uma borboleta, porque uma mãe não autorizou a imagem da sua filha. Então, colocaram uma borboleta simbolizando essa 12ª vítima. Ali na segunda imagem mostra a borboleta no braço de uma menininha.

E aí, eu fui lá - e quero agradecer aqui, mais uma vez à Diretora Sonia Novoa, a Cristina, que me receberam lá, nessa escola de Realengo na cidade de Rio de janeiro-, e comecei a perguntar qual eram os protocolos adotados pelo Estado do Rio de Janeiro - lá que nós temos as chamadas áreas conflagradas -, Secretário Vital, que são aquelas escolas que ficam dentro das Comunidades, onde há disputas entre a polícia, tráfico de drogas, milícia.

E eu perguntei: "E quando acontece um tiroteio aqui, tiro de fuzil, qual é o protocolo, o que vocês fazem? Como é que é? Fecha a porta? Liga para o 190? Quanto tempo leva? Tem um botão de emergência? Como é? Como que funciona isso?" Só para vocês terem uma noção, tão importante, talvez vocês não saibam aqui. O Rio de Janeiro, eu fui na CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais) - no esquadrão antibombas -, eles desativam uma média de 8 bombas por dia, no Rio de Janeiro. Bombas caseiras artesanais - que eles pegam as pedaleiras de bicicletas, colocam pólvora negra ali, que são pólvoras de foguete, desses estampidos, pregos, parafusos, colocam "durepox", fazem bombas, e utilizam para atos terroristas, e para aterrorizar a população, inclusive, dentro das unidades escolares do Rio de Janeiro.

E eu perguntei: "Qual é o protocolo que vocês fazem aqui? Já que a realidade do Rio de Janeiro é de um cenário de guerra não declarado. O que que dá para a gente aproveitar daqui e levar para Rondônia?" Não me limitei a isso, junto com minha assessoria. Começamos a pesquisar nas doutrinas internacionais, nas doutrinas policiais - onde mais tem ataques terroristas dentro de escolas, Coronel Padilha: nos Estados Unidos. Vamos descobrir quais são os protocolos que os americanos utilizam para evitar esses ataques. Pode passar o próximo slide.

Mas, o que chama a atenção dessas fotos - aí estão a diretora e a vice-diretora atuais, da Escola Municipal Tasso da Silveira, lá em Realengo, um bairro do Rio de Janeiro. Tem algo ali diferente, nessa foto. Estou eu, a diretora, a vice-diretora, o meu chefe de gabinete - Delegado Júlio -, e olha o que tem ali do lado? Um profissional da segurança pública.

Vou dizer, na prática, como funciona lá. Quando eu cheguei na frente da escola, imediatamente, desci do Uber, tinham dois portões. Quando eu me aproximei do primeiro portão, um profissional da Segurança Pública, esse senhor, levantou de lá e já veio em minha direção: "Bom dia, o senhor quer falar com quem?" "Olá, bom dia - me identifiquei, sou fulano de tal, e gostaria de falar com a diretora e com a vice-diretora." "O senhor tem um documento de identificação?" "Eu tenho" - pela grade, ainda, primeira grade. "Um momentinho, que eu vou confirmar se estão aguardando o senhor". Não abriu o portão. Foi lá, confirmou, falou com a diretora e a vice-diretora, e retornou. "Pois não, o senhor pode passar aqui."

Cruzei o primeiro portão. Tinha um segundo. "É com a área administrativa, não é?". Eu digo: "Isso, com a diretora e com a vice-diretora". "Senhor, por favor, aguarde aqui que eu irei chamá-las lá". Porque agora tinha o contato visual para elas saberem se realmente eu era a pessoa que tinha marcado com elas.

Então, veja, eu não consegui sequer acessar o prédio da escola, porque já tinha uma autoridade ostensiva ali, policial. Aí vocês devem ter estranhado assim: "Deputado, eu não estou vendo ele armado ali". É que é a realidade do Rio de Janeiro. Você não tem como, no Rio de Janeiro, deixar um policial com uma arma sozinha em uma escola. O tráfico, a milícia vão ali e matam esse cara. Lá, a polícia jamais vai ver um policial andando sozinho, só anda em turma, mas a presença do profissional da segurança pública lá existe, existe. Pode passar o próximo slide, por favor?

Então, senhores, o que eu irei apresentar a partir de agora também está nesse material para vocês aí. É apenas uma sugestão, porque o que nós fizemos foi compilar diferentes doutrinas policiais, nacional e internacional, para que nós possamos sinalizar um caminho que possa ser adotado nas escolas dos senhores — escola estadual, escola municipal, creche —, porque os professores... deixa eu fazer uma pergunta para vocês. Não adianta fazer audiência pública aqui e as pessoas lá na escola vão perguntar assim: "Quando entrar alguém ar-

mado, eu faço o quê? Eu corro para um bombeiro, eu vou para o banheiro, eu grito, eu atiro pedra, eu faço o que com os alunos que estão dentro da sala de aula? Eu fecho a porta, eu abro a porta, eu pulo a janela, eu não pulo a janela?" As pessoas querem saber coisa prática. "O que eu faço na prática?"

Então, contando com o apoio do Sargento PM Clebson, do 9º BPM (Batalhão da Polícia Militar), nós compilamos diversos materiais aqui e eu estou distribuindo essas apostilas para os senhores, repetindo que quem depois quiser o documento digital para que possa distribuir, eu irei passar, basta preencher a lista.

O que é, em apertar da síntese, esse protocolo? Repito, é o protocolo americano. Lá no final vocês vão ver um QR Code, se apontar o celular ali e colocar, eu pedi para a assessoria fazer isso, vocês vão ver esse protocolo na prática, como ele funciona na prática, lá nos Estados Unidos. Vai abrir o videozinho lá depois para vocês. Vai cair na prática esse protocolo, que é o protocolo "corra, esconda-se e, por fim, lute".

Então, a primeira ideia desse protocolo é correr. "Ah, mas espera aí, deputado, por que esse protocolo, vocês tiraram de onde?" Repito, uma condensação de diversas doutrinas policiais. E ele diz respeito, esse protocolo, ao atirador ativo. O que é o atirador ativo? Geralmente — geralmente, nem sempre, mas geralmente —, é uma pessoa que entra em um estabelecimento educacional ou religioso, e pela aleatoriedade vai escolhendo suas vítimas. E o objetivo dele é um só: matar o máximo de pessoas possível. Ele chega aqui e atira em todo mundo. Mas, nem sempre ele está armado. Às vezes está com uma faca, às vezes está com um machadinho.

Então, esse protocolo foi feito e condensado pelos americanos e é utilizado lá até hoje para casos de atiradores ativos, não necessariamente com uma arma de fogo. Muito bem. Aqui eu trago algumas informações importantes. Primeira delas: não divulgar fotos e vídeos dos atentados do Brasil e de qualquer outro país. Por que isso? Porque dá protagonismo e notoriedade para a pessoa que causa esse tipo de atentado. E isso gera o que a gente chama em doutrina policial de "efeito contágio". Outras pessoas começam a olhar e começam a repetir. Então, não divulgar fotos e vídeos e também não compartilhar mensagens de ameaças, porque causa pânico na população. O correto é você enviar às autoridades responsáveis por investigar aquele fato: a Polícia Civil; onde não tem Polícia Civil, a Polícia Militar, vai fazer a parte de prevenção. Conhece, tem acesso ao promotor...? (falha no microfone)

Então, senhores, aqui eu trago detalhadamente um perfil genérico de como seria esse atirador; o que pode desencadear um comportamento violento. Primeiro lugar, nós vamos trabalhar agora, diz respeito ao "corra". Ali tem tudo detalhadinho nessa apostila, não vou me esticar aqui, porque tem muita gente para falar. Mas, primeiro, ter uma rota que você pode planejar mentalmente, uma saída independente onde as pessoas podem seguir, se afastar dos sons e disparos. Deixa os seus pertences para trás. Primeira coisa: fugir do perigo. Por que eles



trabalharam com a fuga? Porque é do ser humano esse sentimento de fuga. Então, eles trabalharam com algo que já é inato ao ser humano: fugir do perigo, fugir da ameaça.

Repito, isso é um protocolo americano, com base na larga experiência que eles têm de atentados escolares. Depois, se esconder. Então, se o tiro está vindo de lá eu corro para cá. Aqui tem uma porta, o que eu vou fazer? Vou entrar aqui, e vou o quê? Trancar a porta. Está dentro dos protocolos aqui: colocar móvel pesado na porta. É toda uma sequência que essa doutrina nos traz. Coisa prática, gente. Não adianta colocar no papel um monte de leis, um monte de coisas e não ter atitude prática. E aqui diz como agir nessas situações.

"Ah, eu tenho que ficar de pé? Eu tenho que ficar abaixado?" Abaixado, embaixo de um móvel. Aqui vai dizendo tudo como você tem que fazer. Se tiver dificuldade, depois você olha o videozinho que está aí, só apontar o celular para o QR Code.

Ligar para o 190. E quando a polícia chega, o que o professor deve fazer? O que o aluno deve fazer? Como cada um deve atuar? Está neste protocolo também. Apontar ao policial de onde está vindo. Porque o policial quando chega para intervir, fazer a neutralização do atirador ativo, ele já vai em direção ao perigo, em direção ao risco. Então, como devem se comportar as demais pessoas que estão naquele cenário, Coronel? Isso é um protocolo, está tudo aqui.

Então, senhores, por fim, senão tiver como correr e se esconder — aí é o sentimento de sobrevivência, e eles utilizam, por fim —, lute. Garanta a sua vida em primeiro lugar, depois das pessoas que estão com você.

Então, aqui nesse protocolo diz como as pessoas devem atuar, como os professores e funcionários devem atuar. Com a chegada da Polícia Militar o que deve ser feito, como reagir quando a polícia chegar. Informações que devo oferecer ao ligar para o 190. Ligar para o 190, para o Coronel Padilha, "Oh, está tendo um ataque aqui na escola." O que você tem que falar? Primeiro: "esse atirador está no 2º andar da escola. É um só" — já está dando o número de agressores. Você falou onde ele está, você falou quantos agressores são. "Olha, parece que é um rapaz que está de terno, o terno dele é preto." Está passando as características. "E ele está com uma arma bem grandona." Já está dizendo qual o tipo de armamento que o cara tem.

Vai vendo. "Olha, aqui na escola está cheio de crianças, tem aproximadamente 300 alunos agora." Já está dizendo qual o potencial de vítimas. Tudo isso no 190, rapidinho. "Não vi ele com nenhuma bomba." E aí você começa a dizer como as pessoas devem fazer.

Então, eu quero pedir às forças de segurança, e eu estou com Secretário Vital aqui. Vital, eu estou disposto, meu irmão — eu e a minha equipe —, a ajudá-los. E eu estou fazendo a minha parte aqui, que é pesquisar, estudar, apontar direcionamentos. Mas, eu acho que a Seduc junto com a Sesdec, podem, sim, fazer treinamentos para o comitê de cada escola. Cada escola monta um

comitê, recebe treinamento e vira replicador. Ou vão esperar acontecer outra tragédia? Vão esperar?

Eu estou fazendo a minha parte. Quem for omisso, vai ter sangue nas mãos se acontecer outra tragédia. Vou deixar isso claro. Está sendo gravado isso aqui. Quem se omitir, vai ser cúmplice e terá sangue nas mãos se algo acontecer com nossas crianças neste país.

Eu estou fazendo a minha parte. Fui para o Rio de Janeiro. Busquei condensar a doutrina policial nacional e internacional, fui atrás do que há de melhor. Condessei, estou entregando nas mãos, mas sou um só. Eu não posso percorrer todas as escolas do Estado e dar treinamento para todo mundo. Eu preciso do apoio de vocês, vereadores Rafael é o Fera, Rafaela do Batista.

E eu já quero aproveitar, Deputado Alex Redano, para lhe fazer um convite. Hoje, a convite do Vereador Rafael é o Fera, Vereadora Rafaela do Batista, gostaria muito da sua presença na Câmara Municipal de Vereadores, hoje, às 18:30 horas, nós faremos lá uma Audiência Pública para tratar do assunto da nossa cidade de Ariquemes. Quem for vereador de outra cidade e quiser que a gente compareça eu vou com maior prazer.

Então, você vereador, você prefeito que está nos assistindo, se vocês forem omissos vocês serão cúmplices. Gostaria muito que esse material fosse divulgado. E, por fim, eu vou aproveitar aqui, já estou terminando, no final participe da pesquisa de opinião sobre segurança nas escolas, tem um QR Code aqui. Aqui é direcionado a professores, gestores escolares, pais. Para quê? Para dizer quais são os maiores problemas de segurança dentro da sua escola.

"Deputado Camargo, você tirou isso da sua cabeça? Você inventou?" Não! Eu busquei na doutrina policial internacional o que há de melhor, essas pesquisas aqui, isso aqui é o protocolo internacional. E é fácil, você vai levar 10 minutos para responder. Só apontar a câmara e responder.

Depois nós vamos condessar isso em gráficos. Inclusive, eu quero fazer um agradecimento aqui, Coronel Vital, ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, à Polícia Militar do Rio de Janeiro que nos deu todo suporte para isso também. Rondônia possui a melhor Polícia Civil desse país. Hélio, mais de 90% dos crimes elucidados. A Polícia Militar do nosso Estado de Rondônia está entre as melhores do Brasil, o Corpo de Bombeiros, a nossa Secretaria de Segurança aqui é top!

Só que a nossa realidade é que a gente não vive uma guerra de fato. E a gente precisa deixar a vaidade de lado e ir buscar com quem vive uma guerra todos os dias e aprender — aprender — que foi isso que eu fiz. Eu fui atrás de coisas para aprender. Então, eu gostaria muito de contar com você, papai, você mamãe, você que é diretor de uma escola, a tia que trabalha na cantina, que é pai de um aluno, entre nesse QR Code, preencha, preencha esse formulário, que ele é muito importante. "Deputado, o que você vai fazer com este formulário?" Vou pegar este formulário, vou entregar lá na mãozinha do Vital: "Olha, Vital, está aqui o resultado da pesquisa. Agora é com você, meu irmão. Você é o gestor do

Sesdec. Agora resolve com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, agentes socioeducativos, sobre o que vocês irão fazer". O resultado da pesquisa está aqui.

Eu rogo ao nosso Senhor Jesus Cristo, o meu Salvador, que Ele nos conceda muita sabedoria para que a gente não se omita e não esperemos que aconteça uma outra tragédia no nosso país ou no nosso Estado, até que as autoridades tomem providências. Eu fiz a minha parte e eu espero que você faça também.

Quem quiser participar do meu grupo de WhatsApp, eu tenho 10 grupos sobre segurança pública, quase todos estão lotados, mas tem um QR Code aí, também, e lá a gente vai discutindo e, sempre informando, colocando material, tá? Deus abençoe a todos nós. Desculpa por ter me alongado, mas eu acho que era muito necessário a gente ter falado sobre atitudes práticas. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Deputado Alex Redano, eu sei que é protocolo, a gente, sempre quando vem aqui bate palmas em respeito à pessoa, mas nenhum homem é digno de palmas. Então, agora, eu peço uma salva de palmas ao nosso Senhor Jesus Cristo, a Ele, sim. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agradeço o convite. Eu tenho algumas reuniões agora no período da tarde e à noite, vou ver se consigo ajustar a agenda, pois gostaria muito de participar.

Passo a palavra agora ao Excelentíssimo Doutor Vice-Reitor da Universidade Federal de Rondônia — UNIR, o senhor José Juliano Cedaro.

Podem ficar à vontade. Quem quiser falar da Mesa, da tribuna.

O SR. JOSÉ JULIANO CEDARO – Bom dia a todas e a todos aqui presentes. Deputado Alex Redano, na sua pessoa cumprimento todos que compõem esta Mesa de Honra. Pela Professora Camila, membro do Conselho Estadual de Educação, cumprimento todas as pessoas aqui presentes nesse auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, bem como àqueles e àquelas que acompanham pelo Canal do Youtube.

Em nome da Universidade Federal de Rondônia, eu agradeço o convite, mais uma vez, desta Assembleia, a Casa do povo, para que possamos estar aqui para debater assuntos importantes.

Um jornalista americano, uma vez, disse que, para todo problema complexo tem sempre uma solução simples, elegante e completamente errada. A questão de quando a gente fala de segurança pública e, particularmente, em problemas na Educação, é algo que retrata exatamente essa situação.

Eu falo aqui, possivelmente em nome da, não só da Unir, como a única universidade pública no Estado de Rondônia, mas também falo, de alguma maneira, como oriundo, de todas as escolas públicas e o papel que elas têm e precisam ter para isso.

Eu gostaria muito de estar aqui debatendo sobre metodologias de ensino, ajustes do nosso processo de formação das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens, das pessoas que querem estudar para melhorar o nosso País. Nós temos grandes desafios, chegam aí questões relacionadas à inteligência artificial, ao novo mundo que se avizinha, que se aproxima, e talvez, algo mais próximo a isso que nós tivemos foi na Revolução Industrial, lá no Século XVII, XVIII, que vai mudar por completo a nossa vida.

Mas, as escolas que deveriam ser alvo de convívio, de formação, passaram a ser alvos de ataque, passaram a ser alvos de sensação de insegurança. E por quê? Estando presentes na sociedade, a gente passa a ter nas escolas o reflexo daquilo que acontece na sociedade. É só ver os dados do que acontece, dos índices de violência, do ato de violência no Brasil, a gente vê o número de assassinatos, de estupros, de casos recorrentes de importunação sexual, de assédio moral, de assédio sexual, e de distúrbios de um modo geral que acabam acontecendo e que a gente acaba enfrentando. De modo que a gente precisa, de alguma maneira, pensar soluções imediatas, rápidas, porém não simples, e soluções a longo prazo. Isso é fundamental.

Há uma necessidade de se tomar decisões com menos apaixonamento e com mais inteligência. O Deputado Delegado Camargo mencionou agora há pouco, mas acho que ele já se retirou, sobre, por exemplo, o que aconteceu em 2011, em abril de 2011, se não me engano, dia 11 de abril de 2011, na escola em Realengo. Tem um professor da universidade que desenvolveu, chamado Tiago Pimenta, uma pesquisa e um trabalho, por meio da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sobre esse caso, que foi algo que impactou e posteriormente a gente começou a ver situações que foram se intensificando. Tivemos, em 2019, um caso no ABC, São Paulo; tivemos depois, em 2021, um caso na cidade de Saudades, também em Santa Catarina; e mais todos aqueles, no Espírito Santo, novamente em Santa Catarina, mostrando que isso tem sido intensificado. O que implica uma necessidade de uma ação, tal qual essa, de pensar e discutir isso de uma maneira muito efetiva.

A gente poderia copiar coisas boas que os norte-americanos fazem, só que parece que a gente está começando copiar aquilo que tem de pior. Se pegar os dados de violência nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália, três países anglo-saxões, você vai verificar que tem uma diferença muito grande e tem algo relacionado à cultura de cada um desses países que precisa ser considerado e que nós não podemos repetir. Nós não podemos emular uma cultura de ódio, uma cultura de divulgação, de alarmismo e, sobretudo, a gente precisa ter mecanismos de vigiar, de controlar, aquilo que hoje intensifica muito isso, que são as redes sociais, a deep web sem controle. Em outros tempos, isso ficava apenas de conversa, de fofoca. Hoje qualquer um — eu vou usar o termo que o deputado utilizou, porque eu quero chegar a isso, entre

aspas, depois eu comento — um "maluco" pode utilizar isso como uma forma de divulgar ideias e muita gente compra isso e replica isso para aquilo que a psicologia ensinou, já nos anos 1950, de efeito manada, que causa um profundo desespero e uma sensação muito maior. Pois bem, falando aqui em nome da universidade, então recentemente a gente começou a ter algumas situações. Eu estive agui há duas semanas para debater a questão da violência contra a mulher nos espaços da educação. A gente começou a ter registros de casos. Eu não sei se são inícios de casos que nunca tinham acontecido ou, finalmente, que a gente está tendo a coragem de muitas mulheres em denunciar. Tivemos pelo menos três casos. Hoje, inclusive estive cedo, oito horas da manhã, na Polícia Federal para apresentar alguns documentos de importunação sexual, de pessoas que têm invadido banheiros femininos para importunar mulheres que estão naqueles espaços absolutamente privativos. Coisas que até então a gente não tinha esses registros.

Isso foi amplamente divulgado. A gente tem feito todos os registros junto aos órgãos públicos, divulgando, pedindo que as pessoas façam registros a respeito disso. Já estive no Comando-Geral da Polícia Militar, já estive em reunião na Sesdec, junto com o Secretário Felipe Vital, a todos eles pedindo apoio para nós.

A Unir tem oito campi. Ela tem campus entre a nossa fronteira com a Bolívia, Guajará-Mirim, até Vilhena. O que a gente espera é que cada um desses campus possa ser integrado com a sociedade como é na maioria dos locais. Na UFAC (Universidade Federal do Acre), aqui perto, as pessoas vão fazer fotos de casamento, vão fazer piquenique.

Eu estudei muitos anos na USP (Universidade de São Paulo), eu lembro que um dos problemas que tinham era os ciclistas, nos finais de semana, com os motoristas. Por quê? A universidade é profundamente integrada à sociedade e era um espaço com boas vias para as pessoas circularem.

O que eu espero é que a Universidade Federal de Rondônia tenha condições, que a sociedade — e aí eu diria para todas as escolas públicas em particular —, que a gente possa ser um lugar de receber a comunidade, seja de fato um espaço comunitário, onde as pessoas vão ali fazer piquenique, onde ali as pessoas vão assistir a um filme, vão assistir a uma peça de teatro, irão assistir a uma apresentação de música. Essa é a expectativa da qual a gente tem. Uma universidade absolutamente integrada.

Porém, a gente enfrenta algumas soluções, falando das necessidades rápidas, por exemplo. A BR até o campus José Ribeiro Filho é uma via absolutamente esburacada; o mato que não foi aparado há muito tempo; e ela é mal iluminada. Coisas que já aconteceram de eu ter que parar para socorrer algumas pessoas cujo carro o pneu furou, o carro quebrou, e ter que parar à noite para ajudar. Então, imagine uma mulher que o carro o pneu fura, e ela para ali em uma via escurecida. Isso a gente tem pedido, isso seria uma solução rápida para isso, seria uma solução que ajudaria bastante. Imagine a insegu-

rança pela qual ela passa em um mato elevado, onde que possa sair uma pessoa que lhe possa fazer mal. Isso é uma das coisas da qual a gente espera, que isso possa ser feito.

Entrando em contato com os órgãos, o que eles relatam para nós, o que acontece: que eles colocam os cabeamentos, a iluminação, e é roubado. Olha só, há furtos no processo de iluminação de uma via pública. Então veja só o risco disso. Aí a Unir, falando particularmente do campus de Porto Velho — poderia falar de todos os outros campi - é um bairro, é um grande bairro de Porto Velho, onde circulam em torno de seis mil pessoas e é impossível eu fazer o controle de quem entra e quem sai.

A ideia dela é que seja integrada, entra um ônibus trazendo 40, 60 pessoas a cada hora. Entram e saem a cada momento. Até em função disso, e de alguns acontecimentos, a gente solicitou a ronda da Polícia Militar, a ronda escolar e pedimos também a ronda da Patrulha Maria da Penha. Com a presença, aquilo que o deputado que me antecedeu aqui, na fala mencionou, a integração com os nossos vigilantes patrimoniais terceirizados, a integração com a comunidade, que em uma emergência você possa ser acionado.

Isso é uma solução mais de contato direto com as forças de segurança. Algumas pessoas falam assim: "Por que vocês não contratam segurança armada?" Além de ficar muito caro, eu não teria segurança se essas pessoas são devidamente preparadas. Nós já tivemos, e tivemos duas situações absolutamente assustadoras. Uma vigilante, aqui no prédio administrativo, estava com uma arma, vieram alguns rapazes e tomaram a arma dela. Nós tínhamos um prédio cedido pela SPU (Superintendência do Patrimônio da União) que era para ser hospital universitário, que foi considerado inadequado, então devolvemos, mas em 2015 alguns bandidos foram lá, atrás da arma dele e o assassinaram, em 2015.

Então, de fato, a gente quer o vigilante para colaborar conosco, uma questão patrimonial, uma questão integrada, mas não um vigilante armado, além de tornar muito mais caro e talvez mais ineficaz. A gente precisa, de alguma maneira, mecanismos que garantam e que melhorem essa segurança de uma maneira mais inteligente.

Mas, qual que é a solução a longo prazo? O que de fato precisa ser feito para que isso mude, Deputado Alex Redano? Começa, em primeiro lugar, aquilo que é o papel das escolas, a formação do indivíduo, uma mudança de cultura, a gente precisa preparar professores integrados com famílias para divulgar um outro tipo de cultura, um outro tipo de relacionamento.

O Deputado Delegado Camargo mencionou a história e aí, eu retomo a questão do "maluco". Maluco quando a gente diz a gente já entende, são pessoas com transtorno mentais, pessoas com doença mental, muitas das vezes as pessoas que acabam praticando isso, são pessoas com graves transtornos, que não foram tratados, que não foram aparados. A gente precisa reforçar a estratégia saúde da família. Que a presença de profissionais de

saúde, de agente comunitário, na casa, acompanhando as pessoas e dando a devida assistência, junto com profissionais de enfermagem, profissionais da assistência social, profissionais da psicologia, profissionais médicos especializados na área de saúde mental, que possam fazer ações preventivas.

A gente precisa de profissionais de educação física, não só nas escolas, mas precisamos nos postos de saúde. Precisamos ter praças onde as pessoas precisam e possam praticar atividades físicas, atividades saudáveis, que isso vai criar de fato, uma população muito mais, repetindo, saudável. Pessoas que de fato façam uma cultura do culto ao bem-estar, ao bem-viver e não ao ódio, e não a matança, e não ao desferimento de uma política absolutamente mortífera.

É isso que a gente precisa. A gente precisa criar mecanismo do qual as pessoas se integrem com a educação, com professores bem formados, bem pagos; profissionais de saúde bem formados, bem pagos; profissionais de segurança bem formados, bem pagos. Que cada um, fazendo esse seu papel, já previsto na Constituição; já previstos em programas elaborados pelas Secretarias de Educação por todo o país; já previsto no SUS (Sistema Único de Saúde); já previsto no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Isso sendo efetivado, essas problemáticas se tornarão pontos ínfimos, eventos e não algo corriqueiro, que a gente passa enfrentando, é isso. Políticas que façam, que mude uma cultura, que a gente combate a misoginia, combata o racismo, combata todo tipo de ódio.

Quando isso for feito, daquilo que já está devidamente estruturado e desenhado, não teremos esse problema. Mas, claro que precisamos dessa ajuda, solicitamos que a gente possa ter lá no campus, por onde circulam mais de seis mil pessoas por dia, os totens que, parabenizo mais uma vez a Sesdec pela instalação - que têm um alto impacto na sensação de segurança -; a integração do nosso videomonitoramento, também com a Secretaria de Segurança; a ronda de forma intempestiva, da ronda escolar da Polícia Militar - como uma forma de dizermos: a Segurança Pública está por agui. O devido recapeamento do asfalto, da via que leva até a Universidade Federal de Rondônia; a iluminação tanto dentro do campus, nas vias públicas, quanto da BR. Mas, precisamos também, em conjunto, estimular uma educação em nome da vida, de verdade, sem panfletário. Algo que a gente estimula uma cultura, verdadeiramente, de paz, de convívio e de respeito mútuo entre todas as pessoas, a despeito das suas origens e dos seus pensamentos. Enfim, é isso. Esperamos que para além de palavras, a gente avance nisso, porque é fundamental, porque é o futuro da nossa nação que está em jogo neste momento. Só existe uma maneira de a gente enfrentar a barbárie: com educação, com formação. E não tem como fazer isso se nós não valorizarmos os nossos profissionais de educação, sejam eles os técnicos, sejam eles sobretudo nossas professoras e nossos professores. Isso é uma missão de cada um de nós.

Muito obrigado, mais uma vez, por esse espaço. Um

bom dia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado pelas palavras, Excelentíssimo Senhor Doutor José Juliano Cedaro. O Cerimonial está à disposição. Quem quiser se inscrever para uso da fala, só sinalizar com a mão, pessoal, e o pessoal do Cerimonial irá até vocês.

Convido, neste momento, o Senhor Valmir Souto, assessor de gabinete, representando a Secretaria Estadual de Educação – Seduc.

O SR. VALMIR SOUTO – Bom dia a todos e todas. Gostaria de, em nome do Deputado Alex Redano, cumprimentar os demais membros da Mesa. Em nome do professor Nilson, nosso Coordenador Técnico da Seduc, cumprimentar os demais presentes.

Eu gostaria de pedir ao Cerimonial que compartilhasse uma apresentação que nós trouxemos da Secretaria de Educação, em que nós vamos mostrar para vocês algumas ações que a Secretaria de Educação já vinha realizando e outras que serão implementadas em razão inclusive dos últimos acontecimentos.

Bom, enquanto eles não colocam a apresentação, gostaria de justificar a ausência da Secretária de Educação, a professora Ana Pacini. Ela encontra-se em viagem a trabalho, uma visita técnica ao município de Sobral, com relação ao PNAIC, que é o Programa de Alfabetização na Idade Certa. Então, ela e mais alguns assessores, inclusive Secretários Municipais de Educação, estão em visita ao Município de Sobral, no Ceará. Em razão disso, ela não pôde estar presente. Mandou os cumprimentos a todos e informou inclusive que está acompanhando pelo YouTube a Audiência Pública que está sendo realizada. Bom, enquanto a apresentação não é compartilhada, essa apresentação nós vamos fazer em duas etapas. Uma delas são as ações que a Secretaria de Educação já efetivou, já vem efetivando com relação à segurança nas escolas; e a outra é com relação às ações de prevenção. Então, assim, bem antes mesmo desses fatos mais recentes que causaram uma certa comoção e que a mídia noticia de forma muito intensiva, a Secretaria de Educação já tinha essa preocupação, porque nós sabemos que a violência na escola, a indisciplina, não é uma coisa recente, ela não é uma coisa nova. A gente já tem esses acontecimentos há bastante tempo.

Então, a Secretaria, preocupada com isso, sempre vem adotando algumas medidas. Ultimamente, em razão de todo esse noticiário é que nós intensificamos e criamos novas estratégias para tentar enfrentar essa problemática tão atual.

Enquanto a apresentação não é compartilhada, eu vou pegar minha cópia aqui no celular para a gente não perder tempo, e aí eu vou iniciar depois. Se eles conseguirem ali, a gente dá seguimento.

(Apresentação de slides)

Bom, como medida de segurança, gostaria de informar a vocês que a Secretaria de Educação... Ok. Pode passar a próxima tela, por gentileza.

A Secretaria de Educação, como vocês podem ver, nós temos atualmente um sistema de monitoramento nas escolas. Então, das 319 escolas que nós temos, nós temos mais 408, porém essas demais são basicamente escolas indígenas rurais, mas, no contexto das escolas urbanas, nós temos 294 escolas em que tem algum tipo de segurança. Então, seja ela um monitoramento — são 180 —; aquelas que não tem monitoramento a gente tem a vigilância, a vigilância armada, aquela vigilância que muitos já conhecem.

Então, assim, ali tem um quadro distribuindo por Coordenadoria de Educação, para quem não é da área. A Secretaria tem uma organização administrativa com representações no interior do Estado, um agrupamento de municípios. Então, são 18 coordenadorias que representam os 52 municípios.

Além dessas escolas — as 18 Coordenadorias, mais 6 unidades administrativas, incluindo o Conselho Estadual de Educação —, tem essa medida de segurança, que foi contratada a partir do ano passado, junho, mais ou menos do ano passado. Nós iniciamos a contratação. É uma empresa que já presta o mesmo serviço ao Estado do Amazonas. Então, em visita àquele Estado, a Secretária foi apresentada, visitou algumas escolas, achou interessante, e aí resolveu iniciar as tratativas e nós contratamos a partir do ano passado essa vigilância, esse monitoramento nas escolas. Próxima tela, por favor.

Esse sistema não é meramente câmeras de segurança. Ele realmente é um sistema de proteção de segurança que é uma série de mecanismos. Como, por exemplo, portaria eletrônica, a exemplo desses condomínios residenciais que muita gente conhece. Então, a pessoa chega lá, se identifica. Além da própria escola, os funcionários da escola fazem a liberação ou não, existe uma central de monitoramento em tempo real funcionando sete dias por semana, 24 horas por dia, que faz esse monitoramento nessas escolas.

Além disso, tem um botão de pânico físico nessas escolas, nas 180 escolas em que o sistema funciona. E nas demais escolas, ou seja, as 180 mais as 139, nós temos também um botão de pânico virtual, digamos assim. Através de um aplicativo de celular. Existem também alarme sonoro, existem detectores de presença, sistema de detecção de modo geral. E, como ela funciona 24 horas por dia, quando a escola precisa ser acessada em um momento que a escola não funciona, essa central tem que autorizar a entrada. Mesmo sendo o diretor da escola, mesmo sendo alguém da gestão, existe um protocolo de que eles precisam fazer a solicitação via central de atendimento, central de monitoramento.

Esse botão de pânico, que existe no aplicativo, físico nas 180 (escolas), no aplicativo em todas as escolas, ele aciona essa central de monitoramento que, por sua vez, avalia a necessidade de pedir uma intervenção dos órgãos de segurança, seja Polícia Militar, seja Corpo de Bombeiros, seja Polícia Civil, dependendo da ocorrência. Então, essa chamada, esse pedido de ajuda chega na central e a central de monitoramento aciona. Quando é algo que não há a necessidade de acionar o sistema de

segurança, a própria empresa contratada tem um sistema de ronda também que faz rondas regulares e também faz atendimento via o acionamento desse botão de emergência.

Então, só para vocês terem ideia, ultimamente a gente recebeu um diretor de escola de uma região central aqui da cidade, e ele comentou conosco que estava havendo muita ocorrência, inclusive não seria da competência deles, mas ele pediu ajuda para essa empresa para que eles passassem no momento de entrada e saída dos alunos, porque estava havendo muitos furtos de celulares, roubo de celular em um ponto de ônibus próximo à escola. Diariamente chegavam três, quatro, cinco alunos reclamando que haviam tido os celulares roubados. Ele pediu para que a empresa concentrasse essa ronda, esse monitoramento no entorno da escola, nesses horários de entrada e saída e ele disse que praticamente sumiu esse tipo de ocorrência, esse tipo de reclamação dos alunos.

Outra coisa que ele citou também foi o pronto atendimento. Ele disse que sempre que aciona, eles chegam de forma rápida. Próximo slide, por favor.

Como eu já havia falado, aqui basicamente é um fluxo de como funciona. Eu já expliquei sobre isso, é uma coisa mais técnica, a quantidade e equipamentos que tem, como funciona o fluxo de atendimento. Pode passar os dois próximos slides, por gentileza.

Ali é a central de atendimento, como eu já havia falando, funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. O próximo.

Tem algumas imagens, o quantitativo de equipamentos que foram colocados nas escolas, número de câmeras, é uma questão mais técnica mesmo. Próximo, por favor. E esse é o APP (aplicativo), o botão de pânico que funciona em todas as escolas. É importante destacar que neste momento, como já falei inicialmente, essa central de monitoramento faz o filtro, digamos assim, e aciona as forças de segurança. Mas, ultimamente a gente tem trabalhado junto com a Sesdec, que reúne Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil e já existe uma tratativa para que esse APP seja integrado à essas centrais de atendimento da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para que isso fique de forma automática.

Então, isso agiliza muito mais o atendimento. E, do ponto de vista técnico, a empresa nos informou que eles usam uma API (Interface de Programação de Aplicação) livre e é perfeitamente viável e possível fazer essa integração. As forças policiais manifestaram interesse também, inclusive eles podem auxiliar também nesse monitoramento. Então, isso está em tratativa, provavelmente em breve a gente tenha esse acionamento direto nessas centrais.

Aí é mais um fluxo de como funciona. A pessoa está na escola, aciona esse botão de atendimento. Ele não é só para isso, ele funciona também administrativamente para qualquer ocorrência. Às vezes acontece um furto na escola e aí é preciso identificar o objeto furtado, e, se for do patrimônio da escola, a empresa faz o registro e a

reposição do bem, registra o Boletim de Ocorrência e tal. Se for um bem particular, de algum funcionário, mesmo assim eles auxiliam disponibilizando imagens, disponibilizando formas de identificação do autor daquilo ali e, evidentemente, segue aquele protocolo de Boletim de Ocorrência, com a apuração pela Polícia. Próximo, por favor.

Além de tudo isso que nós colocamos dessa questão de segurança, digamos assim, mais ostensiva, proteção do patrimônio das pessoas nas escolas, a Secretaria já desenvolve alguns programas, alguns projetos, algumas ações. Dentre elas, uma formação que a gente trabalha em todas as escolas, isso já vem há bastante tempo, através de um Manual de Convivência.

O que é esse Manual de Convivência? E um protocolo. Inclusive, foi construído juntamente com o Ministério Público, Conselhos: Conselho Tutelar, Direito da Criança, Conselho de Educação. Ele é uma coletânea de leis, protocolos e fluxos de como a escola deve proceder em situações como esta, de violência, de indisciplina na escola: a quem recorrer, qual o passo, que medida a escola deve tomar em cada situação.

Então, esse protocolo é distribuído de forma física, foram mais de 50 mil impressos que a gente distribuiu em todas as escolas da rede estadual, além de disponibilizar nos portais da Secretaria, o manual.

Além dessa formação que as escolas recebem, a gente tem um programa voltado de combate ao bullying. É uma política voltada à promoção da saúde física e mental, que é um programa do PSE (Programa de Saúde da Escola). Então, isso já vem sendo trabalhado há bastante tempo. Próximo.

Bom, oficinas com gestores, professores, tratando dessa questão da violência no contexto escolar, é uma realidade desenvolvida pela GPASO, que é a Gerência de Provimento, Avaliação e Saúde Ocupacional. Então, assim, a gente trabalha não apenas os alunos, mas também os servidores. Então, existe uma equipe de psicólogos que fazem esse atendimento, inclusive em cada coordenadoria a gente tem esses profissionais lá que fazem esses atendimentos, essas oficinas, essas escutas nas escolas. Além disso, nós temos essas abordagens identificando manejos, encaminhamentos nesse contexto escolar em que permeia a violência, por meio dessa equipe que eu falei, da saúde do servidor. Próximo, por favor.

Bom, aquele Manual que eu havia mencionado antes, tem aí, uma ilustração dele, um link disponível no portal da Secretaria (https://rondonia.ro.gov.br/seduc/programas-e-projetos/projetos/projeto-educacao-de-paz/) e a informação de que, além das 50 mil cópias que nós distribuímos, nós disponibilizamos o Manual também nesse APP que todas as escolas têm. Então, aquele mesmo APP, com botão de pânico, também, eles podem fazer o download, podem baixar o Manual e podem se orientar sobre qual o procedimento a ser adotado.

Em consequência da contratação dessa empresa, foi construído no ano passado, esse Manual de Orientações Básicas da Segurança na Escola. Então, alguns protocolos, inclusive, o que o Deputado Delegado Camargo

mencionou aqui, ele já existe, inclusive consegui identificar alguns daquelas indicações do protocolo sugeridas por ele dentro desse Manual de Segurança. Evidentemente, como ele mesmo falou do projeto dele, o nosso também é sempre passível de melhorias, de inserções e aperfeiçoamentos. Mas, a gente já tinha contemplado algumas dessas situações dentro desse Manual. Próximo slide, por favor.

Até o momento a gente colocou aquelas ações já implementadas e, agora, vamos tratar das ações que a gente pretende implementar.

Dentro desse contexto, como eu havia mencionado no início, a Secretária já tinha essa preocupação, inclusive, em reuniões nacionais com os demais Secretários de outros Estados, essa discussão vinha sempre à tona. Então, a Secretaria de Educação, no ano passado, a Secretária encomendou para mim e para uma equipe que trabalha diretamente com essas questões, que nós desenvolvêssemos um programa, um projeto em que a gente pudesse tratar de uma forma mais efetiva, mais ampla, dentro deste contexto de cultura de paz, de nãoviolência nas escolas.

Então, dentro dessa demanda, surgiu esse projeto que a gente denominou de E-Paz, na verdade, "Projeto Educação de Paz", e ele ainda não foi lançado oficialmente, a gente já está com piloto aí, fazendo o treinamento, mas eu recebi uma informação agora de que, acho que dia 3, salvo engano, ele vai ser lançado oficialmente pelo governador, mas eu vou mostrar para vocês, mais ou menos, como vai funcionar. Próximo slide.

Bom, dentro desse projeto a primeira coisa que nós realizamos, foi a instituição de uma Comissão Interinstitucional. Foi bem interessante que, a gente ainda não tinha ativado efetivamente essa Comissão, e aí, com esses adventos últimos, a gente acabou meio que ativando, por força da situação, do contexto, a gente começou a reunir com essas entidades. Então, as entidades ali representadas, a própria Secretaria de Educação, que coordena, nós temos a Segurança Pública, a Secretaria de Saúde, de Assistência Social, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros e também a União Nacional dos Dirigentes Municipais, que é a Undime, que representa todos os Secretários Municipais de Educação.

Então, apesar de ser um projeto, um programa para a Secretaria de Educação, nós resolvemos envolver também a União Nacional dos Dirigentes Municipais, porque havendo interesse, eles podem fazer adesão e podem replicar esses programas, essas ideias que nós estamos trazendo. A partir desse comitê, a ideia é que se crie 18 Comissões, distribuídas naquelas coordenadorias que nós mencionamos agora. Por quê? O comitê tem como atribuição analisar os dados, analisar o contexto e propor a política. As Comissões serão executivas; elas vão aplicar essa política no âmbito de cada município. Próximo slide.

Bom, ali a gente retorna ao Decreto. O Decreto é o 27.684, de dezembro do ano passado. E ali a gente colocou as atribuições: "I - criar estratégias de fortalecimento (...); II - analisar os índices de violência (...); dentre

outras atribuições. Próximo.

Bom, o objetivo geral do projeto é desenvolver uma cultura de paz, criando uma rede de proteção e reduzindo a violência em nossas escolas. Então, basicamente, esse é o objetivo que nós pretendemos com esse projeto. Próximo.

Bom, ali é só uma representação de como vão ser distribuídas essas Comissões em todas as 18 coordenadorias nossas. E aí, as atribuições seria a execução da política. Eu não vou me deter ali no detalhamento para a gente ganhar tempo. Próximo, por favor.

Bom, dentro desse projeto nós temos ações educativas, nós temos ações também de intervenção, de proteção mesmo. Então, dentro das ações educativas, a ideia é criar um portfólio de palestras. Como que isso vai funcionar? A gente sabe que tem muitas entidades — sejam públicas, privadas, sociedade civil — que se preocupam com várias questões, dentre elas essas questões de segurança na escola, cultura de paz, de não-violência. Mas, eu acho que é preciso a gente ter um certo cuidado, porque nem sempre, por melhor que seja a intenção, às vezes não tem a qualificação devida, às vezes você não pensou; a pessoa tem boa intenção, mas ela não pensou nos resultados. Então, às vezes é uma ação que fica muito inócua. A gente de repente paralisa a escola por uma ação e a pessoa talvez até tenha um outro direcionamento.

Então, pensando nisso, a gente vai ter dentro desse projeto também uma instrução normativa com publicação de um edital em que as entidades, as pessoas interessadas em trabalhar essas questões podem apresentar seus projetos, dentro daqueles requisitos que nós vamos estabelecer, dentro da política nossa de educação. E aí esse projeto sendo aprovado, ele sendo pertinente, ele tendo todos os requisitos que nós estabelecermos, ele fica disponibilizado na nossa plataforma que a gente vai disponibilizar no site da Secretaria de Educação. A gente já tem até um rascunho dessa plataforma. Ele vai ser disponibilizado e as escolas irão fazer a solicitação dessas intervenções.

Então assim, quem trabalha na educação sabe que isso é muito comum, as escolas inclusive reclamam muito, as gestões escolares, que a toda hora tem alguém querendo desenvolver alguma prática, alguma coisa. E a gente sabe que são muitas atribuições para a escola, do ponto de vista pedagógico, são 200 dias letivos, são muitas horas. E aí, às vezes, se ela for atender a todas as solicitações, acaba que o aluno não tem o conteúdo desenvolvido de forma adequada.

Então, isso também é para a gente organizar um pouco isso e qualificar essas intervenções na escola. Então, a gente vai inverter o fluxo. Ao invés de as pessoas chegarem diretamente na escola, oferecerem, não. Ela vai passar por esse crivo, digamos assim, da Secretaria, e aí essa Comissão vai ser intersetorial na Secretaria. Então, se tem dentro da área do esporte, tem pessoas especializadas lá que podem analisar e podem ver a relevância mesmo dessa proposta, aí a gente disponibiliza para a escola.

As escolas, por sua vez, quando houver necessidade, elas vão lá e verificam. "Não, isso aqui está validado, isso aqui é algo que realmente já foi balizado, já foi avaliado pela Secretaria." A gente vai entrar em contato e vai organizar dentro da nossa programação. Então, a escola consegue se organizar melhor com isso e consegue ofertar essas parcerias de uma forma mais organizada, efetiva e com resultados.

Bom, além disso, a gente tem a cartilha, que eu já havia falado, já havia mencionado. Próximo slide, por favor. Bom, ações de proteção, rede de proteção. Essa rede de proteção é exatamente aquela que a gente mencionou com relação ao comitê e às Comissões. Então, o que é interessante, por que a Secretária pediu para que nós fizéssemos isso? Inclusive, ela deu exemplo disso. Ela disse que é comum, quando tem um evento trágico, e a gente, infelizmente, acaba ocorrendo esses eventos, não é? -, de uma ameaça de bomba, de até um suicídio em alguma escola e tudo, independente da escola, do município localizado, pode ser final de semana - essas coisas não têm nem hora nem dia para acontecer -, ela é acionada e aí ela tem que mobilizar todas as instâncias de polícia, os órgãos que o caso requer.

Nesse contexto, ela disse que acaba, muitas vezes, retarda muito essa ação, dificulta muito. Ela até relatou que têm casos que, às vezes, ela fica sabendo pela imprensa, depois que já está tudo noticiado e ela não consegue ter muita gestão sobre isso, e ajudar inclusive, com relação a isso.

Com a criação desses comitês, ou melhor, desse comitê e dessas Comissões, a ideia é que nós tenhamos pontos focais em cada uma dessas coordenadorias e, localmente, é muito mais fácil das pessoas se articularem. Por exemplo: o Município de Cacoal, é muito mais fácil eles resolverem uma crise se eles tiverem articulados ali, localmente, porque o coordenador de ensino conhece o chefe do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros. Ele conhece o delegado, conhece o Secretário de Saúde Municipal, o Secretário de Educação. Então, ele se articulando nesse comitê, qualquer situação dessas é muito mais fácil de eles serem acionados, de eles conseguirem realizar um pronto atendimento em uma situação de crise.

Então, esse comitê, além dele fazer essa execução, digamos assim, da política, ele pode ser acionado em uma situação de crise e ele responde de forma muito mais rápida. Então, a gente pretende fazer, criar essa rede de proteção, de atendimento.

Registros de ocorrência. Inclusive, a gente fez uma apresentação para o pessoal da polícia e como a gente não é da área, a gente acabou meio que equivocadamente colocando "registro de ocorrência" e a percepção que ele teve, que seria ocorrência policial. Na verdade, a gente vai mudar o termo, o termo talvez não seja o mais adequado. Então, quando a gente coloca ocorrência, é o fato ocorrido na escola, na verdade. Então ocorreu uma agressão física, ocorreu um caso de bullying, de cyberbullying na escola. Esse registro existe um protocolo, como eu falei lá atrás, um Manual de Convivência,

as pessoas sabem como agir na escola e existe um livro de ocorrências que a Orientação Educacional sempre faz - até para chamar os pais, para poder isso ter tudo registrado -, porém, isso é algo feito de forma física, local e a gente não consegue ter uma visão dessas ocorrências, desses fatos na escola.

É muito difícil você propor políticas sem dados, sem informação. A ideia seria utilizar aquele próprio APP que vocês viram inicialmente, que tem o boletim de pânico, que as escolas já utilizam - esqueci de falar, são 10 pessoas da gestão da escola que têm acesso àquele aplicativo. Então, não são todas. São 10 pessoas que têm acesso àquele aplicativo para se reportarem à central, em caso de urgência e emergência, e também administrativamente, à Secretaria. Porque a Secretaria também atende algumas questões administrativas de reposição, de manutenção e de uma série de coisas.

Bom, esse aplicativo, a gente conversou com a empresa e ela criou já para a gente, dentro do próprio aplicativo, uma outra tela em que a gente vai utilizar para registrar esses fatos relacionados à violência. Então, com isso a gente vai ter um painel de monitoramento e a gente vai conseguir ter uma estatística, um mapeamento e o perfil também, desses agressores e dessas vítimas na escola. Com isso, a gente vai poder direcionar, por exemplo, aquilo que eu falei lá atrás, do portifólio de palestras, muitas vezes a gente sabe que a intenção é muito boa, mas talvez aquela problemática, que está sendo discutida ou que se quer discutir naquela escola, não seja realmente o problema daquela unidade escolar ou daquele município.

Vou dar um exemplo. Às vezes, a gente vai dar uma palestra sobre drogas, é um fato que ocorre realmente, é uma problemática universalizada. Porém, será que em determinado município, uma área mais distante, um município pequeno, aquele seria o maior problema? Será que existe incidência de uso de drogas, de alguma coisa desse tipo? Será que talvez, a gravidez na adolescência, talvez uma outra problemática, não seja mais evidente e constante naquela unidade escolar?

Então, com base nesses dados a gente pretende fazer exatamente esse mapeamento e identificar, inclusive, de repente, em uma escola, mas a gente sabe que é a turma tal, ou então, alunos da faixa etária tal, que mais se envolvem com aquele tipo de ocorrência. Então, a gente pode fazer uma coisa específica, customizado para aquilo, baseado em evidencias, baseado em dados. Próximo slide.

Essas seriam as telas do aplicativo. Algo muito simples, na verdade, é um formulário para quem conhece, porém ele está dentro de um aplicativo, em que a pessoa vai selecionar a escola, a coordenadoria a que pertence, o município e ele vai identificar qual o tipo de violência. A gente listou, basicamente, umas 10 ali, mas como ele está sendo implantado de forma piloto, vai ser, em três escolas inicialmente em Porto Velho. Depois, na segunda fase, uma escola por município.

E, nessas fases-piloto, nós pretendemos fazer esses ajustes. Então, a escola vai nos dizer: "Olha, Valmir,

esse tipo de ocorrência aqui que você colocou realmente não tem muito sentido. Então, não está adequado, mas as ocorrências são mais essas..." A gente vai fazendo os ajustes. Ou faltou um determinado campo que eles acham importante para preencher: a gente vai acrescentar.

Como esse aplicativo é desenvolvido dentro de uma tecnologia cuja atualização é imediata, então é muito rápido a gente fazer as implementações. A gente fez uma reunião de apresentação interna para as Coordenadorias, e elas já sugeriram, antes mesmo de a gente iniciar o projeto, a gente ligou em um dia, no dia seguinte o técnico lá disse "Olha, Valmir, já implementei. Atualiza o aplicativo que ele já está funcionando". Aí é super-rápido. Então, a gente pretende fazer esse aperfeiçoamento. Então, as pessoas escolhem inicialmente ali a "Vítima". Se é um estudante, se é um professor, se é um técnico da escola, se é um pai, que pode acontecer... Próximo. Ele vai selecionar também "Idade". Se a vítima for um estudante, por exemplo, qual é a idade desse estudante?

A gente colocou inicialmente "Nome", e a gente consultou o pessoal da área da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) lá da Secretaria, eles informaram que "nome" não é um dado sensível. Então, não teria problema de circular. Mesmo assim, a gente está tomando a precaução, e a gente está pensando seriamente em excluir o nome, colocar algo que identifique, de repente uma matrícula, ou alguma coisa. Apesar de que vai ser uma central nossa lá e das Coordenadorias que vão receber os dados, mas a gente ainda vai ter uma preocupação. Talvez a gente retire essa identificação do nome, sobretudo de agressor, vítima. Então, talvez a gente exclua e substitua por uma outra identificação.

E aí vai ter "Idade"; em caso de aluno, qual que é a série para a gente poder traçar um pouco esse perfil.

O "Agressor", da mesma forma também: a gente vai identificar se o agressor é um professor, se é um aluno, se é um pai. A gente tem relatos de pais, inclusive, que já agrediram professores na escola, e tal. Então, assim, são bem diversas essas questões.

A gente vai identificar, se for aluno, também "Idade", evidentemente a série; se não for... na hora que ele selecionar "professor", por exemplo, evidentemente que não vai aparecer aquele preenchimento ali para idade... para idade sim; mas para "turma", não.

E aí o "Sexo" também, que é importante a gente saber ali: "sexo masculino", "sexo feminino".

Na sequência, ele vai dizer qual o local que ocorreu o fato ("Local do ocorrido"). Foi na escola? Foi no entorno da escola? A gente sabe que, às vezes, tem briga generalizadas no entorno da escola, é importante a gente mapear isso também. Às vezes, não foi na escola, não foi no entorno, foi no transporte. Tem muitos alunos que utilizam transporte escolar. Então, foi no transporte rural ou mesmo urbano. Então, se houver um fato sabido, será relatado também, será colocado qual local.

"Descrição do ocorrido": aqui ele faz um pequeno relato do que ocorreu, qual foi o fato ocorrido.

"Ações preventivas". Então, há uma lista ali. A escola, após esse fato, o que ela realizou? Ela promoveu palestra? Roda de conversa? Ela chamou os pais para uma reunião? Então, a gente tem alguns já preenchidos ali só para ele selecionar, mas a gente também tem a providência ("Providências tomadas pela Escola") para que ele relate ali a providência. Para que isso também? Além de a gente disseminar uma prática positiva e exitosa, muitas vezes uma escola tomou uma providência muito mais assertiva do que uma outra.

Então, com base nessas informações, dependendo do caso, a gente pode analisar e pode estabelecer isso como protocolo, como padrão. Então, olha, para essa mesma situação, a escola "x" teve um procedimento melhor do que a escola "y". Então, vamos tentar adotar, vamos tentar padronizar esse tipo; ou às vezes a escola não sabia como agir naquela situação. Então, a gente vai parametrizando, vai estabelecendo esses protocolos com base nessas informações. Próximo.

Além disso, a gente tem, ao final ali, um botão ("Clique para anexar fotos ou comentários"), em que a pessoa pode anexar arquivos. Então, pode ser um PDF, pode ser um vídeo, pode ser um áudio, uma imagem. Então, de repente, tem uma imagem do ocorrido, foi um cyberbullying — um bullying através da internet —, ele pode pegar os prints, anexar e encaminhar. Isso vai ficar arquivado, isso vai ficar nessa central nossa de monitoramento.

Ao final, ele tem um checklist, em que aparece o formulário totalmente preenchido. Ele avalia se está tudo ok. Estando ok, ele envia para o sistema. Se não estiver ok, ele pode retornar e fazer alguma correção que ele considerar necessária.

Então, com base nisso, nós pretendemos ter realmente um dado qualificado, algumas informações. Conversando com a Doutora Tânia, inclusive ela tinha sugerido, em uma outra reunião que nós tivemos, fazer o cruzamento com dados da própria polícia. Então, eu conversei com a Segurança Pública, eles acharam interessante. E aí, claro, só está no momento no campo das ideias, mas a gente pode evoluir para isso. De repente, pegar dados já existentes de Boletim de Ocorrência, e tudo, e além desse dado nosso que seria da escola, o entorno também da escola. E traçar, fazer análise desses dados e ver se tem alguma relação direta, se não tem; áreas mais violentas, menos violentas; como é que funciona a escola. Ou seja, é um conjunto de informações, de dados, que eu acho que vai ser bem relevante, vai balizar muito a política educacional.

E a ideia, é uma ideia no momento, na verdade. A gente está implantando, está tudo muito bem estruturado, mas, evidentemente, na prática podem surgir algumas dificuldades, alguns gargalos. À medida que a gente for executando a gente vai aparando essas arestas.

É isso que nós tínhamos a apresentar. Não sei se tem mais alguma tela. Próxima, por favor. Acho que encerrei. São as referências que nos utilizamos para a escrita do projeto. Então, seria isso que a Secretaria de Educação gostaria de apresentar. É importante espaços como esses. A gente havia conversado, inclusive a Doutora Tânia — mais uma vez vou citá-la, porque ela colocou algo que eu achei bem interessante. Na reunião que nós tivemos em Ouro Preto do Oeste, Doutora Tânia, eu até fiz menção a isso e elogiei a iniciativa da Doutora Marlúcia Chianca de Morais — Promotora de Ouro Preto do Oeste —, porque era visível que a Secretaria realmente tinha se mobilizado.

Não só a Secretaria de Educação, a Secretaria de Segurança, vários órgãos se mobilizaram muito rapidamente inclusive ela elogiou muito o Estado nesse sentido e as Secretarias Municipais. Porém, a percepção da sociedade é de que nada estivesse acontecendo. Inclusive nós recebemos e-mails de pais de alguns municípios falando isso: "O que a Secretaria está fazendo? O que governo está fazendo? Eu estou com medo de mandar meu filho para a escola."

Então, muitas vezes, talvez a gente comunique de forma ineficaz ou não comunique tão bem. Então espaços como esse eu acho que também serve para isso, para a gente comunicar. Não é uma propaganda "chapa branca", como se diz. Não. É para dizer, realmente, o que o Estado está atuando, que a gente está empenhado, tem a preocupação. Evidentemente que ainda falta muita coisa, a gente pode fazer muita coisa ainda.

Como eu falei, o projeto é um grande guarda-chuva, está aberto a contribuições, aperfeiçoamento. Mas, no entanto, eu acho que a gente caminha no rumo certo, a gente está trilhando esse caminho. É algo relativamente novo, principalmente essas questões de ataques, de terrorismo nas escolas. Mas, eu acho que a gente tende a se nortear de uma forma muito efetiva e muito positiva com esse projeto que nós apresentamos.

Então, eu fico à disposição dos senhores e das senhoras. Se houver algum questionamento, alguma dúvida a gente fica à disposição. Muito obrigado.

(Às 11 horas e 10 minutos, o Senhor Alex Redano passou a Presidência ao Senhor Delegado Camargo)

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Muito obrigado senhor Valmir, pelas suas palavras.

Eu confesso aos senhores, Valmir, Secretário Vital, que eu fico extremamente preocupado quando nós, é importante a gente traçar políticas públicas de médio e longo prazo, política de cultura da paz, manual de convivência, tudo isso é importante. É, a médio e longo prazo. A curto prazo, meu amigo Marcos Freire, o que pode parar um homem mau com uma arma é somente um homem bom com outra arma.

Eu vou pedir, por gentileza, que o telão jogue o que aconteceu há aproximadamente 30 dias em uma escola americana e vocês devem ter presenciado isso. Por gentileza, é um vídeo rápido não vai dar nem 2 minutos. Por favor, coloca o vídeo na tela.

(Apresentação de vídeo)

Senhores, não se combate terrorista entregando "cartilhinha" como essa, nem buscando sensibilizá-lo com cultura de paz. A polícia americana tem uns dos tempos de resposta mais rápidos do mundo. Eles têm ataques lá quase que anuais e o tempo, cada segundo que passa é uma vida que se vai. Esse atirador matou seis pessoas dessa escola, sendo duas crianças. E olha que o tempo de resposta da polícia, lá, é extremamente rápida. Botão do pânico é importante? É. APP é importante? É. Tudo isso é importante, não tenha dúvidas. Mas, temos um tempo de resposta rápida, imediata e eficaz somente com profissional de segurança armado dentro das escolas.

Então, eu vou, logo na sequência passar a fala ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec), o Excelentíssimo Senhor Coronel Vital. Talvez ele possa nos trazer aqui o tempo médio de resposta da polícia aqui no Estado de Rondônia.

Se nós fizéssemos uma experiência dentro de uma escola, hoje, ligássemos no 190, quanto tempo levaria para chegarem? Não é culpa da Polícia Militar. Nós temos os melhores policiais militares aqui neste Estado. A culpa é do Estado. Falta efetivo. Dá para resolver? Se quiser, dá. Se quiser, coloca oito, dez, quinze ônibus e prende mil pessoas em uma praça. Se quiser, dá. Aí, agora, eu quero saber se dá.

Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Coronel Vital, da Sesdec, pelo tempo que assim desejar.

O SR. FELIPE BERNARDO VITAL - Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Gostaria de cumprimentar à nossa Mesa, a Excelentíssima Senhora Doutora Tânia Garcia, Promotora de Justiça do Ministério Público, que tem sido um parceiro para a Segurança Pública em todos os momentos; o Doutor Sérgio Muniz, Defensor Público, também a Defensoria Pública tem atuado em conjunto com todos nós, para trazermos mais segurança para a nossa população de Rondônia; o Comandante-Geral Coronel Padilha, a Coronel BM Cristina, Chefe do Estado-Maior, representando o Coronel Nivaldo, Comandante-Geral do Bombeiro; o Delegado de Polícia, Diretor da Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio, Doutor Hélio; o Senhor Valmir Souto, Assessor do Gabinete, representando a Seduc; e o nosso Excelentíssimo Doutor José Juliano, Vice-Reitor da Unir. Estivemos conversando recentemente sobre segurança pública no campus da Unir. Cumprimentar também o nosso Deputado Delegado Camargo, Deputado Delegado Lucas que, infelizmente, se envolveu em um acidente, agora há pouco; Deputado Alex Redano, também, dizer que sempre estamos de portas abertas, agradecer a parceria com que o senhor tem conduzido e tratado a segurança pública. Nós precisamos de uma segurança pública realmente reforçada para não só dar a sensação de segurança pública ao povo rondoniense, mas trazer de fato, a segurança pública no dia a dia.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – O senhor me

permite um aparte, Coronel? O senhor está falando de uma coisa que realmente nós precisamos, mas eu faço aqui em público um pedido para o senhor: me ajude a valorizar os profissionais da segurança pública deste Estado. Remuneração salarial para todas as categorias: Polícia Civil, Bombeiro Militar, Agente Socioeducativo. Eu aguardo ansiosamente e conto com o senhor, que venham rever o Plano de Cargos e Salários deles, está bom? Obrigado, Coronel.

O SR. FELIPE BERNARDO VITAL – Pode contar conosco, e, assim, principalmente, acima de qualquer um, o nosso Governador Coronel Marcos Rocha tem dado uma atenção muito especial, e, com certeza, para esse pleito não vai ser diferente.

Então a segurança pública, em Rondônia, assim como no Brasil, não é uma missão fácil. É uma missão difícil. Nós precisamos, — eu vejo hoje, à frente da pasta — como principal, a integração, o envolvimento de todos. Não só das instituições, da força de segurança, mas de toda a população rondoniense, de todos os Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário; Ministério Público, Tribunal de Contas. Cada um, na sua seara, pode ajudar a melhorar a segurança pública.

Muitas vezes, é fácil ficar de um lado, criticar, bater e reclamar. Mas, o que é que eu posso fazer para ajudar e melhorar, dentro da minha esfera, dentro da minha seara, dentro da minha atribuição? É isto que a gente quer: o envolvimento e o apoio de todos.

Essa situação específica que nós estamos tratando aqui hoje, sobre a segurança ou a insegurança nas escolas, em uma viagem com o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, em quem a gente tem todo o respeito e agradecimento pelo que ele tem feito em pouco tempo aqui em Rondônia, mesmo com todas as dificuldades, foi a um mês atrás, ou mais de um mês, nós estávamos em Curitiba reconhecendo e conhecendo o sistema de segurança e monitoramento lá em Curitiba, especificamente na cidade de Pinhais.

Eles mostraram para a gente que em um minuto eles recuperam qualquer carro lá, porque tem tanta câmera na cidade com leitor facial, leitor de placa, que eles conseguem em pouco tempo — foi o tempo que eles deram, um minuto — para recuperar um carro roubado. E o governador achou muito interessante. E ele falou: "Eu quero lá em Rondônia."

Aí depois dessa visita fomos até o Governador Ratinho. E o Governador Ratinho comentou: "Estou implantando aqui a Escola Mais Segura", e ele mostrou, pediu para uma viatura me levar lá na escola onde seria o lançamento, o treinamento, e o governador ficou encantado. Falou: "Eu quero lá em Rondônia". Isso, início de março, primeira quinzena de março. E imediatamente ele pediu que eu passasse para a Secretaria de Educação. Passei para a Secretária, ela ficou encantada também. E começamos os trabalhos na segurança da escola com essa nomenclatura também "Escola Mais Segura".

E depois começaram a acontecer esses casos. E a curto prazo, com o apoio da Polícia Militar, da Secretaria de

Educação também, nós fizemos o reforço do patrulhamento escolar em todo o Estado. Isso foi antes do dia 20. O dia 20 foi um dia atípico, quando o Comandante tirou todo mundo do expediente, parou. Coronel Marcos Freire estava à frente dessa operação e colocamos policiamento em todas as escolas em todo Estado. Tivemos também a atuação da Polícia Civil, que foi muito importante, porque nós conseguimos trabalhar preventivamente.

Foram 66 boletins de ocorrência, 104 casos investigados, 156 oitivas, 22 mandados de busca e apreensão, 11 prisões e 11 armas de fogo apreendidas, com um trabalho excelente, que eu quero aqui registrar e agradecer, na pessoa do Doutor Samir, Diretor-Geral da Polícia Civil. Doutor Hélio, Doutor Swami, Delegado Vital, os próprios deputados também que nos apoiaram — Delegado Camargo, o agente Deputado Ribeiro, o Deputado Lucas —, que cada um, como eu falei no início, na sua seara pôde contribuir para que tivéssemos esses resultados. Foi criado um grupo de trabalho integrado com a Seduc, Sesdec, Polícia Militar, Polícia Civil, Sejus, SEAS, Corpo de Bombeiros; teve integração também do Ministério da Justiça, Polícia Federal. Então, um grupo integrado para mapear e levantar e tomar as decisões. Então, foram ações a curto prazo. Teve gente que falou assim: "Mas, como que vai ter esse tanto de polícia na rua?", "Mas, de onde vai tirar?" A nossa deficiência é grande, de toda força de segurança, mas nós conseguimos, com o apoio do nosso Governador, pagar diárias para que esse militar, na folga dele, ele pudesse estar fazendo patrulhamento. E foi o que foi feito. E é o que está sendo feito. Então, a gente está pegando o policial militar, que era para estar na folga, ele está fazendo o reforço do patrulhamento. E aí tem a motivação que é a Diária Especial do reforço do serviço operacional. Está sendo pago. A médio prazo, nós cobramos, intensificamos a Seduc a

A medio prazo, nos cobramos, intensificamos a Seduc a instalação dos totens de segurança. O que esses totens fazem? Ele não substitui a presença do policial militar, mas ele é um posto policial militar, porque ele é interligado direto ao Centro de Operações, onde o despachante, o agente, o policial militar lá tem acesso a essa câmera. São três câmeras, além de uma speed dome de 360 graus, que faz leitura facial, leitura de placa e inibe.

Então, um totem desses lá em Curitiba, eu vi na prática, praças e escolas que tinham movimento de delinquentes, de aliciadores, de venda de drogas, que a partir do momento que colocou, inibiu; porque o Centro Integrado está visualizando aquela câmera, ele manda uma viatura, ele manda uma mensagem de alerta, o cidadão pode ir lá apertar e se comunicar diretamente com o CIOP (Centro Integrado de Operações Policiais) para passar qualquer situação.

Então, quem está ali com algum desvio de conduta, de pensamento, querendo fazer alguma coisa, ele: "Opa, tem uma câmera aqui, tem um totem aqui". Então a segurança otimiza o trabalho policial militar. Ajuda e muito. Então, a Seduc está trabalhando para a aquisição também, para ter na frente das escolas. E eles vão ficar ligados direto à Segurança Pública. Então, acaba que a

gente é um braço a mais da Polícia Militar que vai ajudar não só a escola, mas o entorno da escola.

Treinamento com os policiais, com os professores, alunos, que são procedimentos adotados para vários casos, várias situações. Não só para essa situação específica, mas para caso de incêndio, caso de evacuação, abrigo e por aí vai. Têm várias mensagens de segurança e aplicativos, como já foi apresentado aqui, que vão ser feitos esses treinamentos, já estão sendo feitos. O constante monitoramento, a orientação aos pais.

Então, eu falei aqui as medidas que foram tomadas a curto prazo - que graças a Deus, não tivemos nenhuma ocorrência envolvendo nossas crianças, aqui no Estado de Rondônia -, graças a esse esforço, a esse trabalho integrado, mesmo com tantas dificuldades, com tantos crimes para resolver e a Polícia Civil, com tantos patrulhamentos para fazer. A Polícia Militar, tem o patrulhamento ordinário, o patrulhamento rural, patrulhamento escolar e por aí vai.

Tivemos resultados obtidos muito positivos. Um grande número de escolas visitadas em todo o Estado - acho que nunca teve, na história. Todas as ameaças foram identificadas. Todas. Eu citei lá em cima, os boletins registrados, os casos investigados, oitivas, mandados de prisão, porque todas as ameaças foram identificadas e não tivemos ocorrências envolvendo nossas crianças.

E, para finalizar, eu gostaria de deixar aqui registrado, que o mais importante para que não tenhamos ou para que evitemos casos como este, é a atenção dos pais. Porque mais do que qualquer um, mais do que a Polícia Militar - que está na escola -, a Polícia Civil, a força de segurança como um todo, o pai tem a responsabilidade de estar ligado e atento ao seu filho.

Ele tem acesso à rede social; ele tem acesso a grupos de WhatsApp; ele tem acesso à mochila e ele vai saber reconhecer e verificar que o filho está diferente. Por que o meu filho está assim? O que será que está acontecendo? E na maioria das vezes, os pais estão tão preocupados com trabalho, com a correria do dia a dia, que ele joga nas costas do Estado, da professora, da Seduc, da diretora. "Não, o meu filho está na escola o problema não é meu, está lá está guardado, quem tem que ensinar é ele", mas o ensinamento principal vem de casa, vem do lar.

Então, é responsabilidade do pai, da mãe, olhar, avaliar e identificar o que está acontecendo com o seu filho. Assim, ele consegue informar à professora, a diretora, fazer um trabalho com psicólogo e por aí vai. Nós não temos bola de cristal, a gente trabalha preventivamente, mas a gente não sabe - só Deus sabe, Deus é onisciente, onipresente, Ele vai saber o que passa no coração de cada um.

Agora, se os pais realmente, se envolverem nessa missão, a gente consegue evitar ou no mínimo, minimizar bastante, ocorrências desse tipo, aqui em Rondônia. Deixo aqui esse registro. Obrigado pela atenção de todos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Muito obrigado Coronel Vital, por suas palavras sempre enriquece-

doras. Obrigado.

Eu estava aqui refletindo, agora, a respeito da fala do representante da Seduc, o Valmir - falou a respeito do controle das palestras. Eu fiquei pensando se um professor guiser me convidar ou convidar um assessor meu para palestrar em uma escola - eu que não sou base do governo, tampouco oposição, sou independente. Eu gostaria de saber depois, até vou pedir para a minha assessoria providenciar o ofício, como vai ser feita essa filtragem, quem irá aprovar essa palestra, quem irá entrar, quem não irá entrar, como que isso vai acontecer. Figuei preocupado aqui, a respeito do cerceamento também, da liberdade de expressão daqueles que não compõem base ou oposição ao governo. Pedir para a minha assessoria providenciar depois, então, por gentileza. Em razão do adiantar da hora, eu vou pedir para os próximos inscritos utilizarem, por gentileza, algo em torno de três ou quatro minutos. Nós temos ainda nove inscritos para falar. Então tentar, em razão do adiantar da hora mesmo, ser bem objetivo.

Eu vou convidar para fazer uso da palavra, o Excelentíssimo Senhor Delegado de Polícia Civil e Diretor de Divisão e Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio, o Doutor Hélio Teixeira Lopes. A palavra está com Vossa Excelência, pelo prazo entre três ou quatro minutos, eu ficaria grato. Obrigado.

O SR. HÉLIO TEIXEIRA LOPES FILHO – Bom dia a todos. Cumprimento aqui, em nome do meu colega Delegado, Deputado Delegado Camargo, me permita em seu nome cumprimentar todos os integrantes da Mesa. Meu colega Júlio César, que não sei se está aqui presente. Cumprimentar, em nome dele, nossos colegas bombeiros e do querido Coronel Marcos Freire, longo combatente da Polícia Militar. Padilha, fique com ciúme não. Em seu nome, Marcos Freire, agradeço aqui a presença dos policiais militares, senhores e senhoras.

Na verdade, o convite veio ao Doutor Swami, que foi quem encabeçou essas denúncias que começaram chegar em 1º de abril. Aqui também já está na cartilha. Começou a circular na internet, acho que vocês sabem, em 20 de abril de 1999, houve aquele massacre na Columbine High School, em Columbine, no Estado do Colorado (EUA), onde dois alunos mataram, salvo engano, doze alunos e um professor. E começou a ser difundido isso nas mídias, Instagram, Facebook, WhatsApp, que seriam feitos ataques em comemoração.

Olha o que circulava em homenagem àqueles dois rapazes que fizeram aquele absurdo. E veio a enxurrada de denúncias. Colocamos o Doutor Swami à frente disso, ele é especialista dessa questão dos crimes cibernéticos. Aí passou à loucura total. A Doutora Tânia, bem no início, estava de plantão como Promotora do Ministério Público, e foi trabalho de manhã, de tarde, de noite, sábado, domingo e feriado, para a gente tentar identificar os alvos para que a gente pudesse tomar as medidas necessárias.

Às vezes, chegava tanta denúncia que a gente não tinha condição de checar, de a gente correr... Não era,

Padilha? "Padilha, nos ajuda". A Polícia Militar foi muito importante, muito mesmo. "Padilha, joga lá dois policiais lá na frente, porque nós não conseguimos identificar o alvo". Porque eles se escondem. E, até para fazer essa checagem, eles usam nomes falsos. Usavam perfis falsos. E o Swami ia atrás, chegava até meia-noite, ele me ligava e dizia assim: "Encontrei o alvo". Meia-noite. E a gente se socorria muito da Polícia Militar. "Padilha, esse alvo nós não conseguimos". Ele sabe, acho que o Swami fazia, acho que o Doutor Marcos que fazia esse contato. "Coloca policiais na escola tal, que nós não conseguimos identificar o alvo". A gente tinha medo de ter aquele ataque. E foi em razão disso.

Então, isso começou no dia 1º de abril, e os ataques seria dia 20 — o dia "D" deles seria dia 20 de abril. E passamos a fazer essas operações, que elas vieram do Ministério da Justiça. Muitas denúncias vieram do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de Brasília. Algumas denúncias, do 197; e umas denúncias também no 190

O Secretário já fez aqui um apurado. Essa operação que foi deflagrada pelo Ministério da Justiça começou no dia 1º de abril, que é a Operação Escola Segura. Ela foi deflagrada em todo o país. Ela tinha ações preventivas, de caráter educativo e também ações investigativas. As apurações das denúncias tanto do Ministério da Justiça como do 197 e 190.

Todas essas ameaças, todas, todas — como assim disse o Secretário: todas —, não ficou uma para trás. Aquela que a gente não conseguia identificar, a Polícia Militar nos ajudava, mas a gente continuava investigando para poder identificar o alvo. Todas elas foram tratadas como risco real.

O foco das ameaças é cibernético. Combate às fakes news. Ação rápida e contundente para inibir novas ameaças e gerar segurança. A gente tinha tanta preocupação que caí na besteira, na primeira operação que nós fizemos, de eu participar da coletiva, pronto. Aí meu telefone não parou de tocar. Pais, amigos pessoais: "Hélio, posso mandar meu filho para a escola?" Rapaz, é complicado. E eu, como profissional da segurança pública, dizia que sim, "vamos". Mas eu ia dormir preocupado, Coronel. Dormia muito preocupado.

A cooperação dos demais órgãos. Seduc: muito importante. A Sesdec, a nossa Secretaria de Segurança, do nosso Coronel Vital. A PM; o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Esses atores eram muito importantes, porque não adiantava a gente identificar o alvo se a gente não conseguisse fazer os pedidos das medidas cautelares: busca e apreensão, internação, prisão preventiva. A Doutora Tânia sabe disso. A gente fazia contato rápido com o assessor do promotor, da promotora, contato rápido com o assessor do juiz e, graças a Deus, essas medidas saíram bem rápido e a gente deixa aqui registrado e agradecer o empenho do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

O meu tempo aqui já está acabando. Gostaria de falar, se o senhor me permitisse — aqui eu sei que tem vereadores de outras cidades —, só rapidinho onde nós

atuamos. Regional de Vilhena: tivemos dois mandatos de internação, um mandato de busca domiciliar, oito pessoas ouvidas, cautelares de quebra de sigilo, uma arma de fogo apreendida — olha: na busca, na internação, arma de fogo apreendida. Arma branca, instaurado quatro PAIs, Procedimento de Apuração de Adolescente Infrator e um inquérito policial.

Regional de Guajará-Mirim: nove pessoas ouvidas, três mandados de busca domiciliar, duas buscas e apreensão de adolescente, internação, dois simulacros apreendidos, foi feito um Boletim de Ocorrência Circunstanciado, um TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência), palestra em escola. Os delegados lá fizeram palestra em escolas para acalmar a população. Além de reuniões com diretores de escolas. Aí eu acredito que quando falam não é somente escolas estaduais, mas também as municipais e as particulares.

Regional de São Miguel: uma ocorrência registrada, ameaça escrita na porta do banheiro. As providências lá também foram adotadas. Quatro pessoas ouvidas, palestras em escolas, visitas em escolas de Alvorada D'Oeste para orientação e presença ostensiva. Quando a gente fala em presença ostensiva a gente está falando da Polícia Militar, dos nossos colegas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. Palestras em escola, reunião entre Segurança Pública, Ministério Público e escola. Então isso ocorreu em São Miguel do Guaporé.

Em Ji-Paraná foram quatro pessoas ouvidas, dois registros de ocorrência, reunião com diretores. Dentro da regional de Ji-Paraná, em Ouro Preto, duas pessoas ouvidas; em Presidente Médici, uma pessoa.

Cacoal: duas ocorrências, apreensão de um martelo, investigação em andamento por apologia ao nazismo e aos massacres.

Pimenta Bueno: três ocorrências, todas elas concluídas com instauração de PAI. Celulares apreendidos.

Em Espigão D'Oeste: três ocorrências, três PAIs. PAI é Procedimento de Apuração de Ato Infracional, para vocês entenderem um pouquinho. Oitivas, canivetes apreendidos, celulares apreendidos, reunião na promotoria com demais forças de segurança pública e representantes de escolas.

Regional de Jaru: providências em andamento com autor preliminarmente identificado, pericia acionada por uma ameaça.

Vale no Anari: reunião com direção da escola e orientação de coleta de informações.

Machadinho D'Oeste também reuniões e visita às escolas.

Jaru: tivemos ocorrências policiais e diligências em três escolas. Adolescentes espalhando fake News em grupo de WhatsApp por um possível atentado à escola.

Em Ariquemes — acho que tem uns vereadores que são de Ariquemes —, reunião com todos os diretores e orientadores da rede estadual e particular; reunião com todos os diretores e orientadores da rede municipal, sete palestras, uma ocorrência em Ariquemes. Uma ocorrência em Buritis. Em Buritis foi cumprido um mandado de busca e apreensão, apreendida uma arma, roteador e

dois celulares.

Finalizando, Rolim de Moura só palestras.

Tivemos diversas aqui em Porto Velho, mas a mais importante, dizer para vocês, foi a prisão em Extrema. De todas as denúncias, acho que a de Extrema realmente, Promotora, ia ocorrer. O pai do rapaz é armeiro, foram apreendidas mais de dez armas com eles. Nós ficamos tão preocupados que foi feito o flagrante. O delegado arbitrou uma fiança pesada de 10 salários-mínimos. Essa fiança foi reduzida na audiência de custódia. Pensávamos nós que eles não iriam pagar, que foi "flagranteado" não só o autor da ameaça, mas, o pai e o irmão devido a essa quantidade de arma. Mas, eles arrumaram o dinheiro e pagaram. Aí entrou o desespero. Aí, pronto. E ele falou que novamente faria o ataque. Aí a gente ficou desesperado.

Não sei se a Doutora Tânia sabe dessa história. Corremos até o juiz. O Swami aperreado. O que é que eu faço? "Vamos aqui criar uma Peça (jurídica), tentar fazer uma preventiva." E o juiz também estava preocupado.

E graças a Deus ele concedeu a preventiva. Os advogados foram lá na delegacia. Foi uma negociação, e ele estava "surtado" dentro de casa, aqui em Porto Velho, na casa de uma tia. Conseguimos convencer a tia dele para ele se entregar. Ele se entregou, está preso. Então, acho que o mais perigoso foi este caso de Extrema.

Então, só para finalizar, Deputado Delegado Camargo, eu concordo com o senhor. Parabéns pela lei. Concordo com o senhor. Acho que essas medidas têm de ser agora, não a médio e longo prazo, têm de ser imediatas. Tomara que o nosso governador sancione a lei. E digo também, parabéns aqui ao nosso representante da Seduc, que fez esse projeto, mas não esqueça dos órgãos de segurança. Qualquer ocorrência, mesmo que seja administrativa, mas que se noticie, massacre, crimes, comunique aos órgãos de segurança pública: à Polícia Militar e à Polícia Civil.

Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Obrigado, Delegado Hélio. De imediato, já, em razão do adiantado da hora, eu passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Muniz, Defensor Público, pelo prazo de quatro minutos.

O SR. SERGIO MUNIZ NEVES - Bom dia a todos. Prometo cumprir os quatro minutos e usar só este momento de fala para, mais uma vez agradecer a esta Casa de Leis, na pessoa do Deputado Delegado Camargo, que sempre prestigia a Promotoria. Muito importante isso. Quero também reafirmar aqui em público que a Defensoria está atenta a essas questões, quer colaborar e, colabora efetivamente, na tentativa de encontrar uma solução. Deputado Delegado Camargo, independentemente da solução dada — todos aqui expuseram os seus pontos de vista de maneira técnica, de maneira democrática. Eu acredito que, seja qual for a solução, é importante esse tipo de Audiência Pública, é importante esse tipo de reunião, porque mostra que, inúmeros atores da sociedade:

a Casa de Leis (Assembleia Legislativa), o pessoal da Educação, o Reitor da Unir, o Ministério Público, Polícia Federal, Secretaria de Segurança, Polícia Civil, até a Polícia Rodoviária Federal — todos aqui estão presentes no afã, no intuito de encontrar uma solução para este caso. Na verdade, o que todos nós queremos é a proteção das nossas crianças. Acredito que todos aqui estejam imbuídos desse mesmo propósito — talvez, por caminhos distintos. O senhor tem um ponto, que é muito importante, a questão da imediatidade. Temos problemas. Os totens, eu que é uma coisa extremamente importante. Qualquer outro sistema de aparato é importante, mas temos que ter também uma pronta e rápida resposta. Ouvimos também o Secretário de Educação, ou melhor, o representante - a Secretária de Educação é a Professora Ana Pacini —, que também expôs o seu ponto de vista e o expôs de maneira muito interessante.

Ouvi também o Coronel Vital, Secretário de Segurança, que expôs de maneira muito efetiva (me parece que lá, em Curitiba, os totens já estão funcionando e é uma experiência exitosa naquele Estado). E eu parabenizo mais uma vez esta Casa de Leis por fomentar esse debate público, que é um debate que interessa a todos.

Eu agora vou falar, não como representante da Defensoria, vou falar como cidadão: eu sou pai de duas meninas que estudam nesta cidade. Então, eu, como cidadão eu sou um entusiasta, eu quero ver esse problema abordado e resolvido.

Então, mais uma vez, parabenizo a todos aqui presentes, parabenizo a iniciativa desta Casa de Leis e contem com a Defensoria para qualquer tipo de auxílio, trabalho, para a gente tentar solucionar essa questão. Muito obrigado.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) — Muito obrigado, Doutor Sérgio, sempre muito pontual e preciso nas suas colocações e é um dos defensores por quem eu tenho o maior respeito, pelas posições jurídicas — jurídicas — que o senhor adota. Parabéns pelo seu excelente trabalho. Em nome de Vossa Excelência, eu parabenizo a Defensoria Pública de Rondônia.

De imediato, eu passo também a palavra a Excelentíssima Senhora Doutora Tânia Garcia, Promotora de Justiça do Ministério Público e coordenadora de atuação especial da infância, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia. A palavra está com Vossa Excelência.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO – Obrigada, deputado. Bom dia. Em nome da Mesa, em nome de Vossa Excelência cumprimento todos da Mesa; em nome da Doutora Ana Ellen, Presidente do CRM, instituição que eu entendo de participação relevantíssima nesse momento, e da Ana Karla, que é do Conselho de Psicologia, cumprimento todos que nos acompanham da plateia. Primeiramente, eu quero dizer que é uma honra muito grande sempre estar aqui nas Audiências Públicas desta Casa de Leis, especialmente porque o cappuccino é maravilhoso, mas acima de tudo porque eu considero

como princípio de atuação institucional do Ministério Público buscarmos legitimidade para todas as nossas ações. Então, é importante que cada um de nós, em todos os seus espaços de atuação, se dediquem de alguma forma à construção dialógica de soluções, porque sempre que a gente fala em sociedade, Estado, família, as discussões e as soluções nunca vão ser simples, não é? Sempre vai ser muito complexo. E colocar todos para dialogar e chegar a um consenso a respeito de determinada temática, eu acho que é o grande desafio que, a meu ver, dentro de um estado democrático de direito, é muito exercido pelo Poder Legislativo.

Então eu, sempre que posso, compareço a todos os chamados da Assembleia, da Câmara, porque eu entendo que é um espaço privilegiado proporcionado pela Casa de Leis para que a gente possa vir aqui escutar e, de alguma forma, internalizar nas nossas atuações o que o povo está falando aqui na Casa de Leis. Então acho que isso é extremamente importante.

A respeito da temática de hoje, gostaria de parabenizá-lo por sua proposta, que é referente à presença policial em tempo integral nos estabelecimentos de ensino. Dizer que eu gosto muito da ideia do guardião escolar e da Polícia Comunitária, mas enquanto Ministério Público, enquanto promotora, enquanto cidadã, eu tenho enfatizado em todos os espaços de fala sobre a importância de a gente compreender que dentro dessa situação existem vários fenômenos, que são integrados e ao mesmo tempo estanques.

Minha filha chegou falando que esse era o assunto na escola um determinado dia. Minha filha tem nove anos. E no dia seguinte eu perguntei para ela: "E aí, filha, o assunto ainda está muito em voga?"; ela disse: "Não, a polícia já prendeu todo mundo, já está tudo certo"; e falei: "É isso mesmo. Pode ficar tranquila, você está em segurança na sua escola, não vai ter problema nenhum." E eu realmente confio nisso, porque ainda no dia cinco de abril, às 11 horas da manhã, Doutor Ivanildo convocou uma reunião de urgência, que foi o dia do desastre de Santa Catarina, daquela tragédia, e estávamos todos reunidos: Educação, Segurança Pública, Ministério Público. E desde aquele momento.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Excelência, não esqueça de convidar a nossa Comissão de Segurança Pública para participar, tá? Não recebi o convite.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO - Está registrado. Mas, naquele momento a nossa ação era muito imediata e nós precisávamos trabalhar com o alinhamento das nossas ações. Então, por isso que em um primeiro momento foram as forças de segurança e os Promotores de Justiça e a Educação. Porque nós precisávamos já de imediato saber como que a gente ia atuar de forma integrada em um assunto tão complexo.

E o que ficou definido naquele espaço e foi reforçado depois inclusive no Gaepe, que é Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação, — e aí eu já deixo aqui em nome do Doutor Paulo Curi, que é o

Presidente do Gaepe, o convite para que o senhor possa integrar e participar dessas discussões tão complexas afetas às políticas educacionais. As reuniões do Gaepe acontecem quinzenalmente, às sextas-feiras, à tarde. Começa às duas horas e vai até sete horas da noite, mas é um espaço muito rico. Oito horas a última, não é? Pois é. E eu não me lembro quem, mas a gente tinha, sim, alguns deputados da Comissão de Educação conosco. Então, naquele momento ficou muito definido o seguinte: bom, a tragédia de Santa Catarina poderia ter acontecido em um posto de saúde, poderia ter acontecido dentro de uma igreja. E um tipo de ataque, é um tipo de violência que, segundo as forças policiais, pedia um treinamento, uma intervenção imediata especializada para aquele tipo de situação. Aquilo especialmente estava sendo cuidado desde um primeiro momento pela segurança pública.

Bom, vamos separar aqui o que nós vamos fazer enquanto instituições que integram o sistema educacional: Ministério Público, Defensoria Pública — que inclusive integra e atua de modo efetivo lá no Gaepe também —, Seduc. O que a gente precisa fazer?

Bom, a gente precisa ver quais são os protocolos que já existem, onde que eles precisam ser atualizados ou melhor conectados com a segurança pública. E aí a Seduc trouxe o protocolo de segurança escolar que nós, inicialmente, apreciamos e entendemos como sendo um bom referencial para esse tipo de trabalho. E assim temos, incansavelmente, promovido diálogos a respeito dessa temática, entendendo que o Ministério Público, enquanto defensor da ordem jurídica, jamais vai ter qualquer posicionamento público a respeito de se deve ou se não deve, pode ou não pode, colocar detector de metais no acesso de uma escola. Nós entendemos que isso é uma decisão de cada sistema, de cada escola, particular. No entanto, temos enfatizado que existem medidas que são tão importantes, imediatas e relevantes, quanto. E aí é uma questão de decisão e avaliação inclusive orçamentária.

Para se ter uma ideia, nas escolas mais numerosas, aqui das regiões mais periféricas de Porto Velho, os diretores reclamam de situações como: o aluno foi expulso da escola e ele continua acessando o interior da escola porque ele ainda está com o uniforme da escola, e não tem nenhum tipo de identificação de acesso. Na escola das nossas filhas, nós tivemos uma resposta, uma escola menor, uma escola particular, de que imediatamente seria inserida a catraca para haver um controle efetivo de quem entra e de quem sai da escola.

Então, eu vejo que existem medidas que são extremamente imediatas, que são extremamente urgentes e que, às vezes, podem somar com as propostas que já estão sendo apresentadas pelo deputado, pela Seduc. Mas, o que mais temos enfatizado, enquanto Gaepe, todos esses protocolos, todas essas propostas, tudo isso precisa dialogar, precisa integrar e construir uma ação única do Estado de Rondônia, que é integrado por sociedade civil, comunidade escolar, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Poder Judi-

ciário. A gente precisa falar a mesma linguagem.

Eu entendo que não sou eu, Tânia Garcia, que vou dizer: essa é a melhor medida ou essa é a pior medida. Acredito que a gente deva dialogar, incansavelmente, com todos que estão, de fato, no chão da escola: comunidade escolar, pais, crianças, adolescentes, jovens, profissionais da educação e todas as políticas e serviços que estão envolvidas nesse processo. E juntos, iremos chegar a um consenso mínimo do que, de fato, agora é viável e do que a gente vai construir para médio e longo prazo.

Mas, eu entendo que é muito bem-vinda, neste cenário, deputado, a sua preocupação e eu vislumbrei isso por parte da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Sesdec, desde o primeiro momento em que começamos a dialogar, a respeito da necessidade de termos um protocolo de prevenção, intervenção e atendimento às pessoas nessas situações de ataques violentos em ambientes escolares. Mas, eu faço votos que a gente permaneça, em Rondônia, como a gente tem estado, sem nenhum registro desse tipo de ataque violento em ambiente escolar.

Em que pese a violência permear o cotidiano das escolas. Falamos desde o início, precisamos ter um georreferenciamento de infracionalidade e criminalidade, não só dentro da escola, mas no entorno da escola. "Ah, o Diretor tem que lidar no dia a dia com várias práticas de atos infracionais". Estamos falando do quê? De tráfico, de lesão corporal, de ameaças. Ameaças direcionadas a quem? Temos, falamos isso com as redes educacionais, temos que nos aparelhar melhor e enfrentar as incivilidades do dia a dia, a indisciplina, isso não pode ser apenas objeto de enfrentamento pela comunidade escolar, quando afeta uma autoridade dentro do ambiente escolar.

Indisciplina, incivilidade, falta de educação, são assuntos e são comportamentos que devem ser enfrentados, que devem receber intervenção de orientação e reparo, entre os pares, porque nós precisamos incutir no meio educacional. A formação de seres humanos que verdadeiramente compreendam que é obrigatório respeitar a todos, a todas, a todes e a quem quer que seja.

Não podemos direcionar o nosso respeito apenas ao professor, enquanto autoridade ali representada; apenas ao pai e a mãe, enquanto dentro de casa sob sua autoridade; apenas ao policial, enquanto estou na sua frente. E preciso - e por isso que temos enfatizado, desde então -, que a promoção da cultura de paz, a educação para valores, se fazem muito mais que necessárias e urgentes. E porque eu acho que é tão importante a participação - e agui eu já encaminho para encerrar a minha contribuição -do Conselho de Medicina, do Conselho de Psicologia e também Assistência Social? Nós vimos que o crime, as relações, tudo, os valores, tudo, tudo, a vida, está migrando para o mundo virtual. Lamentavelmente. E aí a Sociedade Brasileira de Pediatria, na época da pandemia falou assim: "Vem cá, se uma criança de 0 a 2 anos for exposta à tela, isso é prejudicial, a gente recomenda que nunca seja. De 2 a 6 anos, a gente recomenda, no máximo, uma hora, contando tudo. De 6 a 12 anos, a

gente recomenda, no máximo, no máximo, duas horas. E de 12 a 18 anos, no máximo três horas. Sempre com supervisionamento paterno, ou seja, controle parental, e com controle de conteúdo. Conteúdos às vezes livres, mas que são muito violentos, não são apropriados para aquela idade, não são recomendados.

Nós observamos em vários casos que acompanhamos, delegado, agora nesse trabalho intenso da Polícia Civil, no mês de abril, que muitas situações que aconteciam no campo da virtualidade e que naturalizavam, banalizavam esse ódio, essa linguagem de violência, "eu vou fazer", "eu vou acontecer", não tinham a menor possibilidade de acontecer. Não tinha nenhum elemento de risco. E outras acendiam um pouco o alerta. O ideal é que a gente tem que ter, sim, os protocolos de intervenção imediata. A gente precisa saber. Eu acho que vai chegar o dia em que, assim como a gente sabe o que fazer no caso de incêndio, a gente sabe o que fazer em qualquer situação. Então, isso é muito importante.

Mas, a gente precisa cuidar da educação, da segurança e da saúde digital das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Porque é uma oriental científica de que crianças e adolescentes não sejam submetidos a uma carga horária superior àquela, de que o acesso às telas não ocorra durante as refeições familiares, de que os jogos eletrônicos não sejam a ocupação das crianças e dos adolescentes antes do horário de dormir. E isso está banalizado. E a gente não fala, deputado, sobre isso. Isso precisa ser pautado em todos os espaços de discussão social, familiar, comunitária, no ambiente educacional. Porque os pais e toda a comunidade precisam ser chamados a essa responsabilidade de parar de naturalizar o que está destruindo a saúde mental de nossas crianças e adolescentes.

Eu tenho certeza que, se a gente trouxer aqui para debate o que tem adoecido adolescência e a juventude, com certeza isso aí está no "Top 5". Os números de suicídio de adolescentes e jovens têm disparado. E isso tudo está invisível. E às vezes a gente não tem o mesmo nível de revolta e de reação que a gente tem para outras situações enquanto coletividade. Isso tem me preocupado muito.

E eu coloco aqui o Ministério Público à disposição para a gente continuar esse diálogo, porque eu acredito que, se tem algo que deva ocupar a nossa pauta neste momento... assim, os protocolos de segurança, eu tenho absoluta confiança de que a polícia está dando conta. Agora, as pautas sociais, o que deve entrar lá dentro de cada família, de cada igreja, de cada centro comunitário? É isso que eu acho que a gente tem que somar um esforço de massa para trazer todos a essa responsabilidade. Precisamos de uma educação para valores, e precisamos entender que crianças e adolescentes precisam de supervisão, precisam de limitação, precisam de um limite saudável para acesso e permanência nos meios tecnológicos. Obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Obrigado,

Doutora Tânia. Para que todos e todas possam falar, eu peço que respeitem o prazo máximo, por favor, de quatro ou cinco minutos.

Eu, de imediato, transmito a palavra ao Delegado de Polícia Federal, o meu colega — muito obrigado pela sua presença —, o Doutor Marcelo Toledo Bezerra.

O SR. MARCELO TOLEDO BEZERRA – Bom dia a todos. Obrigado pela palavra, Deputado Delegado Rodrigo Camargo.

A Polícia Federal, como um todo — eu digo porque isso vem da Direção-Geral da Polícia Federal, em Brasília —, entende, sim, que a Polícia Federal tem que participar desse processo, que todas as forças policiais estão engajadas, estão trabalhando muito bem, principalmente a Polícia Militar e a Polícia Civil.

A Direção-Geral da Polícia Federal entende que esse tipo de ação é um crime que atinge, sim, a ordem social do nosso país. Então, a Direção-Geral já determinou inclusive até um protocolo de ação para a Polícia Federal em todo o Brasil. Apesar de o nosso efetivo ser bem reduzido, se você imaginar o tamanho de todo o Brasil, mais ou menos 210 a 220 milhões de brasileiros, para mais ou menos 13 mil policiais em ação. O efetivo da Polícia Federal é um pouco maior do que a população de Chupinguaia, aqui em Rondônia, por exemplo, para ter uma noção de como a Polícia Federal poderia ser maior para até trabalhar ainda mais em prol da nossa sociedade.

Temos policiais que estão muito preocupados com essa situação e estão buscando, de alguma maneira, colaborar com repressão a esse tipo de crime. O nosso serviço de inteligência está em parceira com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com a Polícia Rodoviária Federal, para colaborar naquilo que for muito possível, a Polícia Federal vai atuar, sim, nesse tipo de atividade.

Inclusive foi criado há pouco tempo, na estrutura da Polícia Federal um serviço de repressão aos crimes de ódio, o que infelizmente é um tipo de conduta que está crescendo demais no meio eletrônico no Brasil, no ambiente eletrônico. E a Polícia Federal está atenta a isso, ela é um ator no combate a esse tipo de ação. Talvez a população pense: "O que a Polícia Federal tem a ver com essa situação? Isso é um crime federal? É competência da Justiça Federal processar isso?"

A Polícia Federal não atua apenas nessas situações, em crimes federais ou de competência da Justiça da Federal. A Polícia Federal tem uma atuação nacional, bem mais do que federal, ou seja, é em prol na nação, em prol da sociedade. E naquilo que a Polícia Federal entende que deve agir em prol da segurança pública, ela vai agir. Não importa se é competência da Justiça Federal ou Estadual. A Polícia Federal tem uma parceria muito grande com o Poder Judiciário aqui de Rondônia. Muitas ações são feitas em grande parceria com a Magistratura do Estado de Rondônia.

Então, tenham certeza senhores e senhoras, a Polícia Federal está nesse processo e está irmanada com todos os órgãos de segurança pública do Estado de Rondônia. Agradeço pela atenção. Bom dia a todos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Muito obrigado Delegado de Polícia Federal Doutor Marcelo Toledo Bezerra.

De imediato, eu também transmito a palavra, pelo prazo de no máximo quatro minutos, ao Coronel PM James Alves Padilha, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia. A palavra está com Vossa Senhoria.

O SR. JAMES ALVES PADILHA – O senhor está consumindo o meu tempo, deputado. Quatro minutos eu acho que vai ser pouco, mas, vamos lá.

Deputado Delegado Camargo, em nome de quem eu cumprimento todos os pares e a Presidência desta Casa de Leis; as autoridades que comigo ombrearam aqui a Mesa; Delegado Hélio, da Polícia Civil; Secretário Coronel Vital, da Sesdec; Sérgio Muniz, da Defensoria Pública; Delegado Marcelo, da Polícia Federal; nosso ilustre Vice-Reitor da Unir, Juliano; Doutra Tânia, é um prazer tê-la aqui conosco; Coronel Cristina, Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar.

E de maneira especial, Deputado Delegado Lucas, proponente desta demanda, desta Audiência. E na pessoa do senhor, por ser delegado, deputado, entusiasta das forças de segurança e representante legítimo que é, eu externo todo o meu carinho e respeito pela iniciativa e pela contribuição que se busca ofertar através de sua proposta. A todos os demais que nos assistem, que aqui estão a contribuir, acompanhar e ofertar alguma forma de contribuição à discussão, remotamente também, os meus cumprimentos e agradecimentos.

Eu comungo ipsi litteris de toda análise contextualizada feita de maneira muito profícua pela Doutora Tânia. Obrigado, economiza um pouco do meu tempo na minha fala. Faço minhas as suas palavras, doutora. A maneira como deve ser discutida, abordada e construída as oportunidades de solução.

Pego um pouco da fala do nosso Vice-Reitor, como lá atrás falou: "Patrulha Maria da Penha,... arrancando fios da iluminação pública." E fala da necessidade de presença também do policiamento porque o serviço de vigilante não é o adequado, acaba trazendo problema.

Pois bem, a Polícia Militar está de corpo e alma à disposição do Estado e da comunidade escolar, creches, estabelecimentos públicos e privados de qualquer dos rincões do nosso Estado, para contribuir. No limite de sua capacidade de trabalho. E eu entendo que esse limite já tenha até superado os limites normais daquilo que seria razoável. Nosso policial tem trabalho diuturnamente, quase que não tem descanso. O nível de compromisso é o que faz a diferença. E é isso que me dá alegria de ver o quanto a nossa Corporação tem, sim, contribuído. Mesmo a despeito de todas as dificuldades que enfrentamos, a Polícia Militar não para. Ela que dá a primeira resposta. E se em Rondônia nós não tivemos nenhum evento trágico, ainda que não podemos nos olvidar de que essa possibilidade, sim, ela existe, claro, e as forças divinas também conspiram para que não tenha ocorrido, mas não é fruto do acaso, acreditem. É fruto de uma comunhão de esforços de todos os parceiros da sociedade civil e dos segmentos do Poder Público em qualquer das esferas, em uma comunhão única em que nós estamos diuturnamente atentos e buscando atender da melhor maneira possível. Talvez não da forma como se gostaria, porque entre o ideal e o real e o possível, existe uma lacuna, uma diferença.

Mas, vejam, desde o dia seguinte e vejam, a patrulha escolar é uma constância na atividade policial ostensiva, não é de agora. Ela faz parte dentro da dinâmica de atendimento da Polícia Militar às diversas necessidades que a sociedade tem. E desde o dia seguinte ao evento ocorrido lá em Santa Catarina, a Polícia Militar logo iniciou uma intensificação. Ela sentiu a necessidade de já olhar de maneira diferente, porque esse problema evoluiu e passou a ocupar boa parte do tempo da pauta dos nossos governantes e dos gestores da área de segurança pública, para que não tornasse a ocorrer nem no Estado onde surgiu e nem em qualquer outro.

E nós tivemos, sim, ameaças sendo disseminadas diuturnamente. Junto com a nossa parceira, a Polícia Civil, precipuamente, ombreamo-nos, unimos forças e os nossos efetivos não deixaram, de fato, não ficou uma ameaça veiculada sem que tivesse uma resposta; sem que nós visitássemos a residência localizada de quem seria o autor; sem que nós fôssemos até ao estabelecimento de ensino; sem que buscássemos contato com o professor, com a direção do colégio; sem que buscássemos apaziguar os ânimos e levar uma mensagem de presença da força pública para fazer frente à demanda que viria a ocorrer.

Na ideia, já estava ali posta. E na condição de se concretizar ou não, estávamos atentos para que não ocorresse. E, se assim ocorresse, que tivéssemos plenas condições de dar a melhor resposta. E o tempo de resposta, nos três fatos que mais ou menos surgiram como ameaça, foi em torno de quatro minutos. Em um minuto se faz muita coisa, Deputado Delegado Camargo, mas eu tenho por mim que o prazo de resposta de quatro minutos é muito, muito satisfatório.

Queria eu, que essa fosse a dinâmica e a tônica de todo e qualquer atendimento. Mas, sou bem cônscio da realidade, de que não é assim. Isso é o que a gente busca, porque o prazo de resposta depende, em muito boa medida, não apenas da comunicação, mas da disponibilidade do homem no terreno, ali, a postos, patrulhando, policiando, em condição de recepcionar o chamado e, prontamente, se deslocar até o local do evento e tomar as medidas que couberem.

Temos trabalhado a prevenção, preparando o uso efetivo da patrulha escolar. Formamos, capacitamos, orientamos, buscamos uma interlocução junto com a Secretaria de Estado e Secretarias Municipais, igualmente dialogando, orientando, esclarecendo, nos colocando à disposição. E, vejam, a Polícia Militar já faz, há muito tempo, trabalho de polícia ostensiva, até mesmo pela presença nos colégios militares — são 13 a cargo da Polícia Militar — e, nesses, graças a Deus, a própria presença e a dinâmica de atuação, já tira do contexto de

atendimento, em tese, o risco de ocorrer. Mas, fora isso, nós desenvolvemos o projeto de Polícia Militar Mirim, em vários municípios do Estado, em vários estabelecimentos de ensino.

Desenvolvemos a atividade Escola Segura - com jovens do ensino fundamental II até o ensino médio —, qualificando, orientando, esclarecendo, formando multiplicadores dos valores cívicos, militares, morais, de interesse da civilidade, da cidadania, para que esse estreitamento favoreça uma melhor comunicação e um melhor atendimento das demandas da nossa sociedade, especificamente no segmento da comunidade escolar.

Nós temos trabalhado, já de longa data, as questões de segurança viária, de educação ambiental. E, toda vez que eu trabalho a questão da educação ambiental e da segurança viária, no contexto de trânsito, eu tenho um policial militar ali presente, no estabelecimento de ensino, levando a sua presença, levando uma mensagem de segurança, de paz, de apaziguação, de esclarecimento e de inibição de todo e qualquer intuito de ali se perpetrar algum ilícito.

Nós estamos presentes em todos os municípios e em vários distritos e povoados. Somos, talvez, a estrutura do poder público mais bem capilarizada; e, mesmo com toda sorte de dificuldade e carência de efetivo — sim, nós temos carência de efetivo — a polícia conta, hoje, com 4.965 policiais militares. E, vejam, em torno de 413 militares — isso representa 1/12 — que precisa entrar de férias por mês.

Temos afastamentos por férias, licença saúde, licença para interesses particulares; temos os afastamentos para atender às diversas demandas das diversas esferas, inclusive desta Casa de Leis, com as cedências dos nossos profissionais. São em torno de 402 profissionais da Polícia Militar afastados da atividade.

Quando eu digo "afastados da atividade", é junto à tropa, porque o policial que está aqui, ele não está afastado verdadeiramente da atividade. Ele está fazendo a sua atividade aqui, como faz no Tribunal de Justiça, como faz no Ministério Público, como faz nas assessorias militares, como faz, lá, nas mobilizações junto à Brasília e iunto à Sesdec.

Nós temos uma estrutura de integração e de apoio muito bem gerenciada, e eu agradeço à pessoa do Coronel Vital. Ele tem fortalecido essa atuação integrada. Isso favorece muito, em muito boa medida, os resultados que nós temos atingido.

Diante do fato ocorrido lá nos Estados Unidos, para o dia 20 de abril, fizemos um esforço máximo e alocamos 753 policiais — previstos, pode ser que tenha havido faltas, os problemas surgem — exclusivamente para trabalhar apenas no contexto dos estabelecimentos de ensino: 753 policiais.

Acho que faz muito tempo na minha vida, desde que eu cheguei aqui no Estado, nunca vi tanto policial. Só no período de eleição, aí, verdadeiramente tem mais porque não tem como ser diferente. Não é verdade?

Então, 753 policiais, mantendo o policiamento ordinário. Em todos os lugares. Mas não foi só isso, não. A

Polícia Militar continua atuando de maneira mais intensa no contexto dos estabelecimentos de ensino, incluídas as creches.

O fato é que nós temos, segundo levantamento colhido junto à Secretaria de Estado da Educação, em torno de 1.248 unidades escolares ou creches. Esse número oscila. Pode ser um pouco mais, pode ser um pouco menos. E se eu pensar em dar efetividade à presença policial em cada um desses estabelecimentos de ensino, vou fazer aqui uma avaliação básica, rápida, sem compromisso. O turno mais adequado seria turno de seis horas. Policiamento ostensivo a pé, para estar ali a postos. E eu vou dizer que o policial não deve trabalhar sozinho. Ele trabalha sozinho somente em caráter excepcional. A doutrina recomenda aquele trabalhe pelo menos em dupla. Então, eu tendo três turnos: de manhã, de tarde e de noite — claro, eu entendo que o turno noturno não é para todos os estabelecimentos, mas eu vou fazer para facilitar o entendimento —, eu colocaria em três turnos, dentro de um contexto de 1.240 unidades escolares, incluída a Universidade Federal, digamos assim, e outras particulares também, esse número oscila. Três vezes dois, seis policiais para cada um desses locais. Três turno, não é? Seis policiais dá um número bastante expressivo. Ele supera em tese até mesmo a capacidade de trabalho da nossa corporação pelo que tem hoje.

Eu queria. Pode ter certeza, eu ficaria extremamente honrado se eu tivesse estrutura de colocar em cada unidade escolar a presença do policial, porque eu também tenho filho estudando e eu me sentiria muito mais à vontade e seguro. Mas, como não tenho condição de implementar, de concretizar esse sonho — isso é um sonho —, eu tenho que lidar com a minha realidade, de acordo com a minha capacidade de planejamento.

Qual é o melhor resultado que eu consigo com os meios que eu tenho a minha disposição e com a integração e parceria das demais forças, os demais organismos? Eu viabilizo cartão, programa de atendimento móvel e/ou presencial em função do nível de risco que cada unidade possa ofertar, em função de levantamento de dados que pode chegar a cada momento. E aí eu direciono. "Olha, aquele estabelecimento é mais tranquilo, mas aquele está com nível de alerta maior". Então, eu vou dar uma presença mais intensificada naquele colégio ou naquele conglomerado de colégios, na área mais periférica ou na área mais centralizada.

E veja que eu não tenho estabelecimentos de ensino divididos e distribuídos equitativamente entre capital e interior e entre perímetro urbano e perímetro rural. Então eu entendo, sim, que seria bom que eu tivesse condição de atender a demanda tal qual como vislumbrada, como idealizada como proposta. Esse seria o sonho, repito. E como eu não tenho, volto a dizer, condição, e eu digo eu, a corporação não tem essa condição, mas não deixo a comunidade escolar e não deixo a sociedade sem resposta.

Então, eu planejo da melhor maneira dentro da técnica e da tática policial como buscar minimizar a necessidade que aquela comunidade tem e eu me fazer presente com longa manus do Estado, com o efetivo da Polícia Militar, em parceria com todo e qualquer outro. Eu tenho a Polícia Rodoviária Federal, que ao longo da BR estará ali a postos a bem atender qualquer demanda no contexto do estabelecimento de ensino. Eu não posso ignorar isso. Eu tenho o Núcleo de Operações Aéreas que sempre está auxiliando o nosso patrulhamento. Mas eu preciso lidar com essa realidade, deputado.

E veja, paralelo a tudo isso, eu preciso lidar com toda sorte de diversidade na área da segurança pública. Tivemos que montar a Operação Maximus para fazer reduzir, conter e minimizar o avanço da criminalidade desde o período pré e pós-eleição.

O Vice-Reitor falou do problema dos fios. Desencadeamos a Operação Fio Desencapado. Foram cerca de 30 toneladas de sucata apreendidas em estabelecimentos fiscalizados.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Coronel, eu vou pedir para o senhor ser um pouquinho mais conciso, porque já passamos dos 15 minutos. E tem vários colegas que querem fazer também a fala e já vamos a 15 minutos da sua fala. Por favor.

O SR. JAMES ALVES PADILHA - Vou concluir, deputado. Vou concluir. Perfeito. Vou concluir.

Então, diante de toda adversidade de atuação, e não apenas com um escopo de atuação para a área escolar, a Polícia Militar tem atendido satisfatoriamente todas as demandas da sociedade como um todo, dentro daquilo que está ao seu alcance e dentro das forças e recursos de que dispõe para trabalhar. E tem trabalhado, como dito aqui, com o efetivo de folga, para minimizar as dificuldades pela carência de efetivo.

Obrigado a todos. Estamos a disposição para contribuir sempre.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Muito obrigado, Coronel Padilha. Eu tenho o maior orgulho da Polícia Militar desse Estado de Rondônia. Homens guerreiros. Até há poucos dias labutava com eles na ponta da lança, lá em Ariquemes, e sei do compromisso dos policiais militares aqui desse Estado, que muito, muito, muito me orgulha.

Mas, também sei, esse meu projeto, como eu dizia, ele não é um projeto pronto, acabado, alguns devem ter lido aí, "ah, mas e dotação orçamentária para isso?". Bom, faz o reajuste que tiver que fazer; faz a suplementação que tiver que fazer. Se quiser resolver, repito, o Estado resolve. "Ah, mas não tem efetivo da Polícia Militar", como muito bem colocado pelo Coronel. Contrata vigilante. Não sei, resolve. Dinheiro tem. Previsão orçamentária de R\$ 13 bilhões. Vereador Rafael, se quiser resolver, o governo resolve. Se quiser resolver, resolve. Não vou me estender. Vou passar a palavra de imediato a Ilustríssima Senhora Coronel Bombeiro Militar Cristina, Chefe de Estado-Maior Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia. A palavra está com Vossa Excelência, pelo prazo de quatro minutos a cinco, por favor.

A SRA. DANIELE LIMA CRISTINA FERREIRA – Minhas saudações. Eu trago aqui os cumprimentos do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, o Coronel Nivaldo Ferreira, que não está aqui neste importante momento de discussão, porque está em agenda fora do Estado. É um desafio falar aqui depois do Coronel Padilha – que tem uma oratória bem eficiente, rebuscada -, e também, dentro deste prazo.

Sendo bem objetiva, nós também compomos essa "Operação Escola Segura". A natureza da nossa atividade não é tão ostensiva quanto à da Polícia Militar, mas a presença do Corpo de Bombeiros também tem o seu valor, com as viaturas e tal. Desta forma, muito propiciamente estávamos recebendo quatro unidades de resgate que já estavam previamente distribuídas por seus locais, mas seguramos aqui em Porto Velho, para focar nessa operação. Então, teve o seu dia "D", no dia 20, e a gente reforçou dessa forma e tendo uma previsão ainda, de continuar a operação.

Estávamos ainda na Sesdec, debatendo sobre essa questão, inclusive, orçamentário, porque a gente no governo trabalha com previsibilidade e essa situação, em particular, foge à previsão e estávamos lá "batendo cabeça" em relação a essa questão do pagamento, para a gente otimizar esforços e conseguir, de alguma forma, dobrar o nosso efetivo, é a questão de empregar no Derso (Diária Especial de Reforço de Serviço Operacional).

E temos também, a questão de equipamentos. Perdão deputado – olha aí essa agonia, eu esqueci de te cumprimentar. Em nome do senhor, a toda Mesa, as autoridades aqui e também, em nome do meu professor de literatura - o professor Eliezer, meu professor do ensino médio, nos idos de... deixa quieto -, cumprimentar a todos que tiraram esse tempo de maneira eficiente, para vir debater esse tema, não só aqui, presencialmente, como também pela internet.

Então, nessa seara do Derso, do serviço operacional e dos equipamentos que nós precisamos para fazer nossa atuação, e dessa imprevisibilidade de algumas situações, eu agradeço aqui também, todas as Emendas Parlamentares que têm sido destinadas para aquisição de viaturas, para construção dos quartéis e aí, eu também aproveito para solicitar que se tiver algum reforço nessa situação das Emendas, que possa também nos socorrer em relação em às diárias — não é, Secretário -, será muito bem-vindo.

Vou aproveitar também esse importante local e momento, para falar da atuação do Corpo de Bombeiros em parceira com a educação. Nós temos o "Projeto Bombeiro Mirim" que a gente já executava nos quartéis aleatórios, de acordo com a vontade ou disposição de cada comandante. E na gestão do Coronel Marcos Rocha foi elaborado pela Secretária Luana Rocha, essa questão do projeto ser ampliado e executado em todas as unidades do Corpo de Bombeiros.

Então, agora, no dia 20, na formatura de Tiradentes, foi lançado por ocasião de comemoração dos 25 anos de bombeiro, o lançamento do "Programa Educacional

Bombeiro Mirim", não só mais executado apenas em Ouro Preto, Vilhena, Guajará-Mirim e Porto Velho, mas também em outras unidades, perfazendo dez municípios, em que o "Programa Educacional Bombeiro Mirim" vai ser realizado.

Estamos em fase de inscrição, que vem a ser turmas com 35 alunos. É uma parceria entre Bombeiros, SEAS e Seduc. A Seduc indicou as escolas – uma escola em cada município, duas em porto Velho. O público é de 10 a 14 anos – público de sexta e sétima séries. O objetivo é isso, na área da educação, formação, retirar esse tempo ocioso, esse tempo de redes sociais, em atividades de construção de ética, cidadania, hierarquia, disciplina em todas essas colaborações que a gente pode dar.

A Polícia Militar – o Coronel Padilha nos citou, a questão do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), e tem vários projetos que já executa -, então, com a nossa colaboração já vem de longa data, essa preocupação. Em que pese o nosso dever constitucional, a princípio, está lá na educação, mas a gente também tem a colaboração com as escolas. Aqui está o diretor do nosso Colégio D. Pedro II, aqui de Porto Velho. A gente tem o Colégio D. Pedro II também em Vilhena, duas escolas militarizadas que... Também fui diretora do CTPM 7 (Colégio Tiradentes da Polícia Militar) que tinha a gestão do Corpo de Bombeiros. Uma escola que era antes, a Escola Manaus.

E para vocês terem uma ideia, o tráfico imperava na escola. Até um corpo amanheceu lá na quadra de esportes. Então, estava para fechar as portas, dominada pela criminalidade. Foi quando foi militarizada. Podem procurar nas redes sociais as reportagens, que tem em relação à diferença: o que era a Escola Manaus e o que é hoje o CTPM 7. A Escola Dom Pedro II é a antiga Escola Petronio Barcelos, e também foi uma indicação da Seduc

E aí os esforços também são feitos no sentido de "precisamos de efetivo". No caso das escolas, uma força-tarefa entre Seduc... hoje, se eu não me engano, é custeado pela própria Sesdec... a questão de trazer... aqui está o Capitão Augusto, que é da reserva remunerada. Então, os militares que trabalham lá são oriundos da reserva, que vem pelo programa da recontratação.

Então, esses são os nossos esforços que a gente tem feito para colaborar com a questão educacional. Na verdade, os temas estão todos... a gente está dividido em estruturas — segurança, educação, saúde. Mas, está tudo muito interligado. O senhor falou que aqui a gente não vive uma guerra, mas o país todo vive uma guerra, em números de guerra, quando a gente fala de trânsito, acidentes de trânsito, uma área em que a gente atua bastante.

Então, as vítimas do acidente de trânsito — e isso desagua na saúde, no Hospital João Paulo — são alarmantes. Então, essas são as nossas atuações.

Essa semana, ainda recebi a Procuradora da Unir, relativa especificamente a essa questão que está sendo vivenciada lá, com a Promotora Tânia também, o Corpo de Bombeiros está integrando a força-tarefa do MP Itinerante, que vai ser agora de 07/05 a 13/05/2023, em que sentido? Reforçar a segurança, palestras, orientação. Em relação ao transporte fluvial, tem uma peculiaridade, é uma coisa bem sui generis. Então, vamos também, juntos com a Marinha, fazer essa orientação, esse reforço. E também a fiscalização na questão da proteção contra incêndio e pânico.

Fazendo um link aqui com o seu programa, o PESC (Programa Escola Segura e Cidadã), que foi bem explanado aqui, a primeira atitude: "corra". Corra por onde? Rotas de fuga. Se for mal dimensionado e mal sinalizada: pânico, pisoamento. É problema.

Então, nesse sentido, a gente já está — se eu não me engano, há três anos — com a parceria também com o Ministério Público e todo um termo de ajustamento de conduta. Todas as escolas do Estado foram vistoriadas para se adequar, em relação à segurança de proteção contra incêndio e pânico, tendo todo um cronograma. Algumas são mais complexas, precisam de sistemas mais caros, dando todo um cronograma para se ajustar. Eu gostaria de reforçar essa situação da nossa atuação. Dizer que o Corpo de Bombeiros está encampado com mais essa frente de atuação, que é lamentável essa situação.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Coronel, pedir para encerrar. Já vamos a 10 minutos da sua fala, por gentileza.

A SRA. DANIELE LIMA CRISTINA FERREIRA - Daqui a pouco, já estamos começando também outra operação, que é a Operação Verde Rondônia, que é relacionada ao crime ambiental. Então, estamos trabalhando incansavelmente.

Eu encerro a minha fala agradecendo a oportunidade. E também deixando aqui a sugestão muito respeitosa de que o tempo estabelecido seja comunicado desde o início, para que seja organizado de maneira equânime. Muito obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Coronel.

Certamente. Inclusive, depois eu faço a sugestão administrativa para esta Casa para que nós possamos colocar um cronômetro. As nossas Audiências Públicas ficariam mais fáceis se nós tivéssemos um cronômetro ali, piscasse o tempo. Então, ao pessoal do administrativo, acho que é uma boa iniciativa.

Então, eu convido de imediato agora, para fazer a fala — acho que é o único vereador aqui presente do nosso munícipio de Ariquemes, um vereador muito combativo, aguerrido, na defesa da população —, o Vereador Rafael é o Fera. Está inscrito. A palavra está com Vossa Excelência, para o uso da tribuna. Fique à vontade. Prazo também de quatro a cinco minutos, por favor, Vereador.

O SR. RAFAEL É O FERA – Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por este momento. Queria cumprimentar, em nome do nosso Deputado Estadual Delegado Rodrigo Camargo, todas as autoridades que estão presentes, todas as autoridades da segurança pública,

da educação. Em nome da Vereadora Rafaela do Batista, nossa parceira do Parlamento Legislativo do nosso Munícipio de Ariquemes, queria cumprimentar a todos que estão nos acompanhando.

Vou me apresentar aqui, Deputado, me permite, para quem não me conhece, eu sou o Vereador Rafael é o Fera, o fiscal do povo do Munícipio de Ariquemes. Sou vereador reeleito lá no meu munícipio, o mais votado na eleição passada. Vim como deputado federal agora nessa última eleição, tirando quase 25 mil votos, ficando entre os oito deputados federais mais votados no nosso Estado de Rondônia, mas, devido à questão da legenda, nós não consequimos chegar.

Nós como vereadores, Deputado, estamos na ponta. Então, nós estamos vivenciando o caos que esse ataque causou lá em Blumenau. Então, hoje, eu vejo o trabalho que os gestores — prefeitos, governadores, o nosso Presidente —, que eles têm que se posicionar rapidamente nesse trabalho que tem que ser a curto prazo, agora. Eu não falo o a longo prazo, que tem que ser feito também, mas a curto prazo.

E hoje nós temos que conter o quê? O caos que isso causou, ou seja, a preocupação de papais e mamães para levar suas crianças à escola. Isso está causando um caos tão grande, deputado, um prejuízo tão grande para as nossas crianças, porque isso está acontecendo lá no nosso Município de Ariquemes.

Tem pais e tem mães que não estão levando até hoje as suas crianças à escola, por quê? Porque eles estão querendo saber o que as autoridades estão fazendo, o que irão fazer, o que já fez. Entendeu? Então, esse trabalho a curto prazo e mediante, eu queria te parabenizar, deputado, você à frente da Comissão de Segurança Pública do nosso Estado de Rondônia, desse Poder Legislativo, da Assembleia, o trabalho que você já vem fazendo logo após esse ato criminoso que aconteceu lá em Blumenau. Eu participei de uma reunião, Vereadora Rafaela do Batista, logo em seguida de quando teve aquele ataque, o Deputado Estadual Delegado Camargo já fez uma audiência onde vários vereadores do Estado de Rondônia participaram, ouvindo cada vereador que está lá na ponta. Queria te parabenizar deputado, porque você foi uma das únicas autoridades, deste Poder, que eu vi com a preocupação e já correndo atrás e também buscando soluções para apresentar ao Poder Executivo do Estado de Rondônia. Então, parabéns por isso. E de parlamentares assim que a gente precisa no nosso Estado de Rondônia.

No mais, deputado, lá em Ariquemes, hoje vai ter uma audiência pública em que nós iremos debater a questão da segurança pública nas escolas municipais. Lá nós temos 27 escolas municipais, onde a gente, eu queria até aproveitar o momento e convidar a todos e a todas que se encontram presentes. Queria aqui parabenizar a Promotora Tânia, eu vi que você, nas suas falas, esse elo que você tem junto ao Poder Legislativo, queria eu que tivesse promotores e promotoras no Município de Ariquemes com essa mesma..., entendeu? Porque lá é tão difícil chegar em um promotor, em uma promotora

para conversar, lá é tão difícil. Mas, faz jus eu lembrar aqui de uma promotora muito atuante, antiga lá, que era a Joice, que fez um belíssimo trabalho no Município de Ariquemes, queria até deixar aqui os meus parabéns, mas hoje em dia está tão difícil isso no Município de Ariquemes.

No mais, deputado, hoje nós estaremos somando junto lá, levando soluções na audiência pública, para que o Poder Executivo possa resolver essa problemática de imediato. Eu também queria me posicionar aqui, deputado, porque é de uma tremenda covardia esses atos criminosos que aconteceram lá, eles querer ligar isso como um problema de deficiência intelectual. É uma covardia tremenda querer fazer essa ligação. A gente tem que tratar isso como ato criminoso. Então, se a gente for tratar isso o longo prazo, vamos começar trabalhar em cima das leis, lá em cima, na Câmara Federal, lá no Senado.

É lá em cima que a gente tem que trabalhar em cima das leis a longo prazo, porque se a gente colocar leis mais rígidas em nosso país, vocês vão ver o quanto de crime que irá diminuir no nosso país. Esses atos só acontecem porque eles sabem que a lei favorece mais o criminoso do que o cidadão de bem. É isso que acontece no nosso país. Então, esse trabalho a longo prazo, vamos trabalhar lá em cima, lá no Congresso, lá na Câmara Federal, lá no Senado, colocar leis bem rígidas mesmo para favorecer o cidadão de bem, não o criminoso, entendeu? Então, deputado, obrigado pela palavra. No mais obrigado pela atenção de todos vocês.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Obrigado Vereador Rafael é o Fera.

Passo a palavra agora ao próximo inscrito — faltam apenas três —, à Vereadora Rafaela do Batista, também do Município de Ariquemes, tem feito um trabalho excelente junto ao nosso Município, em especial em atenção ao homem do campo. Parabéns vereadora pelo seu trabalho e a fala está com Vossa Excelência pelo prazo de quatro a cinco minutos.

A SRA. RAFAELA DO BATISTA – Bom dia a todos e a todas. É para mim uma enorme satisfação estar aqui contribuindo, participando diretamente desta Audiência de grande relevância. Em nome do Deputado Delegado Camargo, quero cumprimentar todos que compõe a Mesa; em nome do nosso parceiro e Vereador de Ariquemes, Vereador Rafael é o Fera, quero cumprimentar todos vocês que estão aí e também você que está do outro lado da tela, que reservou esse momento para participar desta Audiência Pública, que como eu falei, é de grande relevância.

Sou vereadora de primeiro mandato, mas há 14 anos no quadro efetivo da educação do meu município. Então, quando se trata de educação me comove e, de fato, vários aqui mencionaram a mesma pauta de tanta relevância e importância.

Quando nós falamos em educação, pudera, a educação, a gente sonhar, não é? E eu ouvi alguns dos palestran-

tes dizer "valorizar o servidor", "melhorar a qualidade da educação", "investir no aluno", e "preparar um jovem para que seja um bom adulto". Isso, para mim, são sonhos em que eu, como educadora, acredito na realização desses sonhos. Mas, infelizmente, nós precisamos de atitudes imediatas e urgentes. Para o agora. Não podemos esquecer que os sonhos podem ser realizados, mas nós precisamos de medidas agora; e, talvez, essas medidas tenham que ser drásticas.

Quero parabenizar o Deputado Delegado Camargo pela propositura de um projeto que foi aprovado, inclusive por esta Casa. Por quê? Tomou a iniciativa de propor medidas que são drásticas, mas que são necessárias. E nós, enquanto educadores, não podemos idealizar um sonho de educação. Sabe por quê? Eu tenho 34 anos. Na minha época de infância, a era em que eu vivia era uma - a que o meu filho de 14 anos vive hoje, é outra, completamente diferente. Nós temos que nos adequar à realidade, e à realidade adquirida através de alguns benefícios que nós conseguimos no decorrer da história. A minha mãe não trabalhava fora, ela cuidava dos filhos em casa. A minha educação foi pautada e baseada nisso. Hoje, eu passo muito tempo do meu dia fora de casa, meu filho não tem o convívio sempre comigo. Então, a realidade desses sonhos de educação, talvez a gente aplicaria muito bem lá na minha época de infância. Hoje a sociedade, a realidade é outra. Precisa de um tratamento tal como diz o velho ditado "dançar conforme a música".

E a minha pergunta, na verdade, hoje eu quero deixar uma reflexão a respeito deste assunto: nós falamos em valorizar o profissional, em cuidar do aluno; mas há quanto tempo nós já sabemos que o profissional não é valorizado? Esse não é um problema que surgiu agora. Todos nós sabemos. E a pergunta é: o que nós estamos fazendo para melhorar a qualidade desse servidor? O problema sempre existiu. Ele talvez esteja vindo à tona agora, mas os legisladores, políticos, representantes existem há muito tempo. Nunca foi visto?

"Ah, nós precisamos investir no aluno". Mas como é que nós estamos investindo no aluno? Inserindo dentro da educação, talvez, a linguagem neutra? Isso vai incentivar? Vai valorizar o aluno?

Aí, para finalizar a minha fala, eu acho gritante e uma falta de respeito tremenda com a população, dizer e caracterizar, que grande parte dos atentados são feitos por pessoas com doenças psíquicas, não é? Sendo que, em outros países, nós vemos esses mesmos agressores sendo punidos, e o Brasil, que parece ser mais um "país dos sonhos", não pune os agressores.

Mas esse agressor, que é caracterizado como doente, na hora de agredir não é doente. Por que na hora de ser punido ele tem que ser visto como doente? O fato acontece, o fato está aí, escancarado. E eu deixo a minha insatisfação, enquanto nós — eu sou representante, no meu município, na Câmara Municipal de Vereadores. Eu deixo a minha insatisfação aos representantes políticos, porque tudo isso se baseia em leis. O nosso país vive sob a direção de leis.

A minha pergunta é: quem faz as leis? Nós. Que tipo de leis nós estamos fazendo? Que tipo de político a sociedade está elegendo? Político que faz o que o povo quer? Ou o que o povo precisa? As leis vêm lá de cima e devem ser obedecidas. Nós precisamos de leis imediatas e drásticas, sim.

Em países de primeiro mundo, se uma criança cometer um crime, ela vai pagar pelo crime. No Brasil, não. Ela pode cometer um crime, mas na hora de ser punida ela é criança; não pode.

Então, fica a minha indignação, a minha insatisfação. A Doutora Tânia mencionou "limites saudáveis". Acho justo, mas na minha época, o limite saudável era outro e funcionava muito bem. Enquanto os políticos, os gestores ficarem "passando a mão na cabeça", muito problemas irão à frente.

Parabéns, mais uma vez, deputado, pela propositura. Que isso se torne em realidade e que o governo acate; afinal de contas, passou pelo Parlamento, foi votado e foi aprovado.

Vamos criar meios para se tornar realidade. A medida é urgente, é para hoje, tem que ser drástica, sim. E nós, enquanto cidadãos, legisladores, autoridades, devemos esquecer um pouco o discurso ideológico de sonhos. Nós vivemos em uma realidade viva, hoje. E o problema tem que se resolver hoje, no mundo real em que nós vivemos. Meu muito obrigada, pela oportunidade.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Muito obrigado, Vereadora Rafaela. Temos apenas dois inscritos. Vou passar a palavra à Doutora Ana Ellen Santiago, Presidente de Conselho Regional de Medicina, CREMERO, pelo prazo entre quatro a cinco minutos. A palavra está com Vossa Senhoria, Doutora Ana. Claro. Essa mania de militar que eu tenho, coisa da caserna.

A SRA. ANA ELLEN DE QUEIROZ SANTIAGO - Bom dia a todos. Cumprimentando logo de cara o meu par aqui, o Professor Juliano Cedaro. Sou professora na Universidade Federal também.

E como professores, a gente tenta otimizar ao máximo o tempo. Então, vou me limitar a fazer três cumprimentos e duas considerações. Meu primeiro cumprimento vai ao Deputado Delegado Camargo pelo excelente presente que eu recebi como médica, cidadã e mãe. Eu gostei de ver um Projeto de Lei como esse, eu acho que é realmente um presente para a sociedade rondoniense.

O segundo cumprimento que eu faço é à polícia. Eu adoro a polícia. Eu acho que, assim, eu confio demais, a polícia, em todas as suas esferas — a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal. Nós trabalhamos no Conselho Regional de Medicina, em parceria direta justamente com a Polícia Civil, contra aos ataques e crimes cibernéticos, principalmente de pedofilia, médicos. Nós temos alguns casos, correm em sigilo, mas nós temos alguns casos.

E o terceiro cumprimento que eu faço é a Doutora Tânia Garcia. A gente conversa bastante sobre esses assuntos, não é, Tânia? E a fala que ela disse hoje me puxou três coisas importantes, três pilares importantes, que é a saúde, educação e segurança pública. Isso está na nossa Carta Magna da Constituição Federal. Então, é direito de todo cidadão essas três coisas e a gente tem, como protetores, como legisladores, como órgãos fiscalizadores, como protetores da sociedade — por isso que eu volto a dizer que eu gosto muito da polícia, porque as pessoas colocam a sua segurança, a exposição física. É o que nós fazemos.

Eu gosto de comparar a polícia com os serviços de saúde, porque nós fazemos isso. Vocês com os grandes, nós com o pequeno. Vocês expõem a vida de vocês todos os dias quando saem. Nós expomos a nossa também. A pandemia está aí para firmar que isso é uma realidade, quantos de nós morreram.

Então, eu faço as minhas duas considerações. Gosto da ideia da polícia nas escolas, mas eu também faço uma consideração. Meu irmão gosta de falar muito isso - meu irmão, Alexandre Santiago -, que nós estamos sempre dez anos atrás dos Estados Unidos. E de fato é o que acontece. E o que a gente vê acontecendo nos Estados Unidos, quando você olha, assim, "talvez daqui a dez anos a gente esteja passando por isso".

Existem alguns estudos que provam que o policiamento não foi eficiente para evitar as tragédias que aconteceram nos Estados Unidos. Vocês devem saber disso melhor do que eu. Inclusive, há relatos recentes de que a polícia presente na escola não foi capaz de impedir o último atentado, que o polícia nada fez. E que a resposta rápida da polícia que chegou foi que resolveu o problema e não o que estava lá.

Então, a gente tem que levar isso em consideração quando a gente fala do policiamento, principalmente, do policiamento armado. A gente precisa fazer um estudo muito bom. E eu tenho certeza que isso vai ser feito, para gente não estar incorrendo o risco de chegar no mesmo estágio deles. E também como a Tânia falou, eu não posso deixar de pedir, à Sesdec principalmente, o policiamento dentro das unidades hospitalares.

Nós temos todos os dias, todos os dias ofensas contra profissionais de saúde; profissional que apanha de paciente; médico que é esbofeteado. E isso tudo acontece o tempo inteiro. E como nós vivemos a dez anos dos Estados Unidos, é comum os ataques armados dentro de hospitais nos Estados Unidos, porém eles têm policiamento e a resposta é muito rápida.

Então, deputado, por favor, faça um adendo no seu Projeto de Lei ou faça um outro solicitando que também haja policiamento nos hospitais. O João Paulo II, as UPAS, a gente precisa disso. A cobranças dos profissionais de saúde é muito grande para os Conselhos.

A segunda coisa que eu quero considerar é em relação à saúde mental realmente. Antes da pandemia e durante a pandemia, principalmente, todas as entidades médicas já alertavam para o risco de doenças mentais. E para o risco de doenças mentais - não digo o maluco que entrou -, como uma vereadora falou, como os vereadores falaram. A gente não pode associar uma maldade com uma doença mental. Realmente. Realmente, a gen-

te não pode associar a isso. Mas o cara é ruim mesmo, o rapaz que fez o ataque...

Deputado, desculpa, eu já estou querendo falar mais. Eu entendi, eu acho que é a tribuna. A gente chega aqui e dá vontade de ficar falando, dá uma vontade de não parar.

Mas, a gente não pode associar isso à doença mental, porém a gente precisa impedir que pessoas sãs adoeçam. Então, por isso, a otimização da assistência dentro de casa. Agora não me recordo quem me falou aqui na tribuna, se não foi o próprio Deputado Delegado Camargo, mas as ações da saúde da família — foi o Professor Juliano —, então a ação dos profissionais de saúde dentro de casa. Hoje, a gente tem residência na Universidade Federal de Rondônia de Medicina de Família, são pessoas que estão preparadas para lidar com essa ida dentro da casa. Os vereadores de Ariquemes podem levar isso também, esse projeto para Ariquemes, infelizmente não têm mais aqui, mas isso é uma disseminação que a gente precisa fazer, a saúde mental urge.

E aí, conversando com a Doutora Tânia, já convido vocês, convido todos vocês, nós vamos fazer um debate de saúde virtual, dentro do Conselho Regional de Medicina. É nossa obrigação social fazer isso, nós precisamos discutir a saúde virtual, o uso excessivo e não só o uso da tela como entretenimento, mas os desafios, o "você mata tantos, filma e vamos ver o que acontece".

Então, a gente vê muito isso, se você digitar ali você não precisa nem entrar na deep web, mas você já vê vários blogueiros, vários influencers, que fazem esse tipo de desafio e os adolescentes, as crianças, estão realmente, estão muito expostas a isso.

Obrigada, essa é a minha fala, dizem que quando a gente fala muito, perde o objetivo. Então, eu gostaria que fixasse esses dois pontos que eu falei: por favor, novamente deputado, precisamos de um Projeto de Lei para segurança dentro das unidades de saúde e precisamos discutir a saúde mental, a saúde virtual. É isso. Obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Muito obrigado doutora. Passo a palavra ao último inscrito da nossa Audiência Pública, Senhora Ana Karla Feitoza, Conselheira, Psicóloga, do Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região. A senhora irá falar daí mesmo? Com a palavra, então.

A SRA. ANA KARLA DA SILVA FEITOZA — Daqui mesmo, aproveitar os quatro minutos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Fique à vontade.

A SRA. ANA KARLA DA SILVA FEITOZA – Eu quero cumprimentar a Mesa, nas pessoas da Coronel Bombeiro Militar Cristina; o Professor Doutor Juliano Cedaro; psicólogos e a Doutora Tânia, sempre atuante na defesa da infância, juventude e mulheres.

O Conselho de Psicologia agradece a participação nesta

Audiência, de relevância. É importante a gente considerar o espaço da escola, que é um espaço realmente conflituoso, mas é também um espaço de diálogo e de transformação social. Que é importante, sim, a partir dos projetos que foram sinalizados, "Educação da Paz", o "Programa Escola Segura e Cidadã", a inserção do profissional de psicologia.

E estamos falando tanto de lei, de executar lei - gostaria de registrar e já fazer uma incidência aqui aos deputados, o Deputado Delegado Camargo, o Deputado Alex Redano, o cumprimento da Lei Federal nº 13.935/2019, que dispõe sobre a presença de profissionais de psicologia nas escolas do ensino público e assistentes sociais, também. É muito importante.

Em todas as falas a gente percebe as diversas violações de direitos que a escola enfrenta. E, às vezes, está o professor sozinho lá para enfrentar a violência sexual, é o ato infracional, etc. O profissional de psicologia é de super importante.

E também, deixar registrado a alteração da Lei nº 680/2012, do Estado, que é muito importante para a psicologia, o cargo, instituir o cargo de psicólogo. Nós temos analista educacional e isso é muito simplista. Eu passaria aqui uma manhã toda falando da diferença do cargo, o quanto que é importante o cargo do profissional de psicologia e do analista. Inclusive, nós tivemos uma profissional que fez uma tese justificando isso, fazendo toda uma discussão da Lei nº 680, até agora. Porque o profissional de psicologia pode atuar dentro da escola nos projetos que foram citados, nos Projetos Político-Pedagógicos, na educação inclusiva e diversas situações. Então, gostaria de registrar, o Conselho de Psicologia, como ele tem um território Rondônia e Acre, a gente está fazendo incidência junto às Casas de Leis para que essa lei seja realmente efetivada, porque será, sim, uma

A escola dentro de diversos conflitos, os mediadores precisam estar qualificados, a polícia comunitária, o professor também, mas também, o psicólogo está preparado para estar contribuindo nesse papel, está bom? Obrigada.

política pública efetiva.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Obrigada a senhora, Ana Karla, psicóloga.

Passamos para as considerações finais, senhores. E àqueles que nos acompanham, gostaria aqui de deixar um recado, uma reflexão a todos os demais. É importante, sim, nós planejarmos ações daqui em diante, mas mais importante é saber o que nos trouxe até aqui. Como nós chegamos neste atual cenário de violência nas escolas, insequrança.

E eu quero aqui expor a minha ideia, Vereador Rafael é o Fera, que tudo isso começou quando retiraram o ensino religioso de dentro das escolas. A partir do momento que você tira a figura do ensino religioso, você perde os valores de solidariedade, respeito, comunhão com o próximo.

Eu tive aula de ensino religioso, acredito que muitos aqui tiveram. Tiramos, talvez uma coisinha simples, ali da palmada, tiraram a autoridade dos pais. Depois passamos a retirar a autoridade dos professores em sala de aula. Logo na sequência, a autoridade dos líderes religiosos: "não pode mais agora crucifixo", "o Estado é laico", e aí vem o discurso progressista. Tira a autoridade dos pais, autoridade dos professores, a autoridade dos líderes religiosos. E hoje nós estamos aqui recorrendo à última trincheira de autoridade, que é a autoridade da polícia. Nós estamos na última trincheira, da reserva da barbárie. Só tem uma autoridade hoje em vigência: é a autoridade policial, da polícia. Olha a que ponto chegamos. Então, eu convido a todos os senhores, para junto comigo, endireitar Rondônia. Endireitar. Já diz a Palavra que o coração torpe tende para a esquerda; mas os justos, para a direita.

Então, convido os senhores a resgatar valores conservadores, valores de família, de respeito à autoridade do professor, às autoridades constituídas, à lei, à ordem, à disciplina.

Desejo a todos — desculpa ao adiantar da hora — que a paz de Cristo esteja com cada um de vocês que nos assistem. Que a tenda de vocês seja protegida pelos anjos celestiais, e que sejam todos vocês sempre muito bem-vindos a esta Casa de Leis.

Eu repasso a palavra, ao meu ilustre colega, Deputado Alex Redano.

(Às 13 horas e 04 minutos, o Senhor Delegado Camargo passa a Presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Antes de encerrar, pedir desculpas. Tive algumas ausências, mas estava a trabalho, apagando incêndio também. Mas, quero aqui parabenizar o Deputado Delegado Camargo, por presidir esta importante Audiência Pública. E também falar que o Deputado Lucas está bem, sua equipe está bem. Um grande susto.

Obrigado pela presença de todos vocês.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade, e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Desejamos um ótimo dia a todos. Fiquem com Deus.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 5 minutos)